

# MOVIMENTO

REVISTA DE ECONOMIA E POLÍTICA

## UMA SEPULTURA PARA ARMELLI

Por  
Miguel Ángel  
Castaño

Os novos tempos  
econômicos e sociais

A situação do  
Brasil em 1964

Os novos tempos  
econômicos e sociais

Os novos tempos  
econômicos e sociais

Os novos tempos  
econômicos e sociais



# ASSUNTOS



## As cartas de Amador Aguiar

A cartinha que Amador Aguiar e Laudo Natel, diretores do Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO) mandaram a seus funcionários cumprimentando-os pela opção pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em 1968, não economizava promessas e elogios. A opção pelo Fundo de Garantia, dizia a carta, "lhes proporcionará sempre, em qualquer circunstância ou atividade, a desejada, real e necessária estabilidade." Muitos funcio-

nários tinham mais de dez anos de "tempo de serviço", com direitos a estabilidade total, quando "optaram" pelo Fundo de Garantia. Amador Aguiar e Laudo Natel agradeciam a cada funcionário "pela confiança que demonstrou, naquele ato, no valor de seu trabalho..."

No fim do mês passado, sete anos depois, muitos funcionários do Bradesco receberam outra cartinha, desta vez chamando-os ao Departamento de pessoal. Estavam demitidos. O sindicato dos bancários e também a federação, mandaram ofício à Delegacia Regional do Trabalho, em São Paulo, dizendo que o banco pretende demitir sete mil de seus 38 mil funcionários, entre eles, "grande número de empregados antigos com tempo de serviço, anterior à opção pelo Fundo de Garantia, superior a dez anos". A Federação dos bancários observa: "... essa política de dispensa é colocada em prática quase às vésperas de um novo reajuste salarial coletivo da categoria. E denuncia que nas primeiras demissões foram "burlados direitos de toda ordem, quer através de cálculos incorretos, quer pela ausência de anotações na Carteira Profissional pela falta de exibição de extratos de conta do Fundo de Garantia, etc."

## A chacina de Vila de Cava

Os jornais publicaram com destaque o metralhamento de dois menores no dia 17 de agosto do ano passado, em Vila Cava, Nova Iguaçu. Os garotos, Pedro Paulo da Silva e José Ferreira (17 anos), dormiam numa casa abandonada quando dois policiais chegaram com suas metralhadoras. O relato de vizinhos, que viram tudo pela frestas de suas janelas, chocou muitos leitores, entre eles o presidente Geisel. Geisel mandou, através do Ministro da Justiça, que o fato fosse apurado e os culpados punidos. Durante muito tempo não se ouviu mais falar do assunto. Mas a "chacina de Vila de Cava",

como o crime ficou conhecido, teve seu desfecho na semana passada. O procurador José Pires Rodrigues, da 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu denunciou os soldados Artur Machado e Genésio Viana, da Polícia Militar, como autores do fuzilamento. O tenente da PM Paulo Roberto de Melo foi denunciado como co-autor, por permitir "diligências secretas" e por fornecer duas metralhadoras e quatro pentes de balas aos assassinos. Outros dois oficiais, Julio Simões e Milton de Moraes, foram excluídos da denúncia por falta de provas de que sabiam da "diligência secreta", que acabou na chacina

## As boas terras do Brasil

Nome do dono das terras	Área que tem (em metros quadrados)
José Lopes (Rega?)	385.000
Liquigas	6.250.000.000
Daniel Ludwig	15.000.000.000

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - despachou um de seus advogados na semana passada, para o município de Sombrio (Santa Catarina), com a tarefa de verificar se era verdade que o ex-ministro de Bem-Estar da Argentina, José Lopez Rega havia comprado 385 mil metros quadrados de terras naquele município. Parece que não era - tratava-se de um tal José Lopez, argentino morador em Uruguaiana, que pagou Cr\$ 250 mil pelo terreno (O Estado de S. Paulo, contudo diz que é Lopes Rega mesmo). O INCRA, segundo os jornais, fez questão de verificar a transação porque, a) a venda a estrangeiros não residentes no Brasil seria ilegal e b) a lei que trata da venda de terras a estrangeiros proíbe que eles adquiram mais de 1/8 da área total de um município, se forem todos de uma

mesma nacionalidade e mais de 1/4 se forem de nacionalidades diferentes. Na Amazonia, no entanto estrangeiros possuem terras muito além dos limites permitidos pela lei, apesar das dimensões extraordinárias dos municípios que lá existem. A fazenda Suiá Missu, propriedade do grupo italiano Liquigas, tem 6,25 bilhões de metros quadrados de área. A área das terras de Daniel Ludwig no Pará e Amapá chega a 15 bilhões de metros quadrados. Em junho passado, no seminário de Salburgo, o ministro da agricultura, Alysson Paulinelli, a quem o INCRA está subordinado, explicou detalhadamente aos investidores estrangeiros presentes como comprar grandes áreas no Brasil, sem ferir a lei que limita o total a 1/4 ou 1/8 de cada município. "Basta comprar as terras que ficam nas divisas entre municípios."

## Aureliano Chaves e o papel do cientista

A presença de cientistas desanuvia certos ambientes. Palavras saem mais facilmente, declarações são menos heréticas, e até certas idéias políticas que dificilmente ultrapassariam gabinetes governamentais são exprimidas. Exemplo claro foram os pronunciamentos feitos na sessão de abertura da XXVII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, dia 9, em Belo Horizonte.

O governador mineiro, Aureliano Chaves, depois de várias considerações sobre as relações entre homens públicos e cientistas - os dois devem servir "ao próximo e não ao próprio" - defendeu energicamente a participação de "abnegados cientistas" e "eficientes e idealistas" institutos de pesquisas, em "todas" as fases dos acordos atômicos que o Brasil agora realiza, "atendendo às constantes sugestões que há mais de vinte anos estão sendo encaminhadas pelos cientistas aos diversos governos do país". A fala do governador mineiro parece ter endereço certo. E provocou espanto na platéia. A grande maioria perdeu o costume de ouvir críticas ao encaminhamento de posições governamentais vindas de seus próprios quadros.

O tom do improviso do governador mineiro parece ter sido estimulado pelo discurso de abertura da sessão, do Coordenador Executivo da XXVII Reunião, prof. Angelo B.M. Machado. Aproveitando seu senso de humor, o professor não se limitou ao discurso protocolar de abertura de uma sessão científica. Se é que é possível fazer um apanhado geral de duas mil comunicações, foi o que ele fez. Assuntos mais importantes foram apresentados e logo em seguida o professor deixava seu original e comentava à sua maneira o assunto. Sempre provocando gargalhadas mas, principalmente, envergonhados e discretos sorrisos. Quando, por exemplo, falou do crime contra a natureza que as Minerações Brasileiras Reunidas cometeu, diariamente, à vista de um milhão e meio de belorizontinos: destruindo as serras que protegem Belo Horizonte e que, além disso, são nosso sistema ecológico. Depois de perguntar se é justo que neguemos a nossos filhos e netos o prazer das montanhas, comentou com o auditório: "Conhecendo a cobiça de empresas desse tipo, eu me arrisco a afirmar que se o Corcovado fosse de minério de ferro, as próprias bases do Cristo Redentor estariam ameaçadas" (Marco Antônio Vale).

## Albuquerque Lima e os contratos de risco



Quem está defendendo agora a realização de um debate sobre os famosos "contratos de risco", que permitiriam a exploração do petróleo brasileiro por empresas estrangeiras, é o general Albuquerque Lima, conhecido como nacionalista. O general Albuquerque Lima escolheu momento bem oportuno para a surpreendente revelação: cinco dias depois da assinatura do acordo de cooperação nuclear com a Alemanha Ocidental, apresentado como grande vitória do governo nas frentes externas e internas e que contém, entre suas previsões, exatamente a exploração conjunta do urânio brasileiro por empresas estrangeiras (sempre associadas à Nuclebrás).

O Ministro de Minas e

Energia Shigeaki Ueki, que recuou em menos de 24 horas, quando propôs em maio o "grande debate nacional sobre os contratos de risco", recebeu do general Albuquerque um apoio valioso, exatamente quando volta quase refeito da derrota anterior, graças à sua participação no encaminhamento do acordo nuclear.

Mas como promover o "grande debate", se a tentativa de fazê-lo via Congresso já foi queimada? Albuquerque Lima propõe a criação de uma comissão de "alto nível sob a presidência de Geisel e formada por elementos das Forças Armadas, técnicos da Petrobrás, representantes de ambos os partidos políticos e até mesmo de pessoas de outras classes devidamente selecionadas."

## Fãs Vs. Agnaldo Timóteo

Domingo de noite, à saída do Maracanã. A multidão que corre em direção aos pontos de ônibus, ou às estações de trem de subúrbio de Francisco Sá e Lauro Muller. Os carros avançam com dificuldade. Um deles - mais que um carro, um carrão, velho, extraordinário para no sinal. O motorista se distrai, brincando com uma corrente de ouro enorme que leva ao pescoco, enquanto conversa com seu jovem acompanhante. De repente, outro jovem surge na janela do carro e pergunta: "O senhor é que é o Agnaldo Timóteo?"

— Que é que você acha? — responde o cantor, já preparado para dar mais um autógrafa, ou mais uma carona.

Só que, dessa vez, aconteceu o inesperado. O rapaz, subitamente, deu um soco no cantor. Depois, arrancou do seu pescoco a corrente e o pesado crucifixo, também de ouro e saiu correndo. A reação de Agnaldo Timóteo foi freiar o carrão, sair e perseguir o rapaz. E o que aconteceu a seguir parecia Tennessee Williams em *De repente, no Último Verão*:

O jovem correu em direção ao centro da compacta multidão que saía do estádio. E o cantor atrás gritando "pega, ladrão". Mas a multidão, ao mesmo tempo em que engolfava o ladrão, agredia Agnaldo Timóteo. No meio de uma roda, o cantor foi literalmente massacrado, a socos, pauladas e ponta-pés. E ainda roubaram seu relógio - também de ouro - que ele próprio avaliou em Cr\$ 20 mil. Agnaldo foi carregado para o serviço médico do Estádio do Maracanã, onde recebeu os primeiros curativos e depois levado para casa. No dia seguinte, inchado e sofrendo dores, esbravejava:

— O maior prejuízo: Cr\$ 20 mil da corrente, que era de muita estimação, Cr\$ 20 mil do relógio, e vários contratos cancelados, porque eu não posso me apresentar feio desse jeito. E ainda a ameaça do médico: se o derrame no olho não ceder, vou ter que fazer uma operação.

E ainda ao seu estilo (que sofreu fortes influências de Wilson Simonal), ele anunciou:

— Pago Cr\$ 5 mil a quem me dedurar o ladrão. Várias versões surgiram, ainda nas proximidades do Maracanã, para o massacre sofrido pelo cantor. Uma delas: ele teria sido surrado por torcedores do Fluminense, que vencia de dois a zero o seu time, o Botafogo. Ao vê-lo a correr, aos gritos, por entre a multidão, torcedores do Flu, pensando que ele protestava contra o resultado do jogo, resolveram exemplá-lo.

Durante o prolongado e trágico (pelo menos para Agnaldo) incidente, não apareceu um só policial. E a explicação foi dada na segunda-feira pelo comissário Eduardo, da 18ª Delegacia Policial, que atua na área:

— Temos só quatro homens e um camburão para proteger os torcedores que saem do Maracanã.

Os ladrões, segundo a polícia, seriam pivetes das favelas próximas, que agem em bandos, e contam com uma solidariedade insólita: a dos próprios torcedores. Há, na 18ª DP, uma longuíssima lista de assaltos desse tipo, "de autoria desconhecida" e a propósito, o comissário Eduardo fez um comentário definitivo:

— Eu morreria de medo se tivesse de sair do Maracanã, à noite, depois de um jogo.

## ACORDO ATÔMICO

### Se ficar o bicho pega, se correr, o bicho come

Teoricamente, o governo norte-americano não deveria se preocupar muito com o acordo de cooperação nuclear que o governo brasileiro acaba de negociar com a Alemanha Ocidental - se essa preocupação tem algo a ver com o uso de energia nuclear para fins não pacíficos. No dia 10 de março de 1967 o Brasil assinou um acordo tripartite com a Agência Internacional de Energia Atômica (onde a terceira parte é exatamente o governo norte-americano) e pelo qual se obriga a obedecer a um conjunto de cláusulas de salvaguardas da Agência. Essas cláusulas visam exatamente impedir o uso da energia nuclear para fins militares no Brasil.

Não bastasse isso, o próprio acordo de cooperação nuclear assinado entre os governos norte-americano e brasileiro em Washington, no dia 17 de julho de 1972 (por ocasião da compra do reator da Westinghouse) reforça a obrigatoriedade de o Brasil cumprir essas cláusulas.

O acordo com os norte-americanos possui um mecanismo interessante, que não deixa saída para o Brasil. O artigo XI do acordo confere ao governo norte-americano o direito de examinar e fiscalizar toda e qualquer instalação nuclear no Brasil, desde o urânio bruto até um enriquecido. Mas quando se denuncia um acordo não se encontra uma fonte alternativa de suprimento de urânio enriquecido. Mas quando se denuncia tudo o que o acordo contém?

de controle à Agência Internacional de Energia Atômica, conforme aquele acordo tripartite assinado em 1967. Mas se o Brasil, por algum motivo, denunciar o acordo tripartite, o governo norte-americano por esse artigo, volta automaticamente, a adquirir os direitos de examinar e fiscalizar ele mesmo todo o parque nuclear brasileiro. E o acordo de cooperação com os norte-americanos vale por trinta anos, ou seja, até 17 de julho do ano 2002.

Porque então a grita norte-americana com a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha?

A resposta deve estar no teor do acordo tripartite de 1967, assinado numa época em que os Estados Unidos não encravavam como provável a instalação no Brasil do ciclo do combustível. O que os norte-americanos querem agora é uma reformulação, com maior rigor, das cláusulas daquele acordo tripartite. E o Brasil vai ter que aceitar, primeiro porque o próprio acordo com a Alemanha o obriga; segundo, porque os Estados Unidos podem denunciar o acordo assinado com o Brasil em 1972, e Angra I ficaria sem urânio enriquecido. É verdade que esse acordo proíbe a denúncia enquanto o Brasil não encontrar uma fonte alternativa de suprimento de urânio enriquecido. Mas quando se denuncia um acordo não se encontra uma fonte alternativa de suprimento de urânio enriquecido. Mas quando se denuncia tudo o que o acordo contém?

# CENA BRASILEIRA

Mármore, jardins, pilastras, salões: a casa de 40 milhões do prefeito do Rio

## O PALÁCIO

Hélio Pereira



Foto: O Globo

A rua, São Clemente, é uma das mais tradicionais do bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Nos tempos de Machado de Assis, era a "rua das Mansões". Hoje, quase todas já foram abaixo, cedendo terreno aos edifícios de apartamentos. As poucas que resistiram à especulação (a maioria embaixadas, ou colégios tradicionais como o Santo Inácio e o Jacobina, dois dos mais caros da cidade), entretanto, ainda garante a **finesse** da região.

Entre elas, a magnífica mansão do número 360 parece um castelo: o acesso principal é alcançado através de portões de ferro lavrado (feitos pela firma Martins, de Cheltenham, Inglaterra). O prédio principal, impecavelmente branco, ergue-se nos fundos do terreno de 18.200 m<sup>2</sup>, rodeado de magníficos jardins, longe da poluição sonora causada pelo intenso tráfego da rua (e já salvo também dos moradores da favela do morro de Dona Marta, algumas dezenas de metros acima). O estilo do prédio, sóbrio, tradicional, é marcadamente influenciado pela obra dos irmãos Robert e James Adams, arquitetos britânicos do século XVII.

O salão principal de entrada tem paredes em estuque, colunas esculpidas e pilastras com capitéis e bases douradas. Escadarias em lances duplos dão acesso ao patamar central, em mármore, com balaustradas de ferro lavrado. O principal salão de recepções, também em mármore (o mármore, aliás, reveste quase tudo no interior da mansão), ergue-se num terraço balaustrado, com duas escadarias de acesso aos jardins. O teto do Salão de Bailes, finalmente trabalhado, imita o teto da Wyham House, em St. James Square, Londres. Suas paredes são decoradas em

**J**osé Amâncio Eloqui dos Santos, operário da construção. São cinco e meia da manhã, o ônibus não chega. Ao lado um amigo — companheiro de espera — diz um palavrão. Zé Amâncio, taciturno, engole a resposta e o seu café da manhã. Baiano, forte, atarracado, Zé diz mais ou menos onde nasceu. "Foi perto de Vitória da Conquista". Lá, foi peão numa fazenda de gado, "um mundaréu de terra, o gado era muito, a paga pouca". Em 1969 veio para São Paulo, sem saber bem o que o esperava. Até o Rio, pau-de-arara: 40 cruzeiros, ele e a mulher, grávida de três meses. Do Rio a São Paulo, mais 20 cruzeiros para um chover de caminhão. Vieram na cabine, bem acomodados: "foi bem gostoso".

O ônibus chega, superlotado, geme daqui, empurra dali, maleta com a marmitta em cima da cabeça ("os ladrões são muitos"). Agora, mais de uma hora da viagem até a Lapa. Antes das sete. Zé tem que estar na rua 12 de Outubro, no bairro da Lapa, pois o mestre "não dá colher de chá". No ônibus, um dia desses, bateram a carteira de alguém, o motorista fechou as portas, levou todos para o distrito policial mais próximo. Zé chegou três horas depois. "O desconto

foi brabo", não adiantaram explicações.

Zé fala com um sotaque hordestino carregado. Tinha um irmão que já estava em São Paulo, não foi difícil se arranjar. Pedro, seu irmão, morava na Vila das Belezas, perto de Santo Amaro, em São Paulo. "Ficamos uns tempos na casa dele, mas era muito pequena, ele tinha mulher e filhos, a gente atrapalhava". Logo conseguiu emprego como servente de pedreiro numa construção perto do largo 13 de Maio. Nessa época, Zuca ficava em casa ajudando a cunhada na cozinha, cuidando dos sobrinhos ou "pregando bolão na minha camisa". Quando nasceu o garoto (Pedrinho, em homenagem ao irmão) resolveu mudar, procurar casa, não dava mais pra "abusar" do Pedro. Achou um barraco em Parelheiros (bem mais distante de Santo Amaro), "até que era barato" (não diz quanto).

Na construção, Zé abre um saco de cimento e um pouco de pó cinzento sobe, a garganta se irrita, tosse. Enquanto prepara a mistura, conversa. "Vou pro sétimo andar", pega um elevador de madeira, parece pouco seguro, o carrinho-de-mão vai junto. No andaime, comenta: "Ainda bem que eu não trabalho sempre aqui; semana passada morreu aqui; semana passada morreu dois e um quebrou a perna. Isso cai sempre".

"Vou pro sétimo andar". O elevador de madeira sobe, inseguro. Zé Amâncio, operário de construção civil em São Paulo, está construindo. "Ainda bem que eu não trabalho sempre aqui; semana passada morreram dois e um quebrou a perna".

## ZÉ AMÂNCIO

Antonio Mendes Junior

da morreram dois e um quebrou a perna. Isso cai sempre".

Pedrinho está com cinco anos e o casal não quer mais filhos, o ganho não dá para o sustento de outro. Zuca trabalha como doméstica, por dia. "As patroas gostam dela, que sabe lidar com criança e cozinha bem". O garoto fica com uma vizinha, D. Lurdes, que cobra Cr\$ 50,00 por mês para cuidar dos meninos das vizinhanças.

A casa é minúscula, não há banheiro nem cozinha. O fogareiro, no canto, enfumaça tudo. Na parede, uma velha fotografia de "Placar", com o time do

São Paulo Futebol Clube, contrastando com uma imagem de São Jorge (protetor do Coifinhães). "Domingo estou na várzea", garante Zé Amâncio. Joga na ponta direita e mostra, com orgulho, suas pernas tortas: "parecem as do Garrinha não é?".

Onze e meia, hora do almoço. A maleta, que ele temia ser cobrada pelos ladrões, contém apenas a marmitta: arroz, feijão, um ovo frito; nos dias pares o ovo é substituído pela carne. No bar da esquina, Zé e um amigo compram uma Tubaina, refrigerante que lembra o Guaraná. E um pouco de cachaca.

Pedrinho queria ir para o Parque Infantil, mas não há

matizes de amarelo claro, rosa e verde e as cortinas são de cetim dourado, com franjas da mesma cor do teto. O Salão Oficial de Jantar, em estilo Adams tradicional, possui uma tapeçaria **Flemish** do fim do século XVII. Mas caso o ocupante da mansão não esteja disposto a usá-lo, poderá jantar numa sala íntima, do começo do século XIX. Este é apenas um dos confortos do ocupante da mansão, que poderá dispor até de um acesso privado, pelos fundos, permitindo uma entrada discreta até seus aposentos.

Mas quem seria o ocupante de coisa tão fina? A partir de setembro, quando as reformas e adaptações estiverem concluídas, o prefeito do Rio de Janeiro, o engenheiro Marcos Tamoio, seus assessores e demais funcionários do gabinete da Prefeitura Municipal, Tamoio, que mais de três meses depois de tomar posse ainda não dispunha de um local onde instalar seu gabinete, acaba de comprar a mansão — antiga residência oficial da embaixada oficial britânica — por 40 milhões de cruzeiros, à vista.

*O presidente Geisel autorizou a liberação de 2 milhões de cruzeiros para reformas do prédio do antigo Paço Imperial, na praça Quinze. As negociações para a compra da mansão britânica, entretanto, já estavam em andamento e Tamoio decidiu levá-las à diante: Vou para o que ficar pronto primeiro".*

*Como a reforma da mansão deverá ser concluída em dois meses e o Paço, segundo o gabinete da prefeitura, só deverá estar liberado no ano que vem, a nova sede da prefeitura será mesmo na rua São Clemente. Todos os móveis da mansão foram tomados pelo governo inglês.*

vagas. Seria uma economia importante e talvez fosse possível comprar uma televisão para Zuca, que vai todo dia à casa de Zoraide (a única moradora da rua que tem TV) para ver as novelas "Meu Rico Português" e "Gabriela". "Me encho porque ela não fica em casa e geralmente eu vou dormir sozinho". Zé Amâncio não diz quanto ganha. Dá uma risada e desvia o assunto. Afirma também que nunca teve problema de emprego, mas diz que conhece vários amigos que ficaram muito tempo sem trabalhar, na dureza.

"Acho que vou fazer o Mobra, diz que é bom, a gente aprende a ler e pode subir na vida". Zé não quer abandonar a construção civil. Quer ser mestre de obras, fazer Zuca deixar de trabalhar, ficar em casa, cuidar do Pedrinho, até ter outro filho.

O cimento continua poluindo o ar. Mistura-se com areia, pedra, água. Forma uma argamassa, "tijolo com tijolo num desenho lógico". "E que nem passar manteiga no pão". O carrinho vai e volta. Na frente da construção um caminhão-betoneira despeja, roncando, novas quantidades de concreto. "A primeira coisa que comprei, quando cheguei aqui, foi um vestido para a Zuca. Depois, um rádio de pilha, pra

ouvir o jogo do São Paulo". Zé sabe de cor vários times e, quando aprender a ler, vai comprar sempre **A Gazeta Esportiva**. Pedrinho já é um craque, "precisa ver o controle de bola do menino, qualquer dia leve ele pra escolinha do São Paulo. Vai ver, ele me sai um Mirandinha...".

Zuca quer sair de Parelheiros. E muito longe, a condução é dura, os problemas são maiores. Em Santo Amaro, numa casinha pequena, se o Zé melhor, seria bem mais fácil. "A gente pode pedir pros amigos, fazer mutirão, se tiver um terreno e vai construindo aos poucos".

Seis e meia da tarde, depois de lavar as mãos e o rosto num jato de água fria, saída de uma torneira escondida no meio dos cabritos, Zé Amâncio começa a difícil pelega: voltar para casa. Da Lapa a Santo Amaro, de Santo Amaro a Parelheiros, umas boas duas horas o esperam. Lá, Zuca prepara-se para ir à casa de Zoraide, a comida pronta, Pedrinho na cama, o lampião de querosene à meia força. Zé, com sua maleta, a marmitta vazia e a cabeça cheia, passa por um "out-door": três dedos erguidos, com as inscrições "Paz, Amor e... Trabalho"; "Trabalho é Produtividade".

**O** culto, sempre aos domingos, começa pontualmente às sete e meia da noite, na "Ex-rua 9", de terra batida e sem iluminação, em São Miguel Paulista — bairro operário de São Paulo. É o templo da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo" (1).

"Meus amigos e irmãos, boa noite. Vamos começar com uma salva de palmas para Cristo." Terno xadrez, uma cara simpática, o pastor Davi inicia mais um culto. Os fiéis da congregação, em maioria, são gente muito simples e pobre. Os rostos, há pouco tão tensos, abrem-se em sorrisos. Breves orações são feitas. Os braços erguidos fazem preces a Deus. Todos cantam uma canção a Cristo. É rápida e contagiante. A atmosfera se alegria. O coro, levemente desafiado, conduz a cantoria. A emoção é visível.

Gritos são ouvidos, cada vez maiores. As palmas, já sem ritmo certo, são constantes. O coro está de pé. Lágrimas começam a rolar. Braços levantados que parecem tentar se aproximar um pouco do céu. Buscam a salvação.

Há exatamente vinte anos, o

mestre-de-obras-e ex-pedreiro — Manoel de Melo, descontente com a Igreja Católica "incompatível com as vontades do povo", decidiu fundar sua própria igreja. Uma que fosse "mais próxima às precárias condições do trabalhador brasileiro", diz Manuel de Melo. Em pouco tempo, graças inclusive a um talento retórico extraordinário, ele fundou igrejas e congregações em quase todos os bairros da periferia da Grande São Paulo. No Estado existem, hoje, mil congregações, no Brasil todo, cinco mil). A Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo" possui uma grande sede na Pompeia, em São Paulo, com 100 metros de comprimento por 30 de largura e capacidade para oito mil pessoas. Manuel de Melo anuncia a construção do "maior templo do mundo", três vezes maior que a sede atual. O

A rua é chamada de Ex-rua 9, terra batida, sem iluminação, no bairro de São Miguel em São Paulo. O pastor David convida: "Vamos começar com uma salva de palmas para Cristo"

## Palmas para Cristo

Samuel Seibel

dinheiro vem de doações semanais de um milhão e meio de adeptos que participam dos serviços religiosos das igrejas e congregações, como essa de São Miguel (2).

Agora, quem assume a condução do culto é o pastor Orlando, primaz da congregação. Dialoga vivamente com a platéia: "Voces estão felizes?" "Estamos". E uma só voz: "Queremos Deus?". "Queremos". Eles gritam com vigor. Orlando chama o primeiro participante do público. Vai cantar "A alegria de sentir Cristo". Seu tom perde-se com o da guitarra. A platéia o ajuda. O coral o acompanha. O pastor, os obreiros (voluntários que ajudam nos trabalhos religiosos), os presbíteros cantam com ele. Ao fim da música, palmas. Para Cristo. Para o povo

— Mais forte. Mais, ainda, com fé. Glória a Deus. Vamos

ver o lado que aplaude mais forte. Primeiro o direito. Muito bem. Agora o esquerdo. Fracinho. Que vergonha. Ganhou o direito. Todos juntos agora.

O público, exibindo as roupas domingueiras, olha orgulhoso as mãos de tanto aplaudir.

Orlando está alegre. O povo, radiante. E essa a hora do dízimo e oferta. Todos se levantam. Vão até a mesa. Fazem questão de colaborar. Pingam notas de 5 e de 10 cruzeiros. Pingam também notas de 50 e até 100 cruzeiros.

Orlando apela e promete: "Vamos fazer da igreja de S. Miguel uma igreja missionária". O povo grita amém e Glória a Deus em sinal de concordância. "Vamos distribuir nossos dízimos às igrejas mais pobres". As ofertas são dadas com sorrisos.

A medida em que o culto vai chegando ao fim, o descontrolado é geral: em pé, curtas orações são feitas. Os olhos se fecham e se fixam no "além". As mãos rogam a Deus. Todos choram e gritam altivamente.

(1) Em 1950, a religião católica tinha 41 milhões de adeptos. A segunda religião mais frequentada, a dos protestantes, tinha um milhão e 700 mil fiéis. Em 1970, a católica atingia a 48 milhões de pessoas, aumentando em apenas 16% em relação a 1950, enquanto a protestante crescia 66%, pulando para três milhões de adeptos.

Esse crescimento se deu, basicamente, pela multiplicação de fiéis de uma das facções protestantes: os pentecostais. A religião pentecostal — de Pentecostes, que significa a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos — possui várias seitas

independentes: "O Brasil para Cristo"; "Assembleia de Deus"; "Cruzada Nacional de Evangelização", etc. Há 30 anos, os pentecostais eram minoria entre os protestantes, com apenas 10% do total; hoje, chegam a 70%.

"A doutrina pentecostal consiste numa reorientação da vida, que não apenas consola psicologicamente os fiéis, mas que os ajuda a sobreviver numa sociedade cheia de lutas e competições. Não se restringindo a receber uma mensagem intelectual e teológica e sentindo-se renovados pelo "batismo do Espírito Santo", os adeptos passam por uma profunda vivência emocional que afeta as bases mais íntimas de sua personalidade. Antigos hábitos são extirpados e novas morais tornam-se aceitas e seguidas com escrupulosa piedade" — diz Cândido Procopio de Carvalho, no seu livro sobre o crescimento das religiões pentecostais no Brasil. (2) Segundo o Diretor do Centro Educativo, pastor Ronaldo, da sede central da organização em São Paulo, a Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil Para Cristo", já tem 1.500.000 adeptos, "e o número de seus seguidores cresce rapidamente".

# ENSAIOS POPULARES

## Partido ou bode expiatório

Citada da ARENA, foi posta no pelourinho. Se a distensão não vai bem, a culpa é da ARENA. Se o governo não conta com muitos eleitores, a culpa é da ARENA, que não soube transmitir a mensagem oficial. Se a política brasileira atolou num imobilismo institucional que constrange, é da ARENA, a culpa, pois ainda não deu provas da imaginação criadora reclamada pelo Presidente. A ARENA, prossegue o libelo impiedoso, não tem líderes competentes, está dividida, não renovou seus quadros, não soube atrair estudantes e trabalhadores à suas fileiras. Não conseguindo refletir os anseios populares e nem sempre interpretando corretamente o próprio pensamento do governo, tornou-se um partido inútil e inviável.

Não se pode negar que algumas dessas acusações são verdadeiras. Mas seria a ARENA a única culpada? Como partido do governo, é obrigada a defender uma política institucional, econômica e externa que parece desagradar a parcelas da população. Não estaria aí a raiz de suas dificuldades? Qualquer partido que apoiasse esta política, por mais bem administrado e imaginoso que fosse, não sofreria as mesmas vicissitudes?

Este pode ser o significado profundo da enigmática teoria que o senador Dinarte Mariz e depois o deputado José Bonifácio se encarregaram, de propagar na semana passada. Segundo estes parlamentares arenistas, pouco adiantaria dissolver o MDB e a ARENA para formar novas agremiações. Porque, "se no Brasil existissem dez partidos, nove ficariam com o governo e o décimo, na oposição. No fim, a situação seria a mesma".

## Minoria no governo e maioria na oposição

No primeiro semestre deste ano, desenrolou-se em alguns Estados da Federação uma original experiência democrática. Segundo uma definição clássica "a democracia é o governo da maioria com respeito aos direitos da minoria". Mas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e Acre, a maioria foi para a oposição e a minoria ficou no governo e nem sempre respeitou os direitos da maioria. Como era de se prever, semelhante arranjo criador não se desenvolveu sem alguns atritos.

No Acre, a maioria emebedista da Assembléia, entendendo que o poder de aprovar implicava o de recusar, não quis homologar os candidatos arenistas propostos pelo governador para a prefeitura da capital. Entendeu mal, e o resultado é que o presidente Geisel, com base no AI-5 decretou a intervenção no município de Rio Branco e garantiu que a prefeitura continuasse com a Arena.

Em São Paulo, durante todo o semestre, o governador e o MDB se empenharam numa guerrilha desgastante em torno da escolha de prefeitos para as estâncias hidromineiras e de superintendentes para as autarquias. Mas, sempre que a insistência do MDB passava dos limites, Paulo Egydio, que já prometera governar com o mapa eleitoral nas mãos, ameaçava "pular no terreiro para a briga". E o MDB curti-do pela lição de Rio Branco, batia prudentemente em retirada.

Mais complexa apresentou-se a situação no Rio de Janeiro onde, além da maioria oposicionista e da minoria situacionista, o governador fez questão de manter-se afastado tanto de uma quanto de outra.

E as mais surpreendentes foram as experiências do Rio Grande do Sul e do Amazonas, onde não se registraram incidentes mais sérios não se sabe se por habilidade demais dos governadores ou por firmeza de menos do MDB.

Seria oportuno que os deputados aproveitassem as férias para refletir sobre os ensinamentos desta inovação institucional. E como não é recomendável que a teoria na prática continue sendo outra, um intrigante problema os desafia: deve mudar a teoria democrática ou é a prática brasileira que deve mudar?

## Além dos índios

A Fundação Nacional do Índio - Funai - proibiu os membros do Conselho Indigenista Missionário e o etnólogo suíço René Fuerst de entrarem em aldeias indígenas. As decisões, tomadas isoladamente, têm motivos distintos.

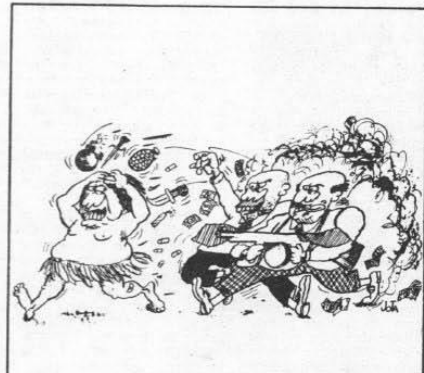
René Fuerst desembarcou no Brasil há três semanas talvez entusiasmado com a nova política da Funai de abrir postos indígenas aos estudiosos que foram banidos do convívio com as tribos brasileiras pelo ex-presidente do órgão, general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello. O general achava que, antes de se preocupar com a sobrevivência física e cultural das tribos, os antropólogos interessavam-se pelos índios somente como matéria-prima para pesquisas.

Entre 1970 e 72, Bandeira de Mello estava sendo acusado por uma insistente campanha de denúncias sobre um suposto genocídio de índios no Brasil, de que participavam pessoas realmente preocupadas com o futuro dos índios e ao mesmo tempo simples vendilhões de livros fantasiosos. René Fuerst integrou-se à campanha com uma antologia de trechos de autores brasileiros, como Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro, escritos bem antes das denúncias e que se referiam a casos isola-

dos de destruição de comunidades indígenas. O título do seu livro porém, igualava-se em má fé e exotismo à outros que formulavam acusações mais drásticas: "Bibliografia sobre o genocídio de índios no Brasil".

Na época, o governo brasileiro acionou as baterias diplomáticas com o máximo de indignação, vinculou as denúncias a campanhas políticas e finalmente trouxe jornalistas, diplomatas e membros da Cruz Vermelha para visitarem áreas indígenas. Ao regressar à Europa, desmentiram haver no Brasil uma política deliberada de extinção de uma raça.

Mas as notícias e livros publicados na Europa terminaram por prejudicar a causa daqueles que no Brasil, realmente defendiam o índio do etnocídio, a esmagadora destruição dos seus valores culturais através da integração forçada à sociedade nacional. Esse tipo de denúncia foi assumida por alguns sertanistas e pelo Conselho Indigenista Missionário, que reúne missionários católicos que trabalham junto aos índios. Eles não falam de fantásticas bombas destruindo tribos inteiras, nem de aviões metralhando aldeias indefesas. Denunciam o arrendamento de áreas indígenas a preço baixo, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, as invasões das terras dos bororo, xavante, munku, nhambiquara e dezenas de outras tribos; as expedições da Funai que perseguem e irritam os waimiriatoari, no Amazonas; a miséria dos kranhacore, que de lendários "índios gigantes" foram mendigar nas margens das rodovias até irem para o Parque do Xingu; e, sobretudo da própria Funai, apontada como entidade só interessada nos lucros que os índios e suas terras podem dar ao país e de remover os índios da rota dos fazendeiros. Para esses dois tipos de denúncia, uma baseada na invenção e outra na realidade apurada diretamente nas aldeias, a Funai tomou a mesma decisão, proibiu o etnólogo e os missionários de verem os índios. Mas, para que houvesse maior semelhança, não seria o caso de também chamar jornalistas, diplomatas e a Cruz Vermelha para apurarem as denúncias dos missionários? (Sérgio Buarque)



A SEMANA EM BRASILIA

Chico Pinto

## As estrelas da distensão

Bilac era um poeta oficial, de alta sensibilidade, que compôs o Hino à Bandeira. Além de outras coisas, que a pátria lhe deve, foi ele quem sugeriu o serviço militar obrigatório para todos os brasileiros. Os machos, evidentemente. Seu único pecado é o de não ter tido a argúcia para estender, esse compromisso, a todas as fêmeas. Enquanto a idéia não vinga, as mulheres descansam ou se cansam em outras labutas.

Andei aperfeiçoando o ouvido para as coisas terrenas e vou ficando surdo para a metafísica, as discussões bizantinas e as abstrações. Não consigo ouvi-las, nem aturá-las. Essa impaciência me torna meio obtuso e acabo sem entender coisa alguma.

Em um desses dias de obtusidade aguda ou de impermeabilidade mental queixava-me, à distância, a um velho sertanejo, de minha incapacidade para ouvir estrelas. Era um homem muito empertigado e muito cômico de sua autoridade de chefe intocável. Irritado, disse-me convictamente, que só conseguem escutá-las os que amam perdidamente. E

o amor perdido pensei eu — não é amor, é desespero. Mas o velho cacique, dono de todo o sertão, tem novas normas de conduta para o amor. Para ele, amar é acreditar sem discutir. Só amam, realmente, os que obedecem a todas as sentenças, os que se curvam diante de todos os conceitos, como um dogma de fé. Dirão os mais novos que este velho é um

ultramontano, um reacionário. Mas não importa a opinião dos novos e sim as do nosso vetusto e místico conselheiro. Para ele só entende as estrelas quem está apaixonado.

Então, conclui que só as entende, quem não raciocina, quem não analisa, quem não reflete. Logo, precisamos nos apaixonar urgentemente. Todos, sem exceção. Só assim, poderemos ouvir, entender e acreditar na conversa das estrelas.

Dei-me mal, uma vez, porque acreditei no que todos os jornais do mundo disseram de um certo senhor, todo poderoso, que um dia visitou a minha Casa e se hospedou na minha terra.

**P**ara onde for o deputado Ulysses Guimarães, iremos todos atrás", declarava há pouco tempo em Brasília um destacado parlamentar do MDB, integrante do antigo grupo dos autênticos, em meio aos boatos de que o governo estaria cogitando seriamente de modificar a atual estrutura bipartidária vigente no país. O raciocínio do deputado era simples. O governo, convencido de que a Arena havia se tornado incompetente para desempenhar o papel para o qual fora criada — o de ganhar eleições — estaria buscando fórmulas para recompor sua base política o que implicaria numa reformulação partidária. A tática do governo seria a de estimular o aparecimento de pelo menos três partidos: num deles ficaria a ala radical da Arena, cujo exemplo mais exponencial é o senador Dinarte Mariz; no centro se procuraria aglutinar a respeitável ala de liberais arenistas — onde se destacam Daniel Krieger, Teotônio Vilela, Célio Borja, Magalhães Pinto — juntamente com os moderados do MDB — Ulysses Guimarães, Thales Ramalho, Tancredo Neves, Franco Montoro; e finalmente, se procuraria jogar numa agremiação à esquerda os "radi-

cais" do MDB". Assim o governo obteriam uma dupla vitória: continuaria jogando com toda a massa que atualmente compõe a Arena — que seria distribuída entre as duas primeiras agremiações — e ainda aumentaria sua base com a adesão de importantes setores do MDB; e, em segundo lugar isolaria do MDB o chamado setor radical, que levanta perigosamente (para o governo) as teses oposicionistas e se recusa a operar dentro dos limites permitidos pela distensão. Daí o raciocínio do deputado emedebista em Brasília: a tática do governo não daria certo porque os chamados autênticos, antigos ou novos, se recusariam a fazer este jogo, não formariam seu próprio partido e engrossariam a agremiação que acolhesse o deputado Ulysses Guimarães (entenda-se por isso a ala moderada do MDB). Essa no entanto não seria a única dificuldade que o governo provavelmente teria de enfrentar na sua tentativa de reformular as estruturas partidárias e recompor sua base política. Partidos não se formam por decreto e mesmo levando-se em consideração que do ponto de vista ideológico e político se possa afirmar que pouco ou quase nada

## O BRASIL NOVOS PARTIDOS?

Marcos Gomes

separa homens como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Célio Borja — o que logicamente significa que poderiam estar no mesmo partido — haveria a necessidade de existir além do mero desejo governamental algum impulso que os unisse.

Esta motivação, capaz de criar o consenso que leve a um entrelaçamento orgânico entre setores do MDB e da Arena, poderia ser criada a partir do momento em que setores dos dois partidos sejam convencidos pelo sistema de que é fundamental uma aliança para sustentar a "política de distensão" do general Geisel e que o MDB estaria arriscando a abrir grave crise institucional caso insistisse em explorar o sentimento oposicionista manifestado claramente nas eleições de 15 de novembro passado. E os conselhos nesse sentido já estão chegando. Na semana passada o "Informe JB" dava seu recado: "não há no país um só político com

mais de 21 anos que não saiba que uma derrota da Arena nas eleições de 1976, seguida de outra nas de 1978, custará ao país o colapso das instituições. Mesmo assim, a cada dia se torna mais grosso o caudal de defensores intransigentes do bipartidarismo". Segundo o raciocínio do colunista do *Informe*, insistir no bipartidarismo seria repetir o erro do senado no episódio Wilson Campos, quando apesar de saberem que se não cassassem seu par o AI-5 seria aplicado, os senadores resolveram absolvê-lo. Passa-se assim a pregar abertamente a política do mal menor: antes uma reformulação partidária do que uma greve institucional.

O sistema contudo — apesar de que suas intenções reformistas sejam amplamente conhecidas — parece agir com cautela, cósido das possíveis confusões que uma reestruturação partidária pode provocar. Tudo indica que a opção

imediate é no sentido de se salvar a Arena e tentar recuperá-la para seu duplo papel: ganhar eleições e cumprir sem resistências as diretrizes do sistema. Dessa forma é que se pode interpretar do presidente Geisel no Rio, na semana passada, e as declarações do deputado José Bonifácio em Brasília, após uma audiência com o general Geisel, de que o bipartidarismo será mantido e que a Arena vencerá as próximas eleições utilizando-se amplamente do recurso das sublegendas para resolver as contradições internas. No Rio, o deputado Célio Borja também disse não acreditar na volta do pluripartidarismo porque os adeptos da idéia não saíram até agora de "discussões acadêmicas". E em São Paulo, apesar de admitir que "o atual sistema partidário brasileiro já não reflete a realidade política do país", o governador

Paulo Egydio considerou o momento inoportuno para a formação de novas agremiações partidárias.

Outro motivo que estaria levando o sistema a optar por enquanto pela manutenção do bipartidarismo seria a possibilidade de conter os ímpetos oposicionistas do MDB, mesmo que isso seja acompanhado de um crescimento eleitoral do

partido. Tudo depende em saber para que lado o MDB pretende desaguar suas forças. E segundo o deputado Lysaneas Maciel, o governo vem conseguindo importantes vitórias junto à cúpula do MDB e que podem ser observadas através de alguns fatos: a aceitação tranquila por parte do MDB da tese sobre distensão e o respeito da cúpula partidária dos estreitos limites impostos ao exercício da oposição (como exemplo mais destacado cita o caso da CPI dos direitos humanos, que a direção do partido se recusou a encaminhar); convite do governo ao MDB para que integre o Conselho de Desenvolvimento Político, que seria criado pelo governo; gestões para que o MDB retorne ao Conselho dos Direitos da Pessoa Humana; aparecimento dentro do MDB de grupos estimulados diretamente pelo ministro Falcão, como o grupo formado pelo deputado Epitácio Cafeteira — o chamado "grupo dos assustados" — para combater os radicais do partido.

Levando-se em conta as observações do deputado carioca, pode-se chegar à estranha conclusão de que talvez as coisas vão melhor para o governo no MDB do que na Arena.

## Como Diógenes

Teodomiro Braga

**A** se confiar nas palavras do senador piauiense Petrónio Portela e do vice-líder do governo no Senado, o careense Virgílio Távora, o general Geisel está como Diógenes de lanterna na mão, à procura de um "homem verdadeiro" para ocupar a presidência da Arena. "As qualidades exigíveis (...) são a autenticidade, a coragem e a combatividade", disse o próprio Petrónio Portela em rápida entrevista à *JV Globo*, na semana passada. Já o senador Virgílio Távora, a *O Estado de S. Paulo*, ia além: "O presidente da Arena deve ser eficiente e gostar do povo, paciente para atender aos reclamos... e, principalmente, ser corajoso para não se desviar do caminho a que se propôs, qual seja o da vitória de seu partido, sejam quais forem as condições encontradas e as críticas formuladas". A *Movimento*, Távora enumerou três outras condições essenciais ao presidente da Arena, a eficiência, "transito entre os colegas" e a "absoluta confiança do presidente de maneira que quando falar, todo mundo saberá que está falando em seu nome".

Até a semana passada os mais citados eram o velho marechal Cordeiro de Farias, que foi convidado por Geisel para o cargo mas ainda estava relutante por causa de pressões familiares para que não voltasse ao clima seco de Brasília — e o senador Luiz Viana Filho, que, segundo o senador maranhense José Sarney, outro nome cogitado, já estaria escolhido. Aparentemente o nome de Luiz Viana está encontrando resistência em setores governistas — especialmente no próprio Senado — que não escondem o desgosto e a irritação pelas revelações do livro de Viana sobre o governo Castelo Branco.

O deputado Herbert Levy, 64 anos, atual relator da CPI das multinacionais, presidente da UDN na época do governo João Goulart e então um dos mais intransigentes adversários do presidente, desponta num segundo escalão de postulantes

onde se sobressaem também o presidente da Câmara dos Deputados, Célio Borja e Rafael de Almeida Magalhães.

A menos considerado de todos os candidatos é o próprio Petrónio Portela que ficou inteiramente alijado da disputa a partir das três condições básicas que ele mesmo exigiu para o próximo presidente do partido. Porque não é "corajoso", nem "combativo" e muito menos "autêntico", já faz parte do folclore político a sua famosa indecisão nos dias que sucederam à deposição do ex-presidente João Goulart (até o dia 2 de abril de 64 Portela ainda se propunha a lutar em favor de Jango; quando a situação se definiu ele também definiu-se a favor da situação). As outras qualidades citadas por Távora, ele também não tem. É notoriamente ineficiente, não tem trânsito livre entre os colegas de partido e quando diz que fala em nome do presidente todo mundo duvida. A absolvição do senador Wilson Campos pelo Senado, com os votos da Arena, é o exemplo mais recente de um episódio em que Petronio Portela não conseguiu convencer a bancada arenista a votar de acordo com os pedidos da liderança do partido, nem mesmo quando disse que a intenção do governo era cassar o representante pernambucano pelo próprio Senado. Houve quem duvidasse se aquela era apenas a opinião do senador piauiense, ou se ele estava realmente expressando o pensamento de Geisel.

Na semana passada, já sem a agitação que viveu durante os momentos confusos que culminaram com o queda do AI-5 sobre um de seus pares, o Congresso Nacional teve seus primeiros dias realmente de recessão. A Câmara inteiramente vazia, de funcionários e deputados, com os corredores empoeirados pela rearrumação da casa, enquanto no Senado o ministro Itamar Franco, da parte do MDB, e o vice-líder do governo, Virgílio Távora pela Arena, faziam uma espécie de "plantão". Ambos na expectati-

va da escolha do novo presidente da Arena e desrumores sobre a mudança do sistema partidário.

A "Morte" do MDB e da Arena foi anunciada no dia 5, em *O Estado de São Paulo*, que previa a extinção do MDB e da Arena antes das eleições de 1976, quando então os candidatos seriam todos "avulsos", sem vínculo partidário. Os novos partidos só seriam criados depois das eleições. No dia seguinte, no entanto a "morte" do MDB e da Arena era "suspensa" ou pelo menos adiada até depois das eleições de 1976 — por fontes do Palácio do Planalto que se apressaram em desmentir o fundamento da idéia sugerida pelo jornal. Nesse mesmo dia o governador de São Paulo, Paulo Egydio, falava em defesa do bipartidarismo. Dias depois, quase no fim da semana passada, ao receber a bancada da Arena, no Palácio Guanabara, o próprio Geisel desmentiria a existência de estudos para a criação de novos partidos. Intervinha no debate sobre a inautenticidade dos dois partidos, não justificando a sua extinção para a criação, sobre suas cinzas, de partidos novos e mais "autênticos". "Quando nós tivemos partidos autênticos?" — teria perguntado o general Geisel aos arenistas no Palácio Guanabara. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, ele mesmo teria respondido prontamente que: "A não ser o Partido Comunista, a Ação Integralista e o núcleo do antigo Partido Libertador, além das correntes agrupadas em torno dos extintos Partido Socialista Brasileiro e Democrata Cristão, nenhuma outra agremiação política no Brasil pode ser apontada como autêntica". "Eu não era político, mas hoje ocupo uma posição política, atuo como político e tenho uma visão política dos fatos", disse ainda Geisel. Geisel fala à Nação ainda este mês, talvez ainda esta semana. De acordo com fontes do próprio Palácio do Planalto, deve reafirmar mais uma vez o bipartidarismo e a chamada política de distensão.



## As Viagens de Cordeiro de Farias

**N**ão havia nenhuma preocupação em esconder da imprensa o encontro de três horas realizado no apartamento 451 do Copacabana Palace, no Rio, entre o marechal Cordeiro de Farias e antigos dirigentes do extinto PSP, que foram de São Paulo para agradecer recentes elogios do marechal a Ademar de Barros. Ao contrário: foi o próprio Cordeiro, ajudado de certa forma por Juscelino Kubitschek, quem transmitiu a informação aos jornais. Um dos últimos tenentes vivos das revoluções de 22, 24, 32, da Coluna Prestes; se entregou a uma tarefa que lhe teria sido confiada pelo próprio presidente da República: "conhecer a ARENA, seu mecanismo, suas falhas, as divisões" ouvindo as figuras mais representativas do parti-

do onde a derrota foi mais séria. Como São Paulo, por exemplo. Assim ele esteve em São Paulo para as comemorações do Dia da Vitória e foi muito fotografado e filmado ao lado do presidente Geisel e do governador Paulo Egydio, durante e depois do desfile militar. E voltou alguns dias depois, para uma reunião de duas horas, no gabinete do governador e saiu sem dar entrevistas.

— Em tudo e por tudo, dá a impressão de que ele se comporta como futuro presidente da ARENA, diz uma pessoa que participou de um destes encontros. Ele foi até veementemente demais para negar, quando se falou no Luis Viana para a presidência nacional do partido. Só faltou dar murros na mesa.

Depois da reunião do Copacabana Palace seus par-

ticipantes, incluindo o marechal, respeitaram o acordo: manter a discricão. Dele, sabe-se que falou pouco e variou em torno de dois temas:

1) "prestigar o presidente Ernesto Geisel, para sem choques e convulsões passarmos ao estágio de redemocratização do país. Então todo nosso apoio a ele e ao seu projeto de distensão".

2) "há possibilidades de mais partidos, antes ou depois das eleições municipais de 76. Só com dois não dá para fazer a distensão marchar". Para isso, ele, em nome do presidente da República, pedira paciência. E compreensão. E isto bem no final do encontro, depois de ouvir dos experientes dirigentes do antigo PSP, indignados com a discriminação de uma pretensa elite, que comanda as críticas e as insinuações maliciosas, embora jamais tenha a mesma, algum dia, no passado, sequer se aproximado poder através do voto popular em nosso Estado", assinala um antigo colaborador de Ademar de Barros.

Cordeiro ouviu, como queria, todas as informações sobre a divisão da ARENA em São Paulo e ouviu também uma advertência:

— O partido não vem fazendo uma auto-crítica. Apenas insinuações maliciosas de antigos adversários, que não servirão para levar nem à união da ARENA e muito menos a uma posição destacada nos resultados eleitorais de 76. E hoje, o comprometimento eleitoral não se limita a simples prejuízos, no caso de um malogro, para um partido isoladamente como acontecia no passado. Representando a ARENA, o governo e o próprio espírito da Revolução, um insucesso transforma-se em fato grave pois implica em um julgamento do movimento de 31 de março, queiram ou não os vencedores.

## MOVIMENTO

**Conselho Editorial**  
Alencar Furtado, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Herminio Borba Filho, Orlando Villas Boas.

**Conselho de Redação**  
Agumaldo Silva, A.C. Ferreira, Bernardo Kusinski, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J.C. Bernardet, Marcos Gomes, Mauricio Azevedo, R.R. Pereira, Teodomiro Braga.

**Diretor de Operações**  
Francisco Marsiglia

**Diretor Responsável**  
Antônio Carlos Ferreira

**Editor**  
Raimundo Rodrigues Pereira

**Editores especiais:** Bernardo Kusinski e Marcos Gomes.

**Nacional:** Sérgio Buarque (editor-assistente), Carlos Alberto Sardenberg (editor-assistente), Teodomiro Braga (editor-assistente), Brasília; Francisco Pinto (chefe da sucursal de Brasília); Genilson Cezar e Celina Whately (sucursal, Rio), Agumaldo Silva, Perival de Souza (polícia), Bernardo Lerer (política paulista), Carlos Gentile de Melo (medicina), José Zatz e João Lizardo (ciência), Luiz Bernardes (reporter), Elmar Rones, Carlos Mosman e Jefferson de Barros (reporters), Rio Grande do Sul; Ivan Maurício (correspondente Nordeste), Luiz Pontual (correspondente, Salvador); Lello Fabiano dos Santos (correspondente, Belo Horizonte); Dirceu Brisola, Mauricio Azevedo e Ricardo Kotscho (editores-contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Welfort, Hamilton Almeida Filho, Moniz Bandeira, Nelson Werneck Sodre (colaboradores).

**Economia:** Arlindo Mungoli (editor), José Roberto de Alencar (consumo, editor-assistente), Helo Pereira (reporter), Rio; Paulo Cezar (reporter), Brasília; Francisco de Oliveira (editor-contribuinte), Paulo Singer e Ricardo Bueno (colaboradores).

**Cultura:** Fernando Peixoto (editor), Flávio Azevedo e José Miguel Wisnik (editores assistentes), Ricardo Maranhão (ilustrador), Marcus Pencheir (editor-assistente), Rio; Antônio Mendes Junior, Carlos Nelson Coutinho, Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Luiz Roncan, Marco Aurélio Nogueira, Paulo Vidal, Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Pechman (ilustr.), Jean-Claude Bernardet (cinema).

**Internacional:** Flávio de Carvalho (editor), Izalco Sardenberg (editor), Paulo Esmanhot (América Latina), J.M. Nunes Pereira (África), Carlos de Souza (correspondente, Paris), David Klaffer (correspondente, Nova York) e Jayme Sautchik (correspondente, Londres).

**Arte:** Elifas Andreato (editor), Valdir de Oliveira (secretário gráfico), Joca Pereira e Silvio José Macedo (diagramação), Cássio Loredano, Chico Caruso, Carlos Clemen, Jota, Jayme Leão, Luiz Gê, Luiz Trnmano, Paulo Caruso e Rubem Gnilo (desenhistas), Iolanda Husak, Leda Trindade, Ricardo Alves, Augusto Ramasco, Antônio Carlos d'Ávila, Marcia Rabelo, Juca Martins e Antônio Saggese (fotografias).

**Pesquisa:** Maria Cecília Magalhães (chefe), Jacqueline Thyssen (internacional) e Eduardo Macedo (microeconomia).

**Revisão:** Luz Roberto V. de Jesus e Armando A.T. Sartori.

**Administração:** Luiz Carlos Bittencourt (chefe), Luz Augusto Caetano (auxiliar), Mana das Graças Rodrigues (secretária).

**Movimento** é uma publicação de Edição S.A. Editora Livros, Jornais e Revistas, Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua Voluntários da Pátria, 249, Sala 202. Telefone: 276-0629. Sucursal Brasília: Edifício Márcia, sala 1.007. Telefone: 24-1627. Distribuição: Abnli S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575, São Paulo. Telefone: 65-5111. Composto e impresso nas oficinas da PAI - Publicações e Assistência Técnica Ltda: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo. Telefone: 282-2523. Maternil internacional via Vang.

O caso Vasco-Olaria

# REVIRAVOLTA NO BARIRIGATE

Maurício Azevedo

Menos de uma semana após o seu início, com a aparência de farsa que até então lhe emprestavam os seus principais protagonistas (ver **Movimento**, nº 1, 7 de julho de 1975), o caso do inquérito sobre o suborno do time juvenil do Olaria num jogo contra o Vasco pode se tornar o primeiro inquérito sério acerca de um tema até agora imune a qualquer devassa: a corrupção no futebol. O sinal para mudança de rumo do inquérito foi dado por uma informação de fontes do Ministério da Educação, que revelaram o interesse do Ministro Nei Braga na apuração da denúncia formulada pelo técnico Adalberto Martins e acolhida pela Federação Carioca de Futebol, que pela primeira vez em sua história decidiu, através de seu Tribunal de Justiça Desportiva, investigar os fatos noticiados amplamente pela imprensa do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro.

A essência do caso pode ser reproduzida em poucas linhas: para assegurar a possibilidade de disputar o título de campeão de juvenis, o Vasco da Gama comprou o Olaria, que cederia os pontos da partida dessa categoria em troca do amolecimento do time do Vasco no jogo das equipes principais dos dois clubes, em que só a vitória daria ao Olaria a oportunidade de participar do terceiro turno do Campeonato Carioca. Esta enunciação suscetida do episódio conduziu a algumas indagações para as quais o Tribunal de Justiça Desportiva tem de oferecer respostas: quem fez o trato? em que condições e circunstâncias? como homens maduros e supostamente respeitáveis, como os dirigentes de clubes, submetem jovens que mal se iniciam no futebol à vergonha de acordos tão espúrios?

A alegada preocupação do Ministro Nei Braga, que segundo as fontes do MEC poderia pedir a intervenção do Conselho Nacional de Desportos no caso, deu ao inquérito e a seu encarregado, o Delegado Moreira César, juiz do TJD, uma responsabilidade que a princípio não estão bem caracterizada. Ao abrir a fase de

depoimentos da investigação, o Delegado Moreira César deixou entrever que o inquérito poderia ser inteiramente inócuo, porque o suborno no futebol é feito sem CPF, nota fiscal, recibo ou outras mumunhas necessárias às transações convencionais. A apuração dos fatos dependeria basicamente do depoimento dos suspeitos e dos testemunhas, o que coloca o inquérito sob o risco fatal da ineficácia: basta que todos neguem o conhecimento da história que se investiga para que em pouco a comissão opine pela impossibilidade de uma conclusão. Com o tempo, como em outras histórias reais ou de ficção, se faria silêncio perpétuo sobre o assunto. O primeiro depoente, o técnico Daniel Pinto, apontado como um dos negociadores do acordo escuso com representantes do Vasco, pensava assim, tanto que saiu da sala reservada de interrogatório rindo à bandeiras despregadas: negou tudo, disse desconhecer os fatos narrados pelo denunciante e assim garantiu a sua inocência, ou a sua impunidade.

Ainda que o Conselho Nacional de Desportos se disponha a intervir no episódio, que esperanças há de revelar a verdade inteira e, além de morar no fundo de um poço, ela tem de ser exposta ou reconhecida ou confessada pelos acusados? Poucas, realmente, sobretudo porque os agentes ativos e passivos do ato de corrupção não só se obstinam em negar os fatos, como também passam a indiciar testemunhas convocadas a depor, ditando-lhes o comportamento durante os

interrogatórios. É o caso por exemplo do Presidente do Olaria, Jomery Raimundo Calomeny, que tem chamado os jogadores juvenis do clube e lhes mostrado, com a paciência de bom preceptor, que deviam responder assim e assado às perguntas do doutor juiz. As recomendações estenderam-se dos meninos aos funcionários do clube, todos instruídos a negar o conhecimento de qualquer informação sobre a trama dos dirigentes. Um desses funcionários, o roupeiro José Reis, ficou tão impressionado com a catetecese a que o submeteu o Presidente Calomeny que esqueceu o próprio nome. Reis foi programado para dizer apenas quatro palavras: "não sei de nada". Um repórter de jornal abordou-o no clube e colheu dele respostas de uma convicção extrema.

— Como é, Zé? Como é que foi o negócio?  
— Não sei de nada.  
— Mas você não ouviu nada no vestiário, na concentração, nos corredores do clube?  
— Não sei de nada.  
— Como é o seu nome todo?  
— Não sei de nada.

Assim como Calomeny e José Reis, os jogadores e até o gangula dos treinos do Olaria sabem de muita coisa, conhecem em pormenores a história que corre de boca em boca nas instalações do clube na Rua Bariri, num subúrbio do Rio. Convencionada a entrega dos pontos ao Vasco, a diretoria do Olaria tratou de garantir por todos os meios o cumprimento da barganha. Para começar, decidiu que no jogo contra o Vasco não entraria em campo o

time juvenil titular, que havia feito uma bela campanha do Campeonato sob a orientação do treinador Adalberto Martins, mas a equipe reserva entretida de dois ou três efetivos, para não dar muito na pista. O time titular, sob protesto do treinador, foi deslocado para um amistoso sem importância na Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias. Antes do jogo, o Vice-Presidente de Futebol do Olaria, Edmundo dos Santos Cigarro, foi mais ou menos sutil com a garatada:

— Olha aí, rapaziada, ganhando ou perdendo o bicho é o mesmo. Certo?

Não contente com esse convite ao amolecimento de seus jovens atletas, Edmundo adotou outras medidas que garantiriam o cumprimento do acordo pelo Olaria. No decorrer do primeiro tempo, ele viu que os garotos estavam endurecendo, ofereciam resistência à vitória do Vasco, que precisava ganhar por uma diferença de dois gols. No gol, o jovem Vacil, embora simples reserva, estava pegando tudo, advertido que fora pelo técnico Adalberto para o risco a que se expunha, como futuro profissional, se se deixasse corromper num jogo. No meio-campo, outro reserva, Zé Paulo, comia a bola, destruía as jogadas ofensivas do Vasco e ameaçava o gol adversário. Um contratempo.

Ainda durante o primeiro tempo, Edmundo dos Santos retirou Zé Paulo e colocou Ralph, para amortecer a resistência que os danados daqueles meninos birrentos e incompreensíveis estavam oferecendo

ao Vasco. De nada adiantou. Vacil vivia no gol e seu grande dia, fazia defesas prodigiosas, com o empenho de quem disputasse a final de uma Copa do Mundo. Era preciso neutralizá-lo.

No intervalo, o Vice-Presidente resolveu partir para medidas radicais. Começou por barrar o goleiro, para lançar em seu lugar o segundo reserva, o garoto Ademar. Antes que ele entrasse em campo, Edmundo foi claro:

— Olha, se até os 15 minutos do segundo tempo o Vasco estiver ganhando só de um a zero, como até agora, fica sabendo que você vai sair. Vou escalar em teu lugar um cara do ataque.

Tudo o mundo sabe dessas coisas dentro do Olaria, como sabe também que a barganha envolve "gente muito alta dentro do Vasco", como os mais bem informados fazem questão de proclamar, para mostrar que, pela importância das figuras envolvidas no caso, o inquérito não vai conduzir a conclusão alguma. "Gente muito alta dentro do Vasco".

No Vasco, ninguém fala sobre o assunto e a diretoria atribui todas as informações divulgadas a mera invenção da imprensa. Como em muitos confrontos, a melhor defesa é o ataque, a diretoria do Vasco, à frente o Presidente Agatirno Gomes, velha raposa dos corredores da Federação, parte para a ofensiva: declara alguns jornalistas *persona non grata*, sem pluralizar o esquecido Latim e não de que ele denigre a origem dos imigrantes que fundaram o clube). Sobre o inquérito, bico calado.

E calado permanecerá se o CND não intervir no caso. Porque do TJD, salvo surpresa, nada há que temer: nesse tribunal singular, cuja constitucionalidade já foi contestada por um juiz federal de São Paulo (o Juiz Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, em sentença no caso da suspensão de César), os juizes são indicados pelos próprios clubes. Alguns deles são capazes de cuspir no prato em que come?

O fechamento de um vespertino de Porto Alegre.

## Morre "Hoje"

Delmar Marques

Certamente foi a notícia que mais surpreendeu editores e redatores que, na madrugada da última quarta-feira, preparavam a edição do jornal Hoje, vespertino da Rede Brasil Sul de Comunicações, empresa que agrupa, em Porto Alegre, a rádio e TV Gaúcha e o jornal Zero Hora. Mas não ganharia manchete ou sequer seria publicada: era uma ordem da direção informando que o periódico, lançado há menos de nove meses com grande campanha publicitária seria fechado definitivamente. Na manhã do mesmo dia, a maior parte dos sessenta e nove funcionários da redação recebia seu aviso prévio enquanto Jayme Sirotsky, irmão do diretor-presidente Maurício Sirotsky Sobrinho, adiantava que razões de ordem financeira determinaram o fechamento: o novo jornal estaria dando um prejuízo mensal superior a Cr\$ 200 mil.

Da equipe de jornalistas, cerca de quinze pessoas foram aproveitadas na empresa, destacadas para a rádio, televisão ou para o jornal Zero Hora, sendo os demais dispensados sumariamente sem nenhuma explicação. Reunidos apressadamente por João de Souza, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, os antigos repórteres não sabiam explicar o acontecimento. "Quando de seu lançamento, já estava previsto que pelo menos durante dois anos a empresa deveria sustentar os prejuízos do jornal", afirma um deles.

Armando Burd, ex-diretor geral da publicação, explicou assim o fato que abalou profundamente seu prestígio na empresa: "Foi a agressividade do jornal, voltado para uma linha popular, que determinou essa decisão da direção. Eles (referindo-se aos membros da família Sirotsky, que ocupam

os principais cargos) estavam recebendo muitas reclamações, pois o jornal vivia apontando problemas da cidade, abalando certas áreas administrativas". Já Marcos Dvorski, gerente do jornal, alega que a circulação era muito pequena. Apesar do apoio da televisão, rádio e jornal Zero Hora, que promoviam campanhas em torno do Hoje, oferecendo aos seus leitores viagens sorteadas pela serra gaúcha, visitas ao zoológico, dando presentes para os proprietários de determinadas placas de carros fotografadas ou para garotas bonitas descobertas na praia, as vendas dificilmente ultrapassavam os seis mil exemplares diários.

Oficialmente, porém, a empresa não deu qualquer esclarecimento sobre a decisão, limitando-se a retirar o veículo de circulação sem publicar a menor nota nos outros órgãos

de divulgação. Preocupado com o fato e vendo nele um desrespeito pela classe e pelo público, o Sindicato dos Jornalistas resolveu convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para a próxima sexta-feira, quando seria apresentada uma análise sobre o fechamento do jornal, considerando um panorama nacional em que pesam o aumento do papel e controle de publicidade para agências estrangeiras.

"Pretendendo economizar, a empresa usava o mesmo sistema de distribuição do jornal Zero Hora e esse pessoal, sem receber uma compensação financeira pelo aumento do trabalho, não atendia convenientemente o novo jornal", afirma o inconfundível Armando Burd. Ele adianta: "Entre os contatos de publicidade era a mesma coisa. Faturando bem com a televisão e Zero Hora, os contatos relaxavam na apresentação do jornal Hoje, muitos mes-

mo chegando a "malhar" a qualidade do jornal na frente de possíveis anunciantes. Denunciei esse fato à direção mas nenhuma providência foi tomada". Ainda que justificando o que considerou seu "fracasso profissional", esses detalhes serviram de pouco consolo para a meia centena de profissionais que amanhacaram desempregados. Reunidos na noite do fechamento, para um jantar de despedida no Clube dos Caixeiros Viajantes, os jornalistas despedidos expulsaram da sala dois supostos políticos que, acintosamente, procuravam acompanhar todas as conversações na mesa. "Uma preocupação inconcebível", disse um veterano repórter, "nem nós temos o que dizer, nem eles o que ouvir. O patrão abre, o patrão fecha: só nos resta chorar". Ainda que não muito condizente com o prolapado machismo gaúcho, muita gente chorou naquela noite.

# O trem atrasou

"Só em 1977 se poderá melhorar o sistema de transporte ferroviário nos subúrbios do Rio. Até lá vamos ler muitas coisas nos jornais sobre incidentes e teremos que ouvir caladinhos as reclamações dos passageiros" (general Milton Gonçalves, presidente da Rede Ferroviária Federal.)

O defeito foi descoberto de madrugada. Na quarta-feira passada. Uma explosão numa caixa de força de 40 mil volts, próxima à estação de Quintino, paralisou todo o sistema de trens da Central do Brasil, nos subúrbios do Rio (exceto uma linha auxiliar). Primeira providência da rede ferroviária: reforçar o policiamento nas estações, principalmente na área crítica do ramal de Japeri, que serve à baixada fluminense e onde, há alguns dias, houve sérios incidentes. As estações do ramal de Santa Cruz foram ocupadas por paraquedistas, soldados da Polícia do Exército e da Polícia Militar.

Os primeiros passageiros, após pagar os 60 centavos, subir a plataforma e encontrar as tropas, perceberam que naquela madrugada não haveria trens e trataram de avisar os que ainda não haviam pago. Enquanto isso, a Empresa desviava todos os trens de subúrbio para a linha auxiliar (onde os trens não ultrapassam 30 km/h e param em todos os sinais) e tentava substituir a caixa que explodira.

Mas o transporte precário foi totalmente paralisado às 7 e 20, quando um "parador" de portas intravadas — quer dizer, que só sai da estação quando as portas se fecham — emperrou na estação de Tomas Coelho. O "parador" saíra da estação de Belford Roxo, às 4 e 40 e, a que altura, o excesso de passageiros, pendurados até no teto, impedia que as portas se fechassem.

Os passageiros apedrejaram e puseram para correr os ocupantes das rádios-patrolhas quando eles retiravam do porta-malas algumas bombas de gás, com a evidente intenção de utilizá-las. O tumulto só acabou com a chegada de um choque da PM: os soldados dispararam algumas rajadas de metralhadoras para o alto e só então o corpo de bombeiros pode iniciar o seu trabalho.

Enquanto isso, dois trens eram depredados nas estações de engenheiro Leal e Comendador Soares e o tumulto se estendia às estações de Cavalcante, Magno e Cascadura. O policiamento da PM se dividia em duas frentes: nas estações e nos pontos de ônibus, que passavam lotados.

As 10 e 20, a caixa de força foi substituída e os trens voltaram a correr.

A tarde, comentando os incidentes, o ministro dos Transportes, General Dirceu Nogueira, declarou-se "preocupadíssimo" com a tendência para a depredação, mas ao mesmo tempo reconheceu o "absurdo" da velocidade média de 30 Km/h dos trens suburbanos, achando por isso mesmo "natural" a indignação dos passageiros. E à noite, o presidente da Rede, General Milton Gonçalves, denunciava a atuação de "elementos agitadores, que se aproveitavam dos enguços ocasionais dos trens para insultar os usuários mais exaltados à destruição". Disse que todos os órgãos de segurança estão empenhados em descobrir essas agitadores", mas que até agora todas as pesadas pressões conflitos conseguiram provar sua condição de trabalhadores. Dava um conselho aos usuários: não quebrar os trens e sempre que possível viajar de ônibus. E anunciava providências mais sérias inclusive para impedir a repetição dos incidentes.

## Quinta, 10 de julho

Na madrugada de quinta-feira, os atrasos nos trens começaram cedo, às 2 horas, quando rompeu-se um circuito de 440 volts na estação central, a D. Pedro II. As 4 e 30, os técnicos conseguiram religar o sistema. Mas a alegria durou pouco: minutos depois foram informados que a cabina de sinalização da estação de Cascadura havia entrado em pane. A solução, novamente, foi desviar todos

os trens suburbanos para a linha auxiliar e prepará-los para o pior.

A reação não demorou muito. Em Deodoro, os passageiros da composição que esperava na estação a ordem para entrar na linha auxiliar, puseram o maquinista em fuga, apedrejaram o trem, queimaram dois vagões e colocaram pedras nas chaves de manobra — o suficiente para paralisar todo o ramal de Santa Cruz e Japeri.

Em Olinda, os dois mil passageiros do "parador" que esperava sinal verde parado na estação, incendiaram o último vagão e destruíram o que restava da estação. A estação já havia sido destruída há duas semanas e ainda estava recebendo reparos. Pouco depois, eram destruídas as estações de Mesquita e Morro Agudo e os tumultos se estendiam às estações de Anchieta, Austin, Nilópolis e Nova Iguaçu. As 7 e 30 aconteceu o último incidente do dia: os passageiros abandonaram um trem parado há meia hora em Queimados, juntaram-se aos que esperavam desde às 5 horas na estação e iniciaram a depredação, a começar pelos guichês de cobrança de passagens. Mas não foram muito longe: a essa altura, a estação já estava sendo ocupada por uma destacamento da Polícia Militar, que rapidamente dispersou a multidão e espandindo alguns e prendendo sete pessoas (posteriormente, a polícia apuraria que todos os sete presos eram trabalhadores e que, dos sete, seis ganhavam um salário-mínimo).

No fim da tarde, a Rede Ferroviária Federal distribuía uma "nota de esclarecimento" dando sua versão sobre os incidentes (a segunda em menos de 24 horas, terceira em duas semanas e quinta deste ano): ao contrário do quebra-quebra de 24 de junho, provocado, segundo a Rede, por "maus elementos" os incidentes de quinta-feira foram causados por "pessoas".

As irregularidades nas contas do DNER

## Punição simbólica

Fátima Murad

A estrada tinha 22 quilômetros, deveria estar pronta em 360 dias e custar Cr\$ 400 mil. Mas o DNER, sem alterar a estrada, dilatou o prazo para 2.116 dias e o pagamento para Cr\$ 1,8 milhão.

Desde que o Tribunal de Contas da União determinou em dezembro do ano passado, uma rigorosa inspeção nos contratos assinados entre 1965 e 71 pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, emergiram irregularidades e graves faltas contábeis, levando a um déficit acumulado de 300 milhões de cruzeiros em 1968. Em 1974 já ultrapassava a casa do bilhão. As denúncias eram tantas que o engenheiro Eliseu Rezende, presidente do DNER de 1967 a 74, gastou 44 laudas para defender-se, há duas semanas, no processo que corria pelo Tribunal de Contas da União e que foi julgado na tarde de quinta-feira. As contas do DNER são irregulares, disse o tribunal.

Não valeu a tirada poética de Rezende, de que "o julgamento mais relevante, em termos sociais, que se pode esperar de um órgão público prende-se à verificação de se ele cumpriu fielmente os programas do governo e trouxe benefícios reais à economia do País e ao bem-estar da sociedade brasileira". Mas sete dos nove ministros que julgaram as contas do DNER entenderam que tinham que se limitar a elas. "E contas são fatos", lembrou o ministro Wagner Estelita, que votou contra a aprovação.

Entre as dezenove espécies de irregularidades constatadas nas despesas do DNER e apontadas em relatório do procurador da REPÚBLICA, a mais gritante é a elasticidade dos contratos. Permitindo, por exemplo, que o contrato assinado em 1.966 para terraplanagem e outros complementos de um trecho de estrada de 22 quilômetros (entre Teófilo Otoni e Pedro Versiani) tivesse o prazo de entrega das obras esticado de 360 para 2.116 dias e os gastos engrossados de Cr\$ 400 mil para Cr\$ 1.850.000,00. Essa é uma amostragem simples de um problema que se repetiu, com variações para mais ou para menos, em centenas de casos. Nessa ginástica, os déficits foram se acumulando.

Os gastos a título de despesas de operações de crédito chegavam a Cr\$ 600 milhões em 1.971. Empréstimos eram feitos por antecipações, pesando sempre sobre o exercício subsequente. Aliás, esse item — empréstimos — tem muitos pontos obscuros. Por exemplo, por que não foram depositados em contas bancárias próprias e sim em contas individuais? Nem foram especificadas as despesas. Como também não foi explicada a diferença de 6,5

milhões de cruzeiros entre a cobrança do imposto sobre transporte rodoviário e o valor final ou várias indenizações, total de 75 milhões de cruzeiros, com pagamento inclusive ao consórcio construtor da ponte Rio-Niterói sem especificações ou justificativas dos critérios adotados. Diante desses fatos, o presidente do DNER, Eliseu Rezende, disse em seu relatório de defesa: "A política financeira e orçamentária do DNER não é uma política clandestina, que se traça à revelia dos poderes superiores, sujeita como é a todo tipo de controle, desde as autorizações individuais para esta ou aquela operação, até os controles que se exercem através do orçamento."

### SELECIONANDO CONTRATOS

O trabalho de inspeção do TCU, que encheu 35 volumes e 6 anexos, começou a se delinear na sessão de julho de 1.972, quando foram examinadas as contas do exercício anterior. Fato então que determinou uma inspeção extraordinária abrangendo o período de 1.965 a 1.971 — e as irregularidades eram as mesmas em todos os exercícios. Diante dessa conclusão decidiu-se que o órgão deveria selecionar os contratos de maior vulto e dimensão para o julgamento dos termos e as prorrogações. O TCU retomava todos os julgamentos anteriores, que aprovavam as contas do DNER, para fazer reavaliações de contas já aprovadas anteriormente — usando já então instrumentos outorgados pela Constituição de 1.967, entre quais as inspeções *IN LOCO* e o levantamento completo de dados até então inacessíveis ao controle externo.

Foram selecionados contratos, mas estranhamente o de maior vulto ficou de lado: o da ponte Rio-Niterói, cujo valor inicial previa custos de duzentos milhões de cruzeiros. As obras foram iniciadas, mas, em seguida, houve uma interrupção. Primeiro, porque o então ministro Mário Andreazza desentendeu-se com a firma construtora. Depois, a firma estourou. Não houve nova licitação pública. O DNER contratou um consórcio de empresas para prosseguir as obras e hoje os preços já vão a quase três bilhões de cruzeiros. Na ocasião (1.971) o partido da oposição tentou criar uma comissão parlamentar de inquérito na Câmara dos Deputados para examinar essas transações, mas seus 80 votos pela Constituição da CPI

foram vencidos pela maioria arenista. Na mesma época, alguns deputados do partido tentaram visitar as obras da ponte, mas foram barrados. Diante do impasse que se criou na Câmara, o ministro Mário Andreazza se dispôs a comparecer àquela casa para apresentar um relato sobre a ponte Rio-Niterói. Só os deputados da Arena assistiram à sua exposição. O MDB, justificaria mais tarde sua retirada da sala de reuniões pela impossibilidade de aprofundamento na questão num espaço extremamente limitado. Dias depois, vários membros da bancada da Arena foram às obras da ponte, acompanhados de Andreazza.

Não foi essa a primeira ocasião em que matérias da área dos transportes suscitaram interesses entre os deputados. Em 1.963, foi constituída uma CPI para examinar transações ilícitas do DNER, que denunciavam a prática de atos administrativos "desaconselháveis".

### MULTA SIMBÓLICA

A votação das contas do DNER pelos ministros do TCU foi um tanto penosa. Com exceção dos ministros Wagner Estelita e Mauro Renault Leite, veementes na condenação das irregularidades, todos os outros membros foram, se não redundantes, pouco objetivos. Preferiram não criar atritos ou confusões ao ex-ministro Mário Andreazza, que esteve no TCU, uma semana antes do julgamento. Guido Mondim não falou muito, apesar de ter votado pela não aprovação das contas, usou todo o seu discurso para louvar "a proibição dos responsáveis maiores no cumprimento e no desenvolvimento do trabalho de tão grande mérito". O relator da matéria, Jurandir Coelho e o ministro Glauco Lessa, os únicos votos a favor do DNER esboçaram um esforço na defesa do órgão. Lessa disse que após metódica análise chegou a conclusão de que as referências às ilegalidades eram "irrelevantes".

Rezende e os dois presidentes que o antecederam a partir de 1.965 no DNER — Lafaiete Prado (65-67) e Tomas Landau (presidente interno por três meses) — vão ser multados com 10, cinco e três salários mínimos por cada exercício. Diante dos fatos constatados, a pena, admitiu o próprio tribunal, foi simbólica.



# A CIÊNCIA E O PODER

Ricardo Maranhão

Nada como uma boa reunião científica para se discutir política. Essa constatação, extremamente frequente nas inúmeras e movimentadas sessões da XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que estão se realizando em Belo Horizonte desde o dia 9 de julho, poderia ser perfeitamente explicada por coisas como a atualizada controvérsia do acordo nuclear Brasil-Alemanha, a presença do ministro Reis Veloso e do governador Aureliano Chaves na abertura do encontro, ou as preocupações governamentais com certos tipos de pesquisa científica, expressas no anúncio da criação, há um ano, do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Mas a indignação e a surpresa de uma jovem repórter mineira com as palavras do físico e presidente da SBPC, Dr. Oscar Sala, na entrevista relapso que concedeu após a posse da diretoria do Comitê Interamericano das Sociedades para o Progresso das Ciências, mostram que muita gente já percebeu que a relação entre ciência e política é bem mais

profunda e complexa. Oscar Sala, eleito há um ano presidente do Comitê, afirmou que este "não tem nada de político, é exclusivamente científico". A surpresa da repórter é a mesma de todos aqueles que sabem do caráter político da ciência, muito além da atitude que os governos têm diante dela. Sabem que a política está presente no trabalho científico, desde o momento da escolha do assunto a ser estudado, até o uso que se dá ao conhecimento, tornando também problemático até o modo de se apresentá-lo, para a população ou para a comunidade científica. Sabem, enfim, do conhecimento como forma de poder.

Até bem pouco tempo atrás, apesar de algumas poucas vozes discordantes, a imensa maioria dos cientistas vivia na ilusão da neutralidade política de seus trabalhos, ou na crença ingênua "de que o apoio às suas pesquisas se devia à visão esclarecida de governos fascinados com o brilho de seus trabalhos, como disse o físico José Goldenberg (no simpósio "História e Ciência"). No século da Ciência e de seus imensos progressos, em que o cientista parecia

ao mesmo tempo demiurgo e sacerdote de uma nova crença racional, poucos notavam que o prestígio do cientista contemporâneo decorre exatamente da utilidade que o produto do seu trabalho tem para a manutenção e reprodução das relações de poder e propriedade socialmente vigentes. Como afirmou Rubem Alves, professor da Universidade de Campinas, no simpósio "Pesquisa: Para que?", enquanto a sociedade medieval necessitava de filósofos e teólogos, a moderna sociedade capitalista precisa dos cientistas. Não apenas para a sofisticação dos inumeráveis artigos de consumo com que as empresas multiplicam lucros, hábitos e valores dominantes, mas também para a formulação de refinadas técnicas de manipulação da sociedade.

Tanto Rubem Alves quanto Goldenberg concordam com o sociólogo paulista Otávio Ianni (que falou nos dois simpósios), quando este se refere às prioridades de verbas para pesquisa adotadas pelos vários governos, como relexo característico da dependência do cientista em relação à política dominante. Os EUA mostram de maneira

gritante o uso, por exemplo, das ciências sociais como técnica de poder, quando passam a liberar, nos últimos vinte anos, fartas verbas para as universidades pesquisarem aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais dos países de um Terceiro Mundo cada vez mais efervescentes e problemático. "A distribuição de fundos para a pesquisa", diz Rubem Alves, "revela o grau em que os conhecimentos se organizam numa hierarquia, em termos da sua funcionalidade face ao sistema".

Quando o governo norte-americano e seus ministérios militares, em função da "corrida" às armas atômicas, forneceram grandes somas para as pesquisas em física nuclear, muitos professores universitários, ingenuamente convencidos do "desinteresse" de tais atividades, chegaram a reformular o ensino de ciências para dar ênfase aos problemas da física nuclear. Entretanto, como explica Goldenberg, o valor político do lançamento do primeiro satélite artificial pela Rússia, em 1956, fez reorientar as verbas para a pesquisa espacial, para surpresa e esclareci-

mento dos cientistas mais ingênuos. A guerra do Vietnã e os problemas atuais dos EUA, reduzindo por sua vez os ambiciosos projetos espaciais, fizeram o resto.

**Consciência Política, Manipulação e linguagem científica**

Muitos cientistas já estão concordando com Jaime Pinsky (coordenador do Simpósio "História e Ciência") quando este afirma que "o conhecimento científico não tem dependido apenas da riqueza do país ou da vontade dos cientistas", mas da situação histórica e política em que ele se manifesta. Entretanto, o próprio envolvimento dos pesquisadores nos esquemas de poder que subordinam a sua produção intelectual, às vezes obscurece sua consciência e faz com que eles sejam atraídos pelo canto de sereia da "neutralidade ética" da pesquisa, muitas vezes feita, hoje em dia, quando seu grau de mercantilização e politização atingiu níveis nunca antes vistos, por grandes agências burocratizadas, que operam até em escala multinacional e são dirigidas por "pesquisadores-gerentes".

Por outro lado, a crescente tendência dos cientistas sociais para o uso de uma linguagem cada vez mais sofisticada, especializada e hermética, contribui para o uso desse conhecimento como técnica de poder. Como lembra bem Rubem Alves, "a linguagem contribui para que o mundo social seja o que ele é: o meu pensamento sobre a sociedade altera a sociedade".

Ora, se o produto da pesquisa, em sociologia, por exemplo, só pode ser entendido pela comunidade de sociólogos, e esses são dependentes em grande parte de sistema de poder que se apropria de seu conhecimento e o usam para manter-se, tudo isso facilita o uso da ciência como forma de dominação. Só uma elite de tecnocratas pode entender seu produto, o que justificaria, da parte destes, a direção da sociedade. Para os cientistas, a incorporação da linguagem cotidiana ao lado do aprofundamento da consciência do seu caráter social de produtor, seria fundamental para o cientista se despojar da perigosa mística que reveste ideologicamente o seu trabalho.

## Considerações a respeito dos aspectos ideológicos e políticos da briga Montoro-Quércia

### As rosas de Malherbe

Jorge Barradas

A fase do convívio romântico entre os senadores Franco Montoro e Orestes Quércia acabou. Foi muito intenso enquanto durou. Teve a duração das rosas de Malherbe. Claro que a conveniência pode reuni-los novamente. O interesse, como a ambição, une e desune. Ninguém medianamente informado poderá dizer que a divergência entre eles seja ideológica. São Paulo é fértil desses líderes populistas sem ideologia. Fazem e desfazem alianças; somam forças à direita e à esquerda conforme as circunstâncias. São Paulo é um exemplo bem vivo de que os "inocentes úteis" não estão só no centro da política. Adhemar de Barros, líder populista, usou e abusou da esquerda. Elegeu-se governador aliando-se ao Partido Comunista. Afastou-se dele, novamente aliou-se, para mais tarde romper esses laços em definitivo, até a sua morte. O que foi definitivo, mesmo, foi a morte, porque Adhemar tentaria nova aliança se viesse a seus interesses. Com Jânio Quadros não foi diferente. O mesmo ocorrendo em relação a Hugo Borghi e tantos espécimes parecidos.

Franco Montoro não pode ser considerado um líder populista. O que ele tem é um senso enorme para promover-se. Aproximou-se mais de Orestes Quércia — que tem características populistas bem nítidas — quando este manifestou o desejo de disputar, na convenção do MDB, sua candidatura ao

Senado. Com Quércia conviveu bem até sua posse.

A concentração enorme de sufrágios obtidos por Quércia, a maior votação alcançada por um senador nesta República —, provocou ciúmes no senador Montoro, até então o campeão desses votos que, aliás, não perdia oportunidade para lembrar a seus colegas a sua condição de senador mais votado no Brasil. Com a presença de Quércia, o senador Eurico Rezende, glossou-o por diversas vezes em apertes.

Montoro deixou transparecer sua frustração quando Quércia estreou na tribuna do Senado, numa tarde pouco inspirada. O discurso não chegou a ser ruim, mas ele foi bombardeado impiedosamente pelos senadores arenistas. Franco Montoro não interferiu uma vez, em socorro do inexperiente colega, preferindo assistir o discurso descompromissadamente. No fundo, deveria interessar a Montoro o desgaste político de Quércia, que, mesmo depois de eleito, continuava mantendo o seu ritmo de contato com as bases.

Sem dúvida, o melhor candidato ao Senado para Franco Montoro em São Paulo, em 1974, era Orestes Quércia. Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB representaria, se se elegesse para o Senado, um perigo às pretensões de Montoro. Já era um nome nacional, com raízes em São Paulo. Sua "anti-candidatura" à presidência da República — tese dos autênticos do MDB,

inicialmente repudiada por veemência pelo próprio Ulysses — lhe deu uma outra dimensão. A partir de então vem consolidando seu nome nas áreas mais progressistas do país, avaliado pelos seus ex-adversários autênticos. Seria inevitavelmente candidato ao governo paulista em 1978. Isso, se não sacrificava, ao menos dificultava a ambição razoável de Montoro.

Já Orestes Quércia, organizado e trabalhador, fundou algumas dezenas de diretórios no interior do Estado. Venceu a convenção que o fez candidato ao Senado quase por unanimidade, contando com a simpatia das cúpulas regional e nacional do partido. Derrotou o deputado Freitas Nobre em dos melhores, sendo o melhor deputado da bancada paulista na legislatura passada — e ao atual deputado federal João Cunha, na ocasião absolutamente desconhecido.

A candidatura de Quércia servia realmente ao MDB. Se não tinha, inicialmente, possibilidade de vitória, ajudaria, sem dúvida, a aumentar as bancadas federal e estadual do partido. Com a enxurrada de votos canalizada para a oposição, Quércia fez-se senador com uma autoridade enorme e uma responsabilidade ainda maior. Continuou lutando na organização partidária e ampliando suas bases. Empunhou, vigorosamente, a bandeira da "renovação" do partido em São Paulo, já desfraldada por outros filiados. Enquanto Quércia vai inovando e se adaptando a novas formas de luta oposicionista, Franco Montoro vai ficando na retaguarda, se imobilizando e se desgastando. Seus elogios exagerados ao governo, logo após o encerramento dos debates eleitorais, quando se delineava a vitória oposicionista, "eprecuraram mal. Transferia para o governo a responsabilidade pela vitória da oposição. Com isso acredita-

va estar abrindo sinal verde para sua candidatura inevitável ao governo paulista. Já Quércia declarava que a vitória tinha sido uma reação do povo contra o estado de coisas vigente no país. Ao mesmo tempo em que fazia pronunciamentos como esse ia arregimentando, ao seu lado, as melhores forças do estado.

A eleição para o diretório regional em agosto, era o primeiro passo para definir o candidato ao governo paulista. Os gladiadores, que se estudavam, sentiram isso. Fizeram-se candidatos à presidência do diretório. Feito o primeiro balanço, Montoro sentiu que perdia. Dos vinte e nove deputados federais da bancada paulista do MDB, dezesseis ficaram com Quércia, com quem se reuniram, em um jantar, e firmaram compromisso por escrito. Dez, apenas, ao lado do "continuísmo". A proporção na bancada estadual não era diferente.

Diante disso Montoro levantou a tese de que o candidato deve-

ria ser um deputado estadual, mais presente no Estado, para as decisões diárias. Enquanto a guerra interna ia se delineando, Ulysses Guimarães, embora simpático à cúpula regional, teve de preservar-se, afastando-se dos dois contendores e procurando se situar na posição de mediador. Depois viajou para a Europa, onde se encontra. Ele sabe que a agudização da luta poderá alcançá-lo na sua pretensão de reeleger-se presidente nacional do MDB.

A luta em São Paulo pode provocar estragos nacionais.

Nessa disputa estão, de um lado, a cúpula do partido defendendo o "continuísmo" e capitaneado por Franco Montoro, Lino de Matos, Pacheco Chaves, Dias Menezes e outros. Do outro, Quércia renovando e tendo a seu lado algumas figuras, realmente expressivas, como os deputados federais Freitas Nobre, Santilli Sobrinho, Francisco Amaral e alguns novos e promissores políticos, como os deputados Aírton

Soares, Marcelo Gatto, João Cunha, Frederico Brandão, Alberto Goldman, este último na Assembleia Legislativa.

Correm pelos corredores da Câmara os diálogos rispídos em que Montoro define Quércia como um traidor que "recebeu na bandeja" a legenda do partido e depois o traiu. A esse argumento Quércia responde que a conquistou ao lado de amigos do interior e da capital e que ele está sendo apenas intérprete de uma aspiração das bases.

Montoro queixa-se também aos deputados mais progressistas da bancada do MDB paulista que não entende porque apoiam Quércia. "O homem da Carta adesista de Campinas, o homem que, quando prefeito, adornava o seu gabinete com um retrato enorme do presidente Costa e Silva atrás de sua cadeira de despacho, o homem que recebeu o ministro Gama e Silva naquela cidade". Mas aos deputados mais reacionários, Montoro diz que Quércia se aliou aos comunistas.







A deputada Sandra Cavalcanti, líder da Arena, tentou advertir que a função requeria habilidade política. "Se o senhor pensa que está comandando um navio, governador..."

## O Monge do Guanabara

Maurício Azedo

O almirante Floriano Faria Lima acha que não precisa se adaptar à política para governar o Rio de Janeiro

Em sua visita da semana passada ao Rio de Janeiro, o presidente da República abriu com generosidade os cofres do Governo Federal para financiar as primeiras grandes operações destinadas a justificar a até hoje inexplicada fusão Guanabara-Estado do Rio. Com prodigalidade tal que chegou a salientar a raridade do gesto ("poucas vezes tomaram-se em nosso País decisões envolvendo um conjunto de medidas como essas que acabei de enunciar em apoio a uma unidade da Federação") o presidente Geisel assegurou largo apoio financeiro a alguns projetos e programas históricos do novo Estado. Além de reafirmar o empenho federal na concretização da fusão, a decisão do presidente teve o inequívoco sentido de uma ratificação da confiança no governador Faria Lima, como Geisel assinalou em seu discurso, ao condenar os "imediaticistas que querem realizações quase milagrosas em curto prazo". Mesmo depois dos atos e das palavras do presidente, o que se pergunta no Rio de Janeiro é se o governador Faria Lima pode corresponder ao desafio da missão: "a reconstituição — meta fixada por Geisel — do grande Estado do Rio de Janeiro."

Assim que se anunciou a escolha de seu nome para dirigir o novo Estado, o almirante Floriano Faria Lima foi favorecido pela simpatia com que ultimamente se traça a imagem dos cidadãos indicados para relevantes funções públicas no País. Os jornais não se contentaram em devassar o seu currículo de oficial da Armada, que incluía uma passagem pelo Estado-Maior da Força Naval do Nordeste durante a II Guerra Mundial, a tarefa de instrutor da Escola Naval e a permanência como Adido Naval em Washington e Ottawa, além da responsabilidade de uma Subchefia da Casa Militar da Presidência da República durante o Governo Jânio Quadros. Os repórteres logo descobriram que Faria Lima era natural de Vila Isabel, terra de Noel Rosa, e que na juventude fora campeão de natação pelo Flamengo (na verdade, campeão pelo Flamengo foi sua mulher, Hilda Dias Lima). Tinha ele, portanto, dois atributos que o identificariam com a grande massa do Rio: a afinidade com o samba e com o futebol, este através do clube da massa, do povo. Descobriu-se mais: aos domingos, nas despreocupadas manhãs de sol do Rio, Faria poderia ser encontrado muito à vontade a disputar uma partida

de vôlei na areia do Leblon, como qualquer homem comum que busca no esporte de praia o corretivo para os males da vida sedentária. No mesmo dia em que lhe desenharam este suave perfil, os repórteres foram surpreendidos por uma insuspeitada face do futuro governador: ao buscar na Petrobrás, a que ele então presidia, as primeiras palavras de Faria Lima, repórteres e fotógrafos tiveram de se contentar com uma única concessão: atendendo a insistentes pedidos, ele se deixou fotografar em sua mesa de trabalho. Só depois disso os repórteres começaram a colher dados para estabelecer a identidade real do primeiro ocupante do governo do futuro Estado. Um deles se lembrou de que o homem de Vila Isabel era arreado a qualquer contato, a tal ponto que meses antes, após a missa do 20º aniversário da Petrobrás, abandonara a Igreja da Candelária e atravessara correndo a Rua Primeiro de Março, enfrentando os riscos de um trânsito tumultuado, unicamente para escapar à pergunta de um repórter. E todos os jornalistas sentiriam depois que o torcedor do Flamengo não era tão rubro-negro como supunham: ao se instalar no Palácio das Laranjeiras, antiga residência presidencial, seu primeiro cuidado foi instalar os jornalistas à distância, numa salinha próxima à Casa da Guarda improvisada em sala de imprensa, pela qual os visitantes passavam em disparada, de automóvel.

A idéia da simplicidade do jogador de vôlei também logo se dissipou. Aprovado pelo Senado a 18 de setembro de 1974, Faria Lima cedo se integrou no poder. Para o palácio das Laranjeiras ele levou logo a filha Regina e o genro Guilherme Pinto Guedes de Paiva, casal de engenheiros que até então morava sozinho, num apartamento da Zona Sul compatível com os recursos da

alta classe média. Foi em nome da tranquilidade da família governamental que os jornalistas incumbidos da cobertura do palácio e seu novo ocupante foram postos à distância: tratava-se de preservar a privacidade do Governador, como explicou então o seu principal assessor, Carlos Baltazar da Silveira, meses mais tarde nomeado chefe de sua Casa Civil.

Os dias e os meses acabaram por revelar sua verdadeira perfil, que seus contemporâneos da Marinha ("E capaz de não se lembrar de que cor são as cortinas de seu gabinete", disse um deles) e seus antigos auxiliares da Petrobrás não ignoravam: o de um homem seco, ríspido, acostumado à vida espartana e de difícil diálogo fora dos limites dos regulamentos. Quem primeiro descobriu que ele era um homem seco foi o deputado Célio Borja, um dos políticos arenistas mais prestigiados e considerados pelo próprio presidente da República. Ao fazer uma visita de cortesia ao futuro Governador, em companhia de outros deputados da Arena carioca, Borja não mereceu um convite para sentar. O grupo foi mais feliz que um alto funcionário do Governo Federal, o secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, que chegou atrasado, por culpa do avião, a um encontro programado com Faria Lima. Não recebeu um convite para almoçar e terminou por perder a viagem, porque o futuro Governador mandou dizer que sua agenda na parte da tarde já estava ocupada.

O homem ríspido foi descoberto pela líder da Arena na Assembleia Constituinte do novo Estado, deputada Sandra Cavalcanti, que sempre gozou da confiança e da consideração das principais figuras do movimento de 31 de março. No governo Castelo Branco, ela não só foi indicada primeira presidente do Banco Nacional da Habitação como era recebida sem formalismos pelo presi-

dente da República. Em seu primeiro encontro com Faria Lima, já Governador, Sandra expôs as necessidades do partido, as conveniências de um diálogo com a bat cada da Arena, para que as urnas não continuem a reservar resultados negativos para o partido oficial nesta parte do País. Ela ponderou que governar um Estado como o novo Rio de Janeiro seria uma tarefa mais complexa do que comandar um cruzador como o "Tamandaré", cargo de que Faria se houve bem na vida militar.

Se o senhor pensa que está comandando um navio, governador... — ensaiou ela, sem que a franqueza sacrificasse o respeito.

O Governador interrompeu a de forma muito clara:

— Se a senhora pensa que é líder do meu Governo, fique sabendo que não é líder de coisa nenhuma.

Esses aspectos do temperamento e da formação do governador Faria Lima não o contradizem para a missão que lhe impôs o governo Federal, mas por certo terão algum peso no conceito que ele faz da tarefa de quem o investiram. Seu comportamento à frente do novo Estado é coerente com o talhe de sua personalidade: ele não age como um político, e sim como um comandante; e sim como um governador, e sim como um delegado do Poder Central. Um interventor, dirão alguns.

Algumas das dificuldades vividas pelo Governador no campo político são fruto natural de sua inadaptação ao diálogo. Na votação do Ato das Disposições Transitórias da primeira Constituição do novo Estado, em que inúmeros deputados encaixaram contrabandos de diferente natureza (um deles, Nestor do Nascimento, oficial reformado da Polícia Militar, encaixou um artigo

exclusivamente para beneficiá-lo como aposentado da corporação), o governador perdeu muito rapidamente a paciência no trabalho de levar os constituintes a votarem um texto mais afinado com os interesses do Executivo. Essa impaciência em princípio de junho o conduziu ao Palácio do Planalto, para confessar que com o texto esboçado pelos deputados ele não poderia governar. Em seu socorro partiu o ministro da Justiça, Armando Falcão, que com algumas horas de conversa, em quatro ou cinco visitas ao Estado, conseguiu convencer a maioria emedebista a elaborar um texto mais ajustado ao pensamento do governador.

Por inabilidade também o governador incorreu em erros que lhe desgastaram a imagem, já comprometida pela origem singular de seu mandato, o único do País, dentre todos os governadores em exercício, que não precisou ser ratificado pela Assembleia Legislativa. Ao anular uma lei do extinto Estado do Rio, ele condenou a demissão ou redução de vencimentos de milhares de modestos servidores, que pouco tinham a ver com as culpas do antigo governador Raimundo Padilha. Diante do clamor logo formado, o palácio apressou-se

em negar que seu decreto prejudicasse os funcionários, mas sem na verdade adotar a medida correspondente, que seria a revogação do ato. Contentou-se em conceder um abono aos prejudicados. Ao estabelecer a nova organização judiciária do novo Estado, permitiu que se criassem discriminações intoleráveis, com o enquadramento dos juizes do antigo Estado do Rio numa posição de inferioridade em relação aos do antigo Estado da Guanabara e, principalmente, em relação a uma nova classe instituída sob os auspícios da fusão: a dos doravantes, assim denominados os juizes de um quadro especial formado a par-

tir de 15 de março, data da fusão.

Exatamente por não apreender o conteúdo político de sua missão, o governador deu as costas ao interior, onde os prefeitos enfrentam toda sorte dos problemas — falta de esgotos, insuficiência de escolas, níveis baixos de saúde, carência de serviços e bens culturais, pobreza generalizada pelo insuficiente desenvolvimento. Em sua agenda, o governador reservou uma hora ou uma hora e meia às quintas-feiras para receber seis ou sete prefeitos, o que significa que cada um dispõe de pouco mais de sete minutos para falar dos males que afligem suas comunidades. Nas raras vezes em que para isso abandonou o seu palácio, o governador o fez mais pela representação social do que pelo interesse em conhecer o Estado e os seus problemas. Uma dessas singulares oportunidades foi a visita que fez a 5 de julho ao município de Teresópolis, onde inaugurou a exposição agropecuária comemorativa do 84º aniversário de fundação da cidade, com a qual tem afinidade especial: é lá que tem uma residência de fim-de-semana.

De sua clausura no palácio Guanabara, a poucos metros do outro palácio, o das Laranjeiras, onde fixou residência, o governador sai apenas para encontros amenos que pouco tem a ver com as vicissitudes do espinhoso encargo que lhe foi cometido: entre as honrarias e que se prestam um governador, não perde um concerto na Sala Cecília Meireles, tornou-se frequentador assíduo da tribuna de honra do estádio do Maracanã e é personagem fixo das colunas sociais, que anunciam a sua presença nas promoções do chamado *grand monde* do Rio. Num jantar beneficente realizado em fins de junho, um ricoço sem capacidade de avaliação do valor de um bem artístico arrematou um quadro de Teruz a preço de Portinari (Cr\$ 170 mil) para destiná-lo, como doação — dessas de que sempre se espera um troço —, à decoração do gabinete do governador.

Nas ruas do Rio, onde as enervantes crateras do metrô não conseguiram sufocar a verve natural do carioca, o homem comum começa a exercitar a sua imaginação criadora e a comparar os poderes do governador, que pela Lei Complementar nº 20 tem a faculdade de legislar sobre tudo, com as fantásticas propriedades de Kung Fu, o monje popularizado por um enlatado americano exibido em horário nobre da televisão.

O presidente Geisel deverá receber, nos próximos dias, de seu ministro Nei Braga, da Educação, o plano de um Programa de Crédito Educativo, que seria implantado a partir de 1976. Trata-se de um plano do qual se poderia dizer que se conhece o nome do milagre mas não se conhece o mecanismo do milagre: tão eloquentes a respeito de outros temas, os assessores do Ministério da Educação se mostraram rigidamente discretos nesse. Sabe-se, apenas, que o Programa contará com recursos provenientes da Caixa Econômica Federal, do Banco Central, do Banco do Brasil e de bancos comerciais particulares, além, é claro, do próprio MEC; os recursos previstos são da ordem de Cr\$ 2.700.000,00 e deverão render juros de 15%, ao ano às entidades financiadoras. O Programa prevê, ainda, dois tipos de bolsas: as destinadas a alunos de escolas superiores particulares (chamadas de bolsas-anuidade) e as destinadas a alunos de escolas públicas (bolsas - manutenção). Mas não importa o tipo: ambas são bolsas reembolsáveis; um ano depois de terminado o curso, o aluno começa a pagar a bolsa, e tem sete anos - como Jacob e Labão para pagar sua dívida. Como a pagará? Ninguém sabe ainda, mas há várias propostas girando em torno de duas modalidades: em dinheiro ou em serviço, este considerado de interesse público e determinado pelo Estado em regiões pouco favorecidas, pela sorte ou pelos próprios poderes públicos.

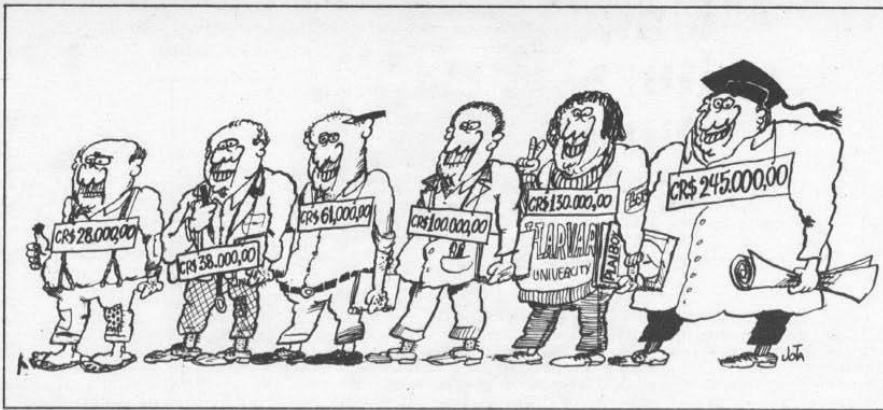
Não será a primeira experiência com bolsas-de-contrapartida a ser posta em prática pelo MEC. Durante todo o ano passado, convênios firmados entre o Ministério e empresas concederam nove milhões de cruzeiros em bolsas-trabalho (cerca de Cr\$ 800,00 por bolsa) e agora, nos dias 16 a 18 deste mês, na Universidade de Brasília, as autoridades promoverão um Encontro Nacional para Avaliação do Programa, com a presença de 50 executivos.

Em matéria de bolsas para estudantes há sempre uma enorme variedade de nomes, embora o número de idéias originais não seja tão prodígio. No começo deste mês o Departamento de Assistência ao Estudante, do MEC, fez anunciar que estuda um novo sistema de bolsas, de dois tipos: a bolsa-prêmio (para o melhor aluno do curso) e a bolsa-pesquisa (para o aluno que melhor trabalhar com um professor), ambas as modalidades a serem obtidas mediante convênios entre o Governo e as empresas.

#### QUANTO CUSTA UM ALUNO?

A angústia com que assessores ministeriais procuram descobrir fórmulas novas para umparar estudantes universitários tem algumas explicações.

Uma delas é o próprio custo do ensino. Em novembro de 1974, o MEC realizou um levantamento sobre o assunto e chegou a conclusões apressivas: um aluno da Escola Paulista de Medicina custa, por ano, Cr\$ 17.454,76; um da Universidade Federal de Viçosa, Cr\$ 10.138,02 e um da Universidade Federal da Bahia, Cr\$ 4.134,46; o mais barato é da Universidade Federal de Juiz de Fora: Cr\$ 2.675,52. Na outra ponta da meada, outros dados: em maio deste ano o deputado Humberto Lucena apresentou um projeto de lei criando um sistema de bolsas de auxílio a estudantes, e, para justificá-lo, citou a composição de gastos média de um aluno da Universidade de São Paulo: 35% de alimentação; 25% de moradia; 12% de livros; 11% de condução e 17% de gastos gerais, num total de Cr\$ 1.250,00. Isso vale para um aluno "médio" de Ciências Humanas, diz o deputado, porque um de Ciências Exatas, gastando um pouco menos com



## Quem paga pela educação?

Antes, com Passarinho, a fórmula era: quem estuda, paga. Agora, com Nei Braga, existirá a fórmula: estude agora e pague depois.

livros (10%) consegue viver trinta dias com Cr\$ 935,00.

Como enfrentar esse tipo de problemas? Nas suas várias tentativas de implantar bolsas reembolsáveis, o Governo acaba por confessar, implicitamente, sua impotência diante de um obstáculo que desafia os tempos: o do financiamento da Educação. No Orçamento Federal de 1975, a Educação foi contemplada com seis bilhões de cruzeiros. Se o número absoluto assusta, sua posição relativa no orçamento total da República é decepcionante: 6,6%. E o orçamento todo da Educação é apenas a metade dos orçamentos reunidos dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica (12 bilhões) e 30% do de Transportes (21 bi). O mais grave, porém, é que as verbas da Educação vêm, segundo alguns, diminuindo: no dia 22 de outubro de 1973 o deputado federal Flexa Ribeiro, presidente da Comissão de Educação da Câmara, estareceu a todos quando citou uma escala decrescente da proporção das verbas da Educação no Orça-

por meandros mais modernos e indiretos, do tipo sociedade de consumo creditício: *estude agora, pague depois*.

"Não podemos falar em ensino pago enquanto não implantarmos as bolsas reembolsáveis" - disse Nei Braga, em declarações publicadas nos jornais do dia 6 deste mês. "Não podemos fugir à Constituição, mas os estudos visando a implantação do sistema só voltarão como prioridade depois de cumprido totalmente o primeiro passo - as bolsas". Talvez essa tenha sido a mais límpida e nítida declaração oficial dentro de todo o emaranhado dos diversos sistemas, planos e programas de bolsas; e não deixa a menor margem de dúvida quanto a duas coisas: 1) - o

de Planejamento, em Brasília, o ministro mudou de tom e disse: "Sou contra o ensino pago; e a favor do ensino gratuito, menos para os que podem pagar. Para o estudante pobre, não basta a universidade gratuita; é também necessária uma ajuda para manutenção que bem pode ser feita com os recursos pagos pelos que tem disponibilidade financeira, através de um controle que envolve Imposto de Renda e Caixa Econômica". Mais tarde ainda, em 6 de janeiro de 1974, Passarinho assinaria um artigo de meia página no "Jornal do Brasil" expondo sua tese de que os alunos mais ricos devem pagar para ajudar os pobres, e demonstrou como isso poderia ser feito mediante a aplicação

dura sigla para designar o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Numa das sessões, talvez na desesperada intenção de agradar ao ministro, os reitores aprovaram moção a favor do ensino pago em termos que não perdovam nem os alunos carentes. "É injusto - dizia a moção - isentar de pagamento do ensino os estudantes carentes de recursos. A carência é transitória, uma vez que se está preparando o estudante para o exercício de uma atividade de nível superior, que lhe permitirá auferir, futuramente, uma renda no mesmo nível do aluno que foi considerado não carente. Portanto, a totalidade dos alunos deve pagar o ensino".

Diga-se, de passagem que o autor da proposta foi Marcionilo de Barros Lima, reitor da Universidade Federal de Pernambuco, e sobre o qual pesam agora, por parte do Tribunal de Contas da União, duras acusações de que teria malbaratado o dinheiro público.

Diga-se também de passagem, a bem da verdade, que o próprio Passarinho excluiu os



mento federal: 1964 - 9,74%; 1968 - 7%; 1972 - 5,62%; 1973 - 5,21%; 1974 (previsão) - 4,95%. Sua afirmação foi contestada pelas autoridades educacionais, mas não se tem notícia de que os seus dados tenham sido desmentidos.

#### O ENSINO PAGO

Fazer os estudantes universitários pagarem pelos seus próprios estudos apareceu como a única solução para enfrentar a demanda por oportunidades educacionais provocada pela explosão demográfica dos últimos decênios. É a questão do ensino pago assumiu duas formas, na sua história mais recente: a primeira, ao tempo do então ministro Jarbas Passarinho, revestir-se-ia (se implantada) na sua forma mais pura e brutal da sociedade de consumo: *estudou, pagou* tanto nas escolas particulares quanto nas oficiais; a segunda, do atual ministro Nei Braga, é dourada

ensino pago "in cash" virá, mais cedo ou mais tarde: 2) - a outra coisa é que a frase contém uma implícita referência crítica aos empenhos de seu antecessor no Ministério.

O ministro Passarinho talvez venha futuramente ser lembrado, na História do Brasil, por dois fatos que marcaram sua gestão à frente do Ministério da Educação: o decreto 477 e as tentativas (não logradas) de impor o ensino pago. Quando em outubro de 1972, reagindo à manifesta intenção ministerial, os estudantes da USP fizeram um plebiscito contra o Ensino Pago, a indomável verborragia de Passarinho fê-lo proferir uma frase que se tornou célebre: "É uma triste aliança entre ricos e comunistas". Isso foi dito em São Paulo e os jornais de 20 de novembro de 1972 o registraram. Posteriormente, em agosto de 1973, falando durante o I Curso de Treinamento para o Sistema Nacional

de uma tabela de alíquotas de Imposto de Renda.

Mas já antes disso, em 4 de dezembro de 1973, em palestra no II Curso de Treinamento e Seleção de Técnicos para o Sistema Nacional de Planejamento, realizado no Palácio do Itamaraty, Passarinho confessaria, desolado, que havia "falado de força" para a implantação do ensino pago. E, ao rever o Plano Setorial de Educação e Cultura no início do Governo Geisel, o novo ministro Nei Braga riscou, do Projeto 7, o item que se referia à progressiva desgratuidade do ensino público.

#### Realistas

Era, portanto, se não a morte, a hibernação do ensino pago. Mas, em sua pregação, o mestre deixou seguidores, e, como sempre, mais realistas do que o rei.

Em janeiro de 1973, em Porto Alegre, reuniu-se o CRUB,

carentes de pagamento, querendo que os "ricos" (sic) pagassem pelos pobres - o que lhe valeu, de alguns estudantes irreverentes, a alcunha de "Robin Hood da Educação". E também se deve registrar que no dia 31 de março deste ano, talvez em comemoração, o ministro Braga portaria estabelecendo que, para os alunos carentes das escolas particulares, as bolsas a serem concedidas seriam não reembolsáveis; o MEC foi mais além: conceituou o aluno carente como o que tem uma renda igual ou inferior a um salário mínimo, ou como o aluno solteiro que não viva com os pais e que tenha renda igual ou menor do que dois salários mínimos.

Mas a ingloria lauz de Passarinho pelo ensino pago havia dado seus frutos. Em sua gestão, Governos estaduais começaram a implantação do ensino pago até nas escolas públicas de segundo grau (antigo cole-

gial): Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco e Alagoas.

O Estado de São Paulo, evidentemente, não poderia ficar atrás, e a secretária da Educação de então, profa. Esther de Figueiredo Ferraz, não perdia a oportunidade para declarar-se francamente a favor do ensino pago. Em 1972, no Ano do Sesquicentário da Independência, lançou um opúsculo intitulado "Financiamento da Educação", no qual, depois de tecer loas à escola particular e à iniciativa privada, e advertir contra o perigo do ensino público ("Quando a tendência oficializante do Estado... é necessário contra ela se precaver", pg. 25), a educadora e jurista declara, a pg. 30: "Outra medida que reclama pronta execução é a cobrança de anuidade nos estabelecimentos oficiais de ensino de 2º grau superior". E, mais adiante, a pg. 32: "De qualquer forma a cobrança, além de todos os outros méritos, teria o de lembrar sistematicamente ao usuário do ensino, o aluno, e aos de sua família, que a Educação é bem de inestimável valor, cuja fruição exige de cada um de nós alguns sacrifícios, inclusive os de natureza financeira".

O "inestimável" valor da Educação já havia sido estimado dois anos antes, quando o prof. Samuel Levy, da Universidade de Vanderbilt, dirigiu uma pesquisa para o Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo: sob o título de "Análise Econômica do Sistema Educacional de São Paulo", o trabalho foi solenemente entregue ao Conselho Estadual de Educação no dia 4 de novembro de 1970, e mostrava uma tabela em que se afirmava o seguinte: aos 25 anos de idade, um homem tem os seguintes valores, conforme o grau de sua instrução: analfabeto Cr\$ 28.000,00; com primário incompleto, Cr\$ 38.000,00; primário completo, Cr\$ 61.000,00; ginásio, Cr\$ 100.000,00; colegial, Cr\$ 130.000,00; diploma universitário, Cr\$ 245.000,00.

Se é possível sorrir diante dessa ingenuidade economicista, não é possível deixar de ver com apreensão como em todos os defensores do ensino pago, mais que preocupações econômicas o que se revela são vocações ideológicas. No capítulo V da pesquisa do IPE, diz-se que tratar a Educação como investimento é supor que os gastos atuais serão realizados na expectativa de retornos futuros; e, medidos pela diferença entre os salários das pessoas que tem "mais" educação quando comparados com salários de pessoas que tem "menos" educação.

Ora, percebe-se uma tênue linha ética vinculando todas essas declarações: a convicção de que o beneficiário da Educação é o aluno educado (o indivíduo de maior produtividade e maior salário, na visão do IPE; o aluno-usuário, na ótica de Esther Ferraz; o futuro auferidor de renda, nas palavras dos reitores das universidades oficiais). E é aí que a mula empaca. Porque o verdadeiro beneficiário da educação superior concedida pela sociedade a uma pequena minoria de privilegiados é muito mais seu futuro empregador; as empresas particulares, que necessitam cada vez mais de mão de obra qualificada. E não estão se importando muito se o custo de formação desse exército de reserva qualificado recai sobre as costas do próprio aluno ou de sua família, ou dos contribuintes do Estado. E também não se importam com a forma pela qual esse custo se transfere para o consumidor, se pela anuidade, bolsa reembolsável agora ou mais tarde, bolsa-trabalho, bolsa-prêmio, bolsa-pesquisa, bolsa-manutenção, etc. e tal.

1 - Sexta-feira, 18 de maio de 1973, em Vitória do Espírito Santo. As 16 e 30hs, Araceli Cabrera Crespo, nove anos, filha de Gabriel e Lola Cabrera Crespo, sai do Colégio São Pedro, usando uniforme - saia e blusa azul-claro, com as iniciais SP no bolso -, mas não faz o trajeto de sempre, que leva à sua casa, no bairro de Fátima. Nos seis dias seguintes, todas as hipóteses sobre seu desaparecimento serão levantadas, mas a equipe escalada pelo superintendente de Polícia Civil, Gilberto Barros Faria, para apurar todas elas, não levantará uma só pista.

2 - Quinta-feira, 24 de maio de 1973, num matagal próximo ao Hospital Infantil, na Praia Comprida, ainda em Vitória: Ronaldo de Almeida Monjardim, 15 anos, encontra o corpo de uma menina semidesnuda e em estado de decomposição. O cadáver é reconhecido por Gabriel Cabrera Crespo: é sua filha Araceli. Ela fora intoxicada, surrada, violentada e morta, e tivera o corpo desnudo banhado por alguma substância química, que (a palavra foi usada por um policial) roera toda a carne.

3 - Quarta-feira, 2 de julho de 1975: numa geladeira do Instituto Médico Legal, em Vitória, 769 dias após sua trágica morte, o corpo de Araceli Cabrera Crespo, nove anos, permanece insepulto, pois é necessário para a elucidação do crime. Mas há, pela primeira vez, vagas esperanças de que todos os envolvidos no caso possam - cada um à sua maneira - descansar em paz: na Assembleia Legislativa do Estado, naquele dia, uma Comissão Parlamentar de Inquérito chegou a uma dupla conclusão, após mais de um mês de exaustiva tomada de depoimentos e de enfrentar uma oposição que nem sempre foi velada: primeiro, houve omissão da polícia local, interessada em manter distantes de suas investigações os reais assassinos, "figuras de prestígio, filhos de famílias importantes do Estado". Segundo, caberia à essa polícia provar, numa retomada do caso, o que ficou patente durante os trabalhos da CPI (convocada apenas para investigar as denúncias de omissão policial): o milionário Paulo Helal e sua amante, Marisley Fernandes, seriam os matadores de Araceli; e outro milionário, Dante Micheline Júnior, estaria de alguma maneira envolvido no caso.

**Se é gente de dinheiro é melhor não investigar**

Uma das características dos crimes praticados por pessoas como Helal e Micheline é a complexidade. Eles nunca têm motivos imediatos (como os latrocínios, por exemplo), envolvem sempre grupos e interesses e os experientes detetives das Delegacias de Homicídios sabem disso, quando identificam um desses crimes com uma frase sumária - "o criminoso é gente de dinheiro" -; durante a fase de investigações, esse envolvimento se espalhará de tal forma que, em certo instante, o inquéri-

# Uma sepultura para Araceli

Uma das características dos crimes que envolvem pessoas muito ricas, como o de Araceli, morta em Vitória em 1973 é a complexidade. Elas nunca têm motivos para matar e a polícia parece ter motivos para não investigar.

Aginaldo Silva

to parecerá o inventário das culpas de todo o grupo social ao qual o criminoso pertence.

Quando o corpo de Araceli Cabrera Crespo foi finalmente achado, um experiente detetive da Delegacia de Homicídios de Vitória certamente murmurou que o criminoso era gente de dinheiro. Ele estava, ali, diante de um crime absurdo e totalmente injustificado. Uma menina sequestrada à porta do colégio, violentada, surrada, drogada até a morte, tivera seu corpo mergulhado numa substância química qualquer, com o claro objetivo de evitar a identificação e tumultuar o trabalho dos que a procuravam. Uma providência requestrada, portanto, e impossível para o criminoso que seria apontado, meses depois, pelo superintendente de Polícia Civil: "um negro demente, que dorme nas areias da Praia do Suá".

E não só os experientes detetives da DH ouberiam o que havia por trás daquele crime desde o primeiro instante. Também os velhos repórteres policiais farejaram no ar o impasse a que o caso Araceli os levaria. E providenciaram para que, nas semanas seguintes - enquanto a polícia se dividia e ia de encontro às sólidas paredes por trás das quais se protegiam os culpados -, seus jornais, mesmo sem mergulhar até o fundo

nas questões que o caso suscitava, vendessem mais e mais aos espantados habitantes de Vitória, todos em busca de uma informação que só dois anos depois lhes seria dada de modo oficial (embora ela pudesse ser obtida, ao longo de todo esse tempo, em cada esquina da cidade): os nomes dos matadores de Araceli.

O noticiário em torno do caso fez com que a ele fosse acrescentada uma comparsaria inesperada. Um exemplo: o então governador do Espírito Santo, Artur Gerhardt dos Santos, tratou de receber D. Lola, a mãe da menina e um encontro fartamente fotografado, prometeu-lhe providências.

Também fartamente fotografado em seus encontros com a imprensa, o superintendente de Polícia Civil, Gilberto Barros Faria, dava conta das investigações. O caso, um mês depois que acharam o corpo de Araceli, parecia caminhar para um desfecho, que o próprio Gilberto Barros Faria anunciou, na noite de 2 de julho, para o dia seguinte: "a notícia estará na sociedade capixaba", ele prometeu. Já então se sabia que alguém, num Mustang branco, atrairá Araceli à saída do colégio; que este Mustang branco pertencia a Paulo Helal, rapaz rico e conhecido na cidade por suas estrepolias; e que, no festim durante o qual a

menina fora sacrificada, havia pelo menos mais um participante: Dante Micheline Júnior, outro rapaz rico.

Na noite do dia 1º de julho de 1973, Dante Micheline, pai de um dos suspeitos, rico exportador de café e portador de uma carteira de policial, procurou o superintendente de Polícia Civil, Gilberto Barros Faria, para uma longa conversa em seu gabinete, em Vitória. Segundo declarou depois o motorista de Dante, Bertoldo Lima, ele usava, na ocasião, uma peruca e um bigode postiço. O que os dois conversaram não se sabe, mas no dia seguinte, a imprensa, reunida para ouvir do superintendente a notícia que estareceria a sociedade capixaba, recebeu uma informação sumária: "quem matou Araceli foi um negro demente, que dorme nas areias da Praia do Suá".

**O Sargento investiga, mas morre com um tiro nas costas**

Por que Dante Micheline usava disfarce quando foi conversar com Gilberto Barros Faria? O que fez com que este se negasse a informação que estareceria a sociedade capixaba, transferindo a culpa para o pobre negro demente da Praia do Suá? Por que Constante Helal, o pai de Paulo, não foi ouvido? O que motivou o boato, que

correu por toda a cidade, de que do Palácio do Governo onde estava Henrique Pretti, vice-governador e primo de Helal - partira uma ordem para que a família Helal não fosse envolvida no caso Araceli? E por que acabou sendo indicado para dirigir as investigações um policial, o Capitão Manoel Araújo, cujas ligações com Dante Micheline eram notórias?

Estas perguntas, o sargento da PM José Homero Dias certamente se fez. Impressionado com o mistério que desceu sobre o caso Araceli, ele resolveu investigar o crime por conta própria e nos últimos dias de novembro chegou a anunciar a alguns colegas policiais, que já dispunha de provas suficientes para por na cadeia os criminosos. Mas José Homero Dias não pôde expor essas provas. Indicado para uma diligência, no dia 29 de novembro de 1973, ele recebeu uma bala nas costas, durante o tiroteio com uma quadrilha de delinquentes. Um desses delinquentes, José Paulo Barbosa, o Paulinho Boca Negra, acusado de ter disparado o tiro que o matou e já condenado por este crime, repete para quem quiser ouvir, na penitenciária de Vitória:

Quem matou o sargento Homero foi Jair Oliveira Garcia, um soldado da PM que estava com ele, durante a diligência. Eu vi quando Jair atirou no sargento, pelas costas e à queima-roupa.

Ninguém levou em conta a acusação de Paulinho e nem esta evidência: ele foi preso com um revólver Rossi, calibre 32. A arma que matou o Sargento Homero era um Taurus 38.

A preocupação em encerrar de vez o caso Araceli, que a imprensa insistia em manter nas primeiras páginas, levou o Capitão Manoel Araújo a arranjar outro criminoso, já que o negro demente da Praia do Suá nem chegou a ser

encontrado. O escolhido foi Fortunato Piccin, jovem viciado em drogas, ligado à família Micheline e que morreu, em consequência de uma *over-dose*, num hospital da Santa Casa de Misericórdia (da qual Constante Helal é provedor). Araújo encontrou, na casa de Piccin, "pedaços do uniforme colegial da pequena Araceli". Mas o perito carioca Carlos Eboli, chamado para examinar o tecido, não só constatou que ele não pertencera ao uniforme de Araceli, como acabou apontando a loja em que o tecido fora comprado, atirando para si a ira dos policiais ocupados com o caso: a partir daí, todas as portas se fecharam para Eboli só voltaria a se ocupar do caso em junho deste ano, quando o deputado Clério Falcão, do MDB, que se apresenta como "mulato, ex-favelado e carregador de malas no porto de Vitória", conseguiu a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a omissão policial no caso Araceli, então transformado num inconsistente processo de cinco volumes e muitas contradições. Na verdade, a essa altura, ao próprio perito cabia fazer acusações: os quatro rolos de filmes com as fotos da pericia que ele fizera desapareceram misteriosamente, nos corredores da polícia de Vitória. E sua última ida à cidade para investigar o caso, a convite do juiz Valdir Vitral, encontrou forte resistência: "nem o superintendente da polícia quis me receber".

Com Araceli insepulta, com os nomes dos seus criminosos sendo repetidos, dois anos depois e em voz baixa, em cada esquina de Vitória, a CPI começou seus tumultuados trabalhos. Na praça em frente à Assembleia duas facções pareciam empenhadas em manifestar aos deputados, de alguma forma velada, seu interesse pelo caso: de um lado, a multidão que se comprimia à espera de que entrassem os depoentes; de outro, em seus vistosos *carrões* de descarga envenenada, os amigos de Helal e Micheline.

Com a tarefa de constatar a omissão policial no caso, a CPI foi além, como informa em seu relatório: a simples análise dos depoimentos evidencia a culpa de Helal, a participação confessa de Marisley no caso e o envolvimento de Micheline. Mas a Assembleia Legislativa não pode transformar suas conclusões num inquérito e enviá-lo à justiça: essa é uma tarefa da polícia. O novo Secretário de Segurança, coronel Kirwal Sanbornense, reconheceu em abril: "foi feito um exame minucioso do processo, falhas foram encontradas, mas agora o processo tem planejamento". Mas esta foi a última informação que se teve sobre o caso, na área policial. Desde então, a ameaça de punição a quem prestar informações à imprensa fez com que todos os policiais silenciassem sobre o assunto. Assim, é possível que a menina Araceli - ao contrário da culpa dos seus matadores - permaneça, simbolicamente insepulta.

A tranquila versão do assassinato do colecionador de carros, por sua autora, a milionária Leonetti

## O que aconteceu com Elza?

Percival de Souza

No começo da semana passada, doze dias depois de ter matado o famoso colecionador de carros antigos Roberto Eduardo Lee com dois tiros de revólver, Elza Leonetti do Amaral foi à Polícia para revelar os motivos do crime e procurar, com tentativas pueris, justificá-lo.

Doze dias é tempo mais do que razoável para conjecturar um motivo. Doze dias, aliás, durante os quais não teve a menor preocupação em ser presa. Os policiais do 15º Distrito, que cuidam do inquérito, confiaram na palavra de um dos seus advogados ("vou apresentá-la por esses dias, ela está muito nervosa"). Elza pôde viajar tranquilamente para o interior, passar lá vários dias e pensar na história que iria contar à Polícia.

...Ela me deu tapas, esbofetou minha boca, empurrou-me sobre um sofá e veio para cima de

minim com as duas mãos, tentando pegar no meu pescoço.

Acredite se quiser: quando ela caiu no sofá, sua bolsa abriu-se sozinha. Dentro da bolsa, um revólver Colt, calibre 32, carregado. Uma arma que Elza carregava na bolsa porque mora no Morumbi, "um bairro isolado; eu chego em casa depois das 8 da noite e preciso levar um revólver para não correr o risco de ser assaltada".

Mas se Elza passou 12 dias ensaiando uma história e no fim de todo esse tempo é que surge a versão da agressão, torna-se quase evidente que não houve agressão alguma. A razão é simples: expirado o prazo do flagrante, Elza poderia ter aparecido bem antes à Polícia e se submetido ao exame do Instituto Médico Legal. Um exame que só lhe traria benefícios, pois representaria uma circunstância, atenuante, caso sua versão fosse comprovada.

Até agora, prevalece a teoria da premeditação. Afinal, no dia do crime (25 de junho), Elza esteve pela manhã no escritório de Lee, esperou-o duas horas, foi-se embora e voltou à tarde. Houve, então, o encontro fatal.

Quanto ao motivo do crime, parece não existir nenhuma dúvida: a filha de um ano que Elza e Lee tinham. Só que ele não queria reconhecer a paternidade, enquanto Elza chegou até a combinar um exame de genética no consultório de um dos diretores do Instituto Médico Legal. Mas Lee recusava, preocupado com sua vida social e conjugal.

Pelo fato de envolver pessoas da chamada alta sociedade, o crime alcançou bastante repercussão em São Paulo.

Aqueles que pretendem ver Elza Leonetti do Amaral proximamente na prisão, podem perder as ilusões: como diz juridicamente, ela é primária e pos-

sui bons antecedentes, e por isso pode ter o privilégio de aguardar, em liberdade, o dia de seu julgamento.

Quanto ao júri, evidentemente nada se pode antecipar. Mas pode-se observar que a tese de legítima defesa da honra tem servido para absolver muitos assassinos, que se consideram moralmente prejudicados por atos de suas mulheres.

Ainda este ano, um procurador da Justiça foi absolvido em Campinas, apesar de ter matado sua mulher com mais de dez punhaladas nas costas (este é apenas um exemplo, a história forense registra dezenas de casos). Resta saber se nossos jurados, que colocam o moral masculino acima da Lei ("matar alguém: pena:"); reconhecem esse mesmo direito para a mulher.

E o que, pacientemente, Elza do Amaral terá de esperar.

# CONSUMO

Emagrecer um quilo por semana seria possível desde 1936 com os tablets de "Fucus Composto Schwabe", um velho medicamento da farmácia homeopática cuja fórmula foi plagiada pelos fabricantes do "Esbelt"

## "Esbelt", um laxante fantasiado

Regina Pimenta

Uma forte campanha de publicidade está mostrando o "Esbelt" como um medicamento que merece especial destaque no confuso e prolífico mercado de remédios para emagrecer. Nos anúncios que prometem um quilo a menos por semana a todos que ingerirem dois comprimidos ao dia ele aparece como um produto novo e avançado, absolutamente eficaz e sem contra-indicações. Entretanto, algumas coisas podem ser ditas do "Esbelt" e de sua propaganda:

— A fórmula é cópia total de um medicamento mais antigo e mais conhecido, o "Tabletes de Fucus Composto Schwabe", um laxante, velho conhecido dos familiarizados com as drogas da farmácia homeopática;

— Sua eficácia é duvidosa pois os próprios fabricantes recomendam, nas indicações impressas na parte interna da elegante e colorida embalagem, que o consumidor deve abster-se de massas, frituras, açúcares e outros alimentos que engordam;

— Tal como o "Fucus", o "Esbelt" é um laxante cujo uso prolongado e sem acompanhamento médico pode provocar razoável debilidade;

— Seu preço é cinco vezes mais caro que o do "Fucus". Ao lançar o "Esbelt", a Virtu's Indústria e Comércio simplesmente plagiou uma fórmula antiga e reuniu alguns ingredientes de vendas — uma embalagem bonita, um nome agradável e comprimidos sem dúvida mais simpáticos do que os des-



jeitados tablets do "Fucus" — para, através de poderosa campanha de anúncios conquistar os que sonham com um corpo mais delgado. Não teve a preocupação de adicionar novas drogas ou alterar a composição da fórmula original — 0,04 g de tiroidina, 0,04 g de fucus vesiculosos, 0,02 g de sais biliares,

0,03 g de fenoflaleina e 12 g de lactose — registrada sob número 432, no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, no dia 8 de junho de 1936, pela Farmácia e Laboratório Homeotéropico.

Em 1974, a Virtu's também obteve, sob número 1630/74, seu registro no SNFMF. Assim,

segura de seus métodos de venda e de seus direitos sobre a fórmula vende sua elegante caixa com 48 comprimidos ao preço de Cr\$ 19,95. Quase cinco vezes mais cara que a caixa de 160 tablets do "Fucus" encontrável nas farmácias homeopáticas ao preço de Cr\$ 14,40.

Só no pátio da Volkswagen existem mais de quatro mil unidades do modelo a espera de compradores

## Férias coletivas para desencalhar o Passat

A queda de vendas no mês de junho foi de apenas 32 unidades do modelo de quatro portas mas mesmo assim a Volkswagen decidiu conceder férias de vinte dias a boa parte dos trabalhadores da linha de montagem do Passat na tentativa de diminuir os grandes estoques do carro.

Desde o início do ano o mercado não vinha correspondendo às expectativas. Para uma capacidade de produção mensal por volta de oito mil veículos da linha (modelos de duas e quatro portas), até o final de junho, as vendas estavam em 29.019 unidades, cerca de 60% abaixo do possível. Haveria portanto 19.000 carros a espera de comprador. Desses, pelo menos quatro mil estariam superlotando os pátios da fábrica. Quase um terço de um total de 15 mil automóveis de todos os modelos que se avolumam nos amplos terrenos da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP). Os restantes estão espalhados pelos depósitos dos revendedores aumentando as razões que estes tem em seu conflito de interesses com os montadoras.

O mês de junho, de modo geral, foi bom para a indústria automobilística. Foram vendidas 66.371 unidades, quase 17% a mais que as vendas de maio registrando-se o melhor resultado obtido em 1975. Como é costume, a Volkswagen colocou-se em primeiro lugar em termos de volume (42.300 unidades das quais 4.814 do Passat de duas e quatro portas) com aumentos em todos os seus modelos, exceto o Volks 1.500 (267 unidades a menos) e o Pas-

sat quatro portas. Esse panorama aparentemente animador, entretanto, não engana os técnicos de marketing da empresa. Há uma explicação bastante singela para a elevação de vendas: como ocorreu em março (65.200 unidades vendidas), os revendedores trataram, mesmo que a duras penas, de reforçar suas compras pois um novo aumento de preços (tal como ocorreu em abril) estava marcado para o início de julho. Espera-se, portanto, uma razoável queda neste mês pois, aparentemente, a frouxidão do mercado continuará ainda por algum tempo.

Além da vacilação dos compradores, o que estaria prejudicando especialmente a comercialização do Passat são alguns defeitos de fabricação observados nos primeiros carros que saíram da linha de montagem. O sistema de refrigeração, que apresentaria certas deficiências, e problemas na suspensão dianteira teriam corrido a imagem do carro valentemente testado conforme apregoava a publicidade de lançamento do modelo.

E claro que as explicações oficiais da fábrica a respeito das férias coletivas, não admitem esses fatos. Segundo a assessoria de imprensa, o pessoal da linha Passat trabalhava há mais de um ano e seria necessário conceder as férias legais. No entanto, não existe nenhuma razão para que a Volkswagen não tenha seguido o exemplo de outras fábricas, como a General Motors, que já está anunciando as terceiras férias coletivas este ano exatamente para refrear a produção.



**Raimundo Pereira e seu novo jornal: "Movimento".**

**João Antônio e seu conto inédito: "Leão de Chácara".**

**Geraldo Vandré e sua nova vontade de trabalhar.**

**Pelé e seu corpo nu.**

**TUDO NO**

**ex-12** NAS BANCAS.

**debate & crítica**

Revista Quadrimestral de Ciências Sociais

uma tribuna livre nº 6 - julho de 1975

Comissão Editorial

Florestan Fernandes

Jaime Pinsky

José de Souza Martins

**CAIO PRADO JUNIOR,**  
História quantitativa e método da historiografia

**LUÍS ALFREDO GALVÃO,**

Marxismo, imperialismo e nacionalismo

**PETER HENRY FRY e GARY NIGEL HOWE,**  
Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo

**MAURÍCIO VINHAS DE QUEIROZ,**  
O surto industrial de 1880-1895

**ALFREDO BOSSI,**

O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci

**LUIZ MEYER,**

Violência e complacência: em torno da antipsiquiatria

**OCTÁVIO I ANNI,**

Escravidão e história

**GILBERTO VASCONCELLOS,**

Tropicalismo: a propósito da Geléia Geral

A VENDAS NAS LIVRARIAS, PELO REEMBOLSO POSTAL, NA EDITORA DE HUMANISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA "HUCITEC" LTDA. - RUA BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, 44, 1º ANDAR, SALA 105, TEL: 34.3621, CEP: 01033 - SÃO PAULO.

# ECONOMIA

Se não for dada uma nova direção à política brasileira sobre a transferência de tecnologia, o Banco de Patentes corre o risco de se transformar num magnífico e inútil arquivo de documentos

## Entre as metas do II PND e a pressão das multinacionais

Nicolau de Souza

"O Brasil não deseja ficar eternamente atrelado a uma tecnologia do exterior, porque sabe que essa situação não concorrerá para o seu avanço econômico e tecnológico". (Ministro Severo Gomes - Resposta ao questionário da Business International - Junho, 1975).

Está programada a ida do ministro da Indústria e do Comércio ao Rio esta semana para a inauguração oficial do Banco oficial do Banco de Patentes, pacientemente formado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) último ano. Como anunciou a imprensa, o Banco, ao ser aberto no próximo andar do prédio do Ministério, já disporá de 900 mil documentos tecnológicos à disposição de empresas e indivíduos interessados. Pelo moderno sistema de classificação adotado, estima-se em oito horas o tempo médio de uma consulta, o que, para o serviço público brasileiro, é um verdadeiro recorde. Outros cinco milhões de documentos já estão em poder do INPI, que está processando o arquivamento.

Essa belíssima coleção, contudo, vai ficar mofando, pelo menos por algum tempo. Os técnicos sabem - e o ministro Severo Gomes não o ignora - que o Banco de Patentes é apenas um instrumento. Se não for dada uma nova direção à política brasileira sobre transferência de tecnologia, o magnífico acervo será muito útil para trabalhos de pesquisa acadêmica, mas, em matéria de pagamentos de "royalties" e assistência técnica, o Brasil ficará onde

sempre esteve.

Guilherme Hatab, presidente do INPI, está consciente do problema e recentemente entregou ao ministro Severo Gomes um estudo prevendo importantes modificações no interministeriais, essa omissão passa aparentemente despercebida. Tudo será muito diferente quando as discussões internas começarem a esquentar. Os técnicos da Fazenda sabem que um de seus transtornos é a reclamação constante das companhias estrangeiras de que o Brasil muda frequentemente as regras do jogo com relação a tecnologia. Código Brasileiro de Propriedade Industrial. No trabalho, os técnicos do órgão recomendam o fim dos contratos de assistência técnica por tempo indeterminado; assinatura de contratos separados para cada item de transferência de tecnologia; pagamento de "royalties" apenas para patentes registradas no tecnologia; pagamento de "royalties" apenas para patentes registradas no país; pagamento somente pela assistência técnica efetivamente prestada; normas que evitem abuso do poder econômico; exigência às empresas de apresentarem programas de absorção de tecnologia; prazo para utilização de patentes, etc.

Mas, é claro, antes de serem aprovadas essas recomendações, outros setores do governo precisam ser ouvidos e, naturalmente, surgirão divergências de opinião quanto à conveniência ou à oportunidade de serem adotadas algumas dessas normas. É inevitável que seja invocada a oposição tenez do capital estrangeiro a qualquer modificação no Código. No questionário que enviaram ao ministro

Severo Gomes, os participantes do Seminário da "Business International" classificaram a transferência de tecnologia como um dos problemas "mais irritantes" encontrados pelas companhias internacionais no Brasil. E isso apenas porque o INPI passou a reestudar a renovação de alguns contratos de assistência técnica.

Se setores do Ministério da Indústria e do Comércio estão dispostos a arrotar com essa irritação, o mesmo não ocorre com o Ministério da Fazenda. No Seminário de Salzburgo, o ministro Mário Henrique Simonsen defendeu bravamente a legislação existente e disse considerar justa a proibição de uma subsidiária nacional pagar "royalties" à matriz estrangeira pelo uso de patentes. Mas deixou claro que o governo não pretende adotar novas restrições.

Ao dar sua opinião no Conselho de Desenvolvimento Econômico que vai decidir se as recomendações do INPI serão ou não adotadas o ministro da Fazenda poderá muito bem lembrar as dificuldades do balanço de pagamentos, que desaconselhariam tomar qualquer medida agora que possa assustar o capital de fora.

Mesmo dentro do MIC, há quem recomende cautela. José Walter Bautista Vidal, secretário de Tecnologia Industrial do Ministério, chegou a declarar que o Código da Propriedade Industrial é "intocável". "O que se pretende, com os estudos que estão sendo feitos, disse ele, é esclarecer mais para que aquela legislação seja cumprida".

Se é preciso adotar um novo Código ou não para incorporar as alterações propostas pelo

INPI parece uma questão formal sem muita importância, mas não para os altos funcionários do governo. Embora as proposições do INPI possam ser adotadas por decreto-lei, ou seja, sem precisar passar pelo Congresso, há especialistas que acreditam que a sua introdução equivale, para todos os efeitos práticos, a um novo Código. Mas ninguém do governo se dispôs a dizer isso.

Nesta fase das negociações (o Código de 1969 foi substituído pelo de dezembro de 1971, atualmente em vigor). Essa carta será jogada no momento oportuno.

Em posição ainda indefinida, está a Secretaria de Planejamento da Presidência, que deverá também ser ouvida. O ministro Reis Velloso já disse que tem suas "proposições" a fazer, o que significa que não considera o estudo do INPI como conclusivo. Mas, habitualmente, acrescentou que não acredita que as alterações propostas pelo MIC possam afetar o fluxo de capitais do exterior para o país.

O ministro Reis Velloso esteve em Salzburgo junto com Simone e Paulinelli e conhece bem as queixas dos empresários estrangeiros, muitos dos quais recebem pessoalmente em um gabinete improvisado. Por outro lado, as metas do II PND são claras no capítulo sobre transferência de tecnologia: (1) seleção de tecnologia importada, (2) utilização do sistema mundial de patentes e (3) estímulo à absorção e difusão interna da tecnologia importada. Em síntese, é isso que o INPI quer colocar em prática.

Por enquanto, Reis Velloso ainda está em cima do muro, mas vai ter que descer. De que

Forçando uma concorrência internacional para o fornecimento de equipamentos no Plano Siderúrgico, o Banco Mundial, debilitou ainda mais a indústria brasileira de bens de capital

## A indústria pesada e a internacionalização

Com uma dívida externa que ameaça ultrapassar a barreira dos 20 bilhões de dólares e um déficit comercial prestes a anular boa parte dos 4,7 bilhões de dólares em reservas cambiais, o Brasil não estava em situação muito boa para negociar com o Banco Mundial o financiamento da terceira fase do Plano Siderúrgico Nacional.

Empresários da indústria de bens de capital vêm mantendo uma rígida série de acusações contra os técnicos brasileiros acusando-os de terem sido excessivamente condescendentes. E de aceitarem termos em franca contradição com uma participação nacional crescente no fornecimento dos equipamentos necessários à expansão da siderurgia.

O fato é que, embora participando com pouco mais de 12% do total de 2,1 bilhão de dólares necessários ao financiamento da compra de equipamentos siderúrgicos, o Banco Mundial impôs como condição a realização de concorrência aberta internacional para o total dos fornecimentos. Desse modo, reduziram acentuadamente as possibilidades de venda dos produtores instalados no país.

A justificativa do governo é que agiu assim para não prejudicar futuras contratações de financiamentos complementares, em outras fontes. Os líderes empresariais, entretanto, teriam dividido caminhos mais vantajosos. Representando empresas brasileiras (Bardella, Villares, Cobrasma, entre as maiores) e subsidiárias de empresas estrangeiras (Brown Boveri, GE, por exemplo) associadas na agitada Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), eles afirmam que a negociação deveria ter sido mais habilidosa. A crise de estagnação por que passam as indústrias de equipamentos europeias e americanas obrigadas a facilitar os financiamentos. Seria essa a senda pela qual os negociadores deveriam ter tratado o assunto, aproveitando-se de uma possível avidez de pedidos.

**Oligopólio permite desviar os pedidos para o exterior**

Contudo, o comportamento oligopólico das multinacionais instaladas no Brasil em setores cujos investimentos exigem longa maturação, faz com que

elas congelem suas aplicações diretas no país devido ou a baixa rentabilidade face ao risco ou à falta de concorrentes internos que as ameacem. Essa parece ser a situação atual da indústria de bens de capital no Brasil: as multinacionais estão preferindo executar os pedidos brasileiros nas suas matrizes e não em subsidiárias.

A Brown Boveri, por exemplo, segundo denúncias levadas à CPI das multinacionais, teria recebido benefícios indiretos de 200 mil dólares da Westinghouse Elétric Co. para abandonar em seu favor a concorrência para a construção da cremalheira da Rede Ferroviária Federal na Serra do Navio. Teria, ainda, retirado sua proposta, que apresentava melhores condições técnicas para a construção do trecho ferroviário da E.F. Santos-Júndiai, em favor da Marubeni.

A política adotada pelas multinacionais teria influenciado o Banco Mundial, sempre bem sintonizado com os interesses dos mais fortes, levando-o a fazer a exigência criticada pelos líderes da ABDIB.

**A incontrolável penetração na indústria**

Para o deputado federal Wellington Moreira Franco (MDB-RJ), vice-presidente da CPI das multinacionais, a mais grave distorção na política brasileira de absorção de investimentos externos "é a penetração incontrolada das multinacionais em posição oligopólica no setor de bens de capital", cuja participação já atinge 63% (Mecânica e equipamentos). Como elas possuem maior experiência empresarial, disponibilidade de tecnologia avançada e recursos financeiros externos, é difícil saber como as empresas brasileiras poderiam sobreviver em competição com elas. No mínimo seria necessária uma posição monopólica é explícita, por parte das empresas nacionais, o que só seria possível com o apoio do Estado. Ai volta-se ao mesmo lugar pois, reaceando ser acusado de estatizante, o governo prefere adotar fórmulas tais como as associações Estado-empresa nacional-empresa estrangeira (via Mecânica Brasileira SA, EMBRAMEC, subsidiária do BNDE para participações acionárias), a fim de evitar que o setor seja dominado por investimentos estrangeiros.

As reivindicações de aumentos salariais costumam ser lideradas por sindicatos de trabalhadores. Isto em países como os Estados Unidos, a França ou a Itália. No Brasil, entretanto, parece ocorrer precisamente o contrário. Se há menos poderia parecer impensável ver empresários propondo a modificação da política salarial do governo, com vistas a acelerar a recomposição do poder aquisitivo das camadas da população de menor renda, agora poderá tornar-se corriqueiro que representantes da chamada livre iniciativa venham a público expor os crescentes índices de mortalidade infantil, desnutrição ou subnutrição.

As novas preocupações empresariais teriam sido desperdiçadas, basicamente, por dois fatores - e estes foram explicitamente mencionados por um

dos diretores do Centro de Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Mircio da Cunha Rego Miranda, ao falar na sede da entidade em São Paulo, na terça-feira passada, a cerca de 60 de seus colegas: a necessidade de se ampliar o mercado interno, vale dizer, estimular o consumo e a produção; e exorcizar o fantasma da iniquitação que estaria rondando impudentemente entre a população.

Em sua exposição, Rego Miranda reconheceu fatos bastante significativos: que recaiu sobre os ombros dos trabalhadores de menor renda "em termos proporcionais, o maior sacrifício para o restabelecimento clínico da economia do país"; que os atuais níveis do salário-mínimo, estão aquém dos mais rudimentares limites de sobrevivência. A propósito, mencionou estudos da Secretaria

Agora, são os empresários que falam em fome, mortalidade infantil, e reconhecem ser necessário redistribuir a renda.

## Diminuir lucros e fortalecer o mercado interno?

ria de Agricultura de São Paulo, segundo os quais, nas palavras do conferencista, "uma família média de cinco pessoas - dois adultos e três crianças - precisava, em março último, despendar o mínimo de Cr\$ 791,35 somente em alimentação, para consumir apenas o indispensável à sua sobrevivência" (quando se sabe que o maior salário-mínimo regional é de Cr\$ 532,80).

Citando outro estudo do atual secretário da Saúde de São Paulo, Walter Leser, reconheceu igualmente que "a mortalidade infantil tem aumentado assustadoramente" e que este fato está diretamente relacionado com a progressiva queda do poder aquisitivo da população.

No entanto, a maior preocupação de Rego Miranda foi precisamente a de relacionar a segurança nacional com esta queda da capacidade de compra das faixas de menor renda: "A segurança de um país - disse - é indivisível, é uma construção unida e suas fundações são a segurança do cidadão". E não regateou em empregar palavras mais contundentes para caracterizar o problema: "Não pode haver segurança - acrescentou - junto com desespero, fome, angústia".

Diante deste quadro, caberia aos "empresários" conscientes e esclarecidos evitar que a "inquietação das bases" leve a "um dilema institucional". Neste sentido, a iniciativa privada deveria incentivar uma distribuição de renda mais veloz. Por exemplo, o abono de 10% concedido pelo governo no ano passado e as outras medidas que culminaram com o reajuste do salário-mínimo

em maio último, em níveis um pouco acima da inflação, são providências "timidas".

Nesta altura, porém, os empresários que antes pareciam unânimes quanto ao diagnóstico dos males, já não estavam todos de acordo sobre os possíveis remédios, e manifestavam dúvidas sobre a terapêutica a ser seguida. Na verdade, o próprio conferencista apresentava ter suas dúvidas ou pelo menos hesitava em fazer alguma sugestão concreta. Como melhor solução, propôs que se acelerasse a "descompressão salarial", porém sem recomendar um "tratamento de choque", mas "antes medicação homeopática a médio prazo".

Dentro de umas duas semanas, a Federação do Comércio promete realizar novos debates para encaminhar propostas concretas ao governo.

Sob a expectativa da entrada de volumosos recursos estrangeiros e dos fundos 157; com o pregão oscilando nervosamente e os presidentes reagindo com vigor à proibição das corretoras manterem carteiras próprias de ações, as Bolsas de Valores, na semana passada, viveram dias agitados. Mas será que essas não são apenas variações em torno de um problema que segue ciclos mais ou menos iguais?

## Bolsa: repetirá 1971?

Interrompendo uma apatia que durava exatamente quatro anos, o mercado de ações apresentou, nos meses de maio, junho e início de julho, sucessivos recordes nos índices de valorizações e de volumes de negócios. Bastou então que essa nova euforia ganhasse a primeira página dos principais jornais do país para que setores da classe média que têm alguma capacidade de poupança voltassem a pensar em comprar ações. E, como já aconteceu em 1971, correm novamente o risco de uma outra desilusão.

irão comprar na alta e serão obrigados a vender na baixa. As Bolsas Brasileiras parecem refletir fielmente a regra comum e básica dos mercados de todos os demais países (desenvolvidos ou subdesenvolvidos): vivem num círculo vicioso com três fases distintas e bem características. A primeira corresponde ao denominado "processo de acumulação de capital", ou seja, quando não se fala em ações e na qual as camadas que conseguem alguma poupança, estão adquirindo imóveis, aplicando em títulos de renda fixa, cadernetas de

poupança, etc... Mas, este desinteresse é apenas aparente. Neste período, que no caso brasileiro pode ser localizado entre junho de 1971 e maio de 1975, os grandes grupos financeiros aproveitam-se dos atraentes preços das principais ações do mercado, e aos poucos efetuam compras de grandes lotes de títulos cuja rentabilidade é bastante superior a qualquer papel de renda fixa, se se computar os dividendos fixos que distribuem, mais as bonificações. (nos últimos quatro anos, por exemplo, cerca de 90% das ações negociadas

na Bolsa de São Paulo eram cotadas abaixo de \$ 1,00 que é seu valor nominal). Com raras oscilações acentuadas (motivando sempre negociações maciças de um ou outro papel importante) esta fase de acumulação é a mais prolongada do mercado e os preços das ações mantêm-se "horizontais" com raríssimas oscilações.

A essa primeira fase segue-se a fase de alta acelerada que tem origem em fatos de ampla repercussão, como a contenção dos índices inflacionários e o desempenho das exportações brasileiras no período de 1970/71; e, mais recentemente, a propagada autoficiência em petróleo provocada pelas descobertas em Campos e a anunciada intenção de investidores estrangeiros efetuarem grandes aplicações no Brasil. Estas notícias criam, então, o clima propício para o aceleração da alta. Formando-se todo um esquema de informações otimistas muito bem manipulada pelos agentes do mercado para induzir o investidor a comprar ações.

Nesta fase, profissionais liberais em geral e outras camadas com bons rendimentos, juntamente com pequenos fundos,

clubes ou associações de investidores começam a dar ordem de compra aos corretores, com base sempre numa "dica" sobre este ou aquele papel. Como os grandes lotes estão nas mãos dos grandes grupos (acumulados durante a baixa), estes iniciam um metuoso plano de vendas, forçando sempre as cotações "para cima", pois, pelo menos teoricamente, há grande pressão de compra. E assim conseguem o maior lucro possível.

A alta acelerada pode ser localizada entre nós no período maio/junho de 1971 e em junho e começo de julho deste ano. Sua duração é curta e termina no chamado "pico", quando as cotações atingem seu preço máximo, prontas portanto para a queda.

Assim como qualquer notícia bem manipulada serve de pretexto para se desencadear uma alta, também no "pico" uma informação bem trabalhada motiva uma baixa vertical. Foi o que se deu em 1971, quando a simples notícia de que o Banco do Brasil distribuiria "apenas" 50% de bonificação e subscrição, motivou uma violenta retração em todo o mercado. E o que ameaça ocorrer agora,

com a proibição das corretoras manterem carteiras próprias de ações (serem intermediárias delas mesmas). Quando percebem que entraram no mercado na "hora errada", os compradores da alta procuram vender e começa então a terceira e última fase do círculo: as cotações caem acelerada e gradativamente, até atingirem um nível que interessa aos grandes agentes do mercado. Desinformados ou pressionados por problemas financeiros, os investidores vendem mesmo sofrendo prejuízos e tem início então um novo "processo de acumulação de capital".

Em fins de junho e nos primeiros dias de julho, as Bolsas de São Paulo e Rio bateram seus próprios recordes de negócios e foi também neste período que corretores destas duas praças voltaram a ser procurados com insistência por investidores há muito afastados ou por aqueles que nunca tinham aplicado neste mercado. Na semana passada, no entanto, a Bolsa já mostrou se não retrocessos, pelo menos instabilidade. No Rio, chegou a cair mais de 40%, num só dia, dando a impressão de que já se atingiu um novo "pico".

## Economia argentina: a orquestração do caos

Chico de Oliveira

O desconhecimento da história dos povos é um vício quase universal: aqui e ali interpreta-se a história de cada povo na base dos estereótipos que algum acontecimento importante fixou e que as comunicações modernas se encarregaram de espalhar por todo o globo. Os alemães são "prussianos", disciplinados; os franceses boêmios incorrigíveis; os espanhóis, trágicos e sanguinários; os americanos débeis mentais que mascam chicletes; os ingleses, frios e arrogantes; os orientais, de modo geral contemplativos; e os brasileiros alegres e descaídos sem fim. Quase nunca se percebe que, na maior parte dos casos, o estereótipo é a visão do adversário ou do dominador.

O estereótipo da Argentina ou dos argentinos é um misto de Carlos Gardel, de comedores de bife, de necrofilia política e de populismo peronista. Ainda que tal estereótipo pareça mais complexo, por reunir maior número de elementos, ela fica muito aquém da riqueza da história econômica e social daquela república, como de resto qualquer simplificação. Agora, o coro da imprensa internacional tem a Argentina na berlinda: a crise econômica, social e política é apresentada sob a forma de um bando de baderneiros nas ruas, a fazer greve, agitação, exigindo um novo cadáver, além dos muitos que a violência política já fez nos últimos anos. A Argentina está a beira do caos ou já está no caos, brada e imprensa internacional e os culpados são — adivinhem? — os trabalhadores, que não tem consciência dos prejuízos que estão impingindo à nação sulina, que ativam a inflação, que pretendem ganhar mais do que a nação suporta pagar e todos os jargões "a la escuela de Chicago" que, não percebem os críticos, já não têm validade nem para explicar a crise internacional quanto mais para jogar luz sobre a situação específica do país austral. E espera-se — ou pede-se? — que chegue para a Argentina a "hora da verdade".

Nossa ignorância sobre a Argentina inscreve-se no mesmo nível daquele desconhecimento que é vício universal, agravada pela nossa proximidade. Os brasileiros regressam da Argentina de malas cheias e de mentes vazias: para além da Calle Florida, parece reinar a confusão, os baderneiros comedores de bife e amantes do tango, agora nem tão amantes desde Astor Piazzolla. Mas, o que é a Argentina e o que são os argentinos?

A Argentina é, sob muitos aspectos, um país desenvolvido e desde outros ângulos de análise, permanece atada ao chamado mundo dos subdesenvolvidos. Já por volta de 1895, segundo Carlos F. Díaz Alejandro, em seu *Essays on the Economic History of the Argentine Republic*, New Haven and London, Yale University Press, 1970, citando um economista inglês de fins do século XIX, a renda per capita da Argentina situava-se em pé de igualdade com as da Alemanha, Holanda e Bélgica, estando acima das da Áustria, Espanha, Itália, Suíça, Suécia e Noruega. Acima da Argentina encontrava-se Austrália, Estados Unidos e Canadá. Com uma esplêndida dotação de recursos naturais renováveis, aptos para a produção de alimentos — carne, trigo, milho — e de matérias-primas — couro, lã, linho, linhaça — a Argentina integrou-se à divisão internacional do trabalho sob a égide britânica e simultaneamente avançou na constituição de uma sociedade industrial. Esta foi sua tragédia. A combinação dos interesses do capital financeiro inglês com os interesses locais dos "ganadeiros" bloqueou a passagem definitiva do país para o clube dos ricos. No entanto, uma específica escassez crônica de mão-de-obra, que necessitou de maciças injeções de italianos e espanhóis, principalmente, contribuiu ao modelou uma sociedade sem trabalho escravo e aberta quase por definição. Esta foi sua façanha máxima, se comparada com outros países que ficaram atrelados à divisão internacional do trabalho de antes dos anos trinta, que opunha combinando países produtores de manufaturas

versus países produtores de mercadorias primárias. Já nos anos vinte, por exemplo, a Argentina tinha no seu espectro político um partido do tipo da União Cívica Radical, de centro, facanha esta que poucos países da América Latina, com a exceção do Chile e do Uruguai, até hoje não lograram realizar. Em princípios da década de quarenta, o espectro político argentino completava-se com a articulação política da classe trabalhadora, sob a égide do peronismo, que se estruturou sobre os sindicatos dos trabalhadores. Não importa discutir aqui se o peronismo é ou não uma traição à classe trabalhadora, se é reformista ou revolucionário. Essa resposta deve ser dada apenas pelos próprios argentinos e especialmente pela sua classe trabalhadora.

Em fins dos anos quarenta, o país tinha percorrido praticamente toda a industrialização dos bens não-duráveis de consumo, por exemplo: desde então, os produtos de consumo argentinos são considerados baratos e de excelente qualidade. Nos anos cinquenta, a Argentina industrializou internamente a produção dos bens de consumo duráveis, incluindo todos os eletrodomésticos e o automóvel. Mas, não conseguiu internalizar por completo a produção de bens de capital, lacuna essa que se arrasta já por mais de cinquenta anos, e que a manteve no grupo dos chamados subdesenvolvidos (o controle sobre a produção dos bens de capital é, em essência, a divisa que separa os países pobres dos países ricos e que reproduz a dominação dos primeiros pelos segundos). Ainda assim, a renda per capita argentina, hoje pela casa dos 1.300 a 1.400 dólares, é a mais alta de toda a América Latina, embora seja cerca de três vezes inferior a dos Estados Unidos, por exemplo.

A breve resenha anterior não reproduz, por certo, a riqueza e complexidade do processo econômico, político e social da república do sul do continente: certamente, é no entanto um passo adiante do estereótipo. Nem a Argentina é um mar de rosas (sem qualquer trocadilho); como em qualquer processo social, o crescimento econômico é um campo de confrontação de forças sociais, de opções políticas, de recuos, de perdas e ganhos. E para que fique bem claro, não é a Argentina, certamente, o paraíso dos trabalhadores.

Desde 1955, com a queda de Perón, — estranhamente sempre chamado pela imprensa internacional de ditador, quando na verdade sempre chegou a Presidência da República por meios tão constitucionais quanto os de qualquer democracia ocidental — a chamada instabilidade política tem sido a marca registrada da Argentina. Mas aqui um importante elemento deve chamar a atenção do leitor: sem qualquer sombra de dúvida, a instabilidade política desde então tem sido o resultado da tentativa de governar o país sulino sem a classe trabalhadora; se há atores políticos na Argentina que trairam a democracia burguesa, estes não foram os operários nem os trabalhadores, de modo geral. Sob esse aspecto, a fidelidade da classe trabalhadora argentina à democracia burguesa é irrefutável e constitui-se, mesmo, no elemento de crítica mais frequente às lideranças sindicais enquadradas na CGT, base sindical do peronismo. Já a fidelidade de outros setores da sociedade argentina não é apenas questionável: experiência de muitos anos já está para confirmá-la. E agora novamente.

Certamente, o peronismo, com Perón, ou sem ele, constituiu-se num movimento político superado, sob vários aspectos. A morte do velho e carismático general rouba a possibilidade de especular-se com ele: pode-se dizer, seguramente, que com ele o movimento político na Argentina evoluiu em direção aos padrões da social-democracia europeia. O "grande acordo nacional" antevisto mesmo por Lanusse, não é mais do que o nome argentino para a social-democracia: crescimento econômico capitalista

com participação operária e controle público ou social.

Entretanto, para outras forças econômicas e sociais, a morte do velho general representou a possibilidade de frear a passagem do modelo político argentino em direção a social-democracia: depois de décadas de costume de evitar o vazio político era inevitável no peronismo. E nem mesmo a mais íntima pessoa ligada ao velho general, sua última mulher, agora viúva e presidenta, poderia absorver a liderança. Nesse ínterim, que já tem um ano, as forças econômicas e sociais adversárias da classe trabalhadora argentina, contra-atacaram, chegando mesmo a confundir dentro do próprio peronismo: não apenas Lopez Rega, nem Celestino Rodrigo, mas até a própria presidenta Maria Estela parece ter cedido à investidas que procuravam restabelecer na Argentina um nível de exploração sobre a classe trabalhadora que ela não quer suportar. Sob o disfarce dos planos de austeridade, de combate à inflação na verdade o que subjaz é uma tentativa de reintegrar ou de integrar a Argentina numa divisão internacional do trabalho sob o comando das multinacionais, para exploração dos imensos recursos naturais do país e se possível com baixos salários. E aqui essa estratégia se choca com a força organizada do operariado argentino, que — diga-se de passagem — não questiona o sistema econômico-social: se opõe a ver seu nível de vida abaixado.

A cegueira da própria política peronista constitui em não ter percebido, desde há muito, que a única saída para manter-se no poder e levar a Argentina aos caminhos da social-democracia, estava em aproveitar a própria força da classe operária, seu elevado nível de produtividade. É em direção a uma intensificação da produção de bens de capital internamente, sem o que a redistribuição dos ganhos de produtividade passa a ser extremamente aleatória: se os preços internacionais dos produtos primários nos quais a Argentina especializou-se vão bem, pode-se redistribuir populisticamente; se vão mal, esgota-se a margem de manobra do peronismo, e abre-se o caminho para as investidas da direita, pois a redistribuição aparece como cortando na carne da burguesia, isto é, dos seus lucros. Na verdade, a carne que se corta é sempre outra e mesmo na Argentina, país dos grandes e saborosos bifês — olha o estereótipo...

Seria hora de aprender que sem a classe trabalhadora não há governo possível nem viável na Argentina; que o melhor governo que se pode esperar é o que inclua essa classe como membro de direito do sistema; embora possa passar pela cabeça de muitos, sonhos desesperados de quebrar a espinha dorsal da classe trabalhadora argentina, reduzindo-a a infimas condições de vida para obter taxas milagrosas de crescimento isto é praticamente impossível. A Argentina não tem reservas de força de trabalho que possam proporcionar, sem aumento da produtividade do trabalho, expansões inusitadas de um capitalismo selvagem.

Há caos na Argentina? Sim e não; sim, pela tentativa de certos setores do capitalismo portenho e multinacional de aproveitar-se do vácuo político da confusão burocrática sindical, da luta entre os extremos, para impor novas regras de jogo que passem por cima das conquistas da classe trabalhadora argentina; não, pela tentativa dessa própria classe trabalhadora de manter o conflito dentro do contexto institucional, pelo seu apego à democracia burguesa. Estranhamente, pode ser que a pressão dos orquestradores do caos tenha como resposta aquilo que eles mais temem: que a classe trabalhadora argentina desborde de uma vez e para sempre os marcos da democracia burguesa que ela tanto defendeu nos últimos trinta anos e que viu traida seguidamente por aqueles que deveriam ser seus mais respeitosos cumpridores, pois em fim de contas, são eles que ganham mais.

# O MEIO AMBIENTE

Aplicando os padrões norte-americanos na medida da poluição do ar em São Paulo o limite de alerta, que não pode acontecer mais que uma vez por ano nos Estados Unidos, já aconteceu duas vezes no mês passado

Poluição em São Paulo

## Um índice reconfortante

Bernardo Kucinski e Amélia Hamburger (pesquisa)

**T**odos os dias, técnicos do governo de São Paulo (1) medem quantos milionésimos de grama de poeira e de uma outra impureza, o dióxido de enxofre, há em um metro cúbico de ar, em doze bairros do Grande São Paulo. Depois, dividem cada medida por um número que representa o "limite de alerta" daquele poluente, fixado pela Organização Mundial de Saúde, somam os resultados, multiplicam por 50 e nasce então o IPA — o famoso Índice da Poluição do Ar de cada bairro. Os índices dos cinco bairros centrais são publicados em jornais, junto com a previsão do tempo. O IPA é a medida oficial da poluição do ar em São Paulo.

Se o índice não chega a 15 a qualidade do ar é "satisfatória". Em geral fica entre 15 e 50 — qualidade "insatisfatória". Poucas vezes passa de 50 — qualidade "má". Nunca se soube de haver ultrapassado 100 (qualidade "pessima"), e muito menos 200 (qualidade "crítica").

Para a população que respira o ar extremamente poluído de São Paulo, reconforta saber que a qualidade desse ar está sendo acompanhada de perto e que raramente ultrapassa o segundo degrau na escalada da poluição que vai de "satisfatória" a "crítica". A população não sabe que os "limites de alerta" estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, de 450 milionésimos de grama por metro cúbico de ar ( $\mu\text{g}/\text{m}^3$ ) para a poeira, também chamada de "particulados", e de 785  $\mu\text{g}/\text{m}^3$  para o dióxido de enxofre, se referem à presença de apenas um poluente (e nenhum outro). Os danos à saúde devido à presença de dois (ou mais) poluentes, são maiores do que a soma dos efeitos de cada um deles separadamente. É o chamado "efeito sinérgico". Os particulados, por exemplo, são uma mistura de pó de metais, aerossóis e partículas maiores, que podem chegar a ter o tamanho de um grão de açúcar cristal e se depositam nas vias respiratórias (os maiores) podendo chegar até os alvéolos dos pulmões (os menores). Mas quando há outros poluentes no ar, essa poeira carrega os demais consigo e a combinação torna-se muito mais danosa. Estudos feitos nos Estados Unidos já mostraram, por exemplo, que em presença de sulfatação (reação química, que envolve o enxofre e ocorre em São Paulo com intensidade de quase duas vezes a de dez anos atrás), a existência de 80  $\mu\text{g}/\text{m}^3$  de particulados no ar, torna provável um aumento no índice de mortes. No bairro do Tatuapé, em São Paulo, a média de particulados em maio passado foi uma vez e meia mais alta (123,7  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ ), do que esse nível, havendo dias em que chegou a 300  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ . Nessa concentração, segundo estudos de mais de um país, aumentam as faltas ao trabalho e pioram os sintomas de doenças respiratórias, como a bronquite. Quando a concentração de particulados supera 600  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ , o aumento no número de mortes deixa de ser "provável" para virar certeza. Por esse motivo inclusive, muitos países adotam "limites máximos" permissíveis para os particulados bem mais rígidos do que esses "limites de alerta" da Organização Mundial de Saúde usados na fórmula do IPA. A Agência de Proteção do Meio Ambiente dos Estados Unidos fixa em quase a metade (260  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ ) o limite máximo para particulados nas grandes cidades, com a restrição adicional de que esse limite não deve ser alcançado mais do que uma vez por ano. Na Suíça, na Tchecoslováquia e União Soviética vale a mesma restrição e com limites ainda mais severos: 150  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ . O mesmo procedimento é aplicado para a presença de dióxido de enxofre, que só pode ocorrer nesses países, em concentrações bem menores do que as do "limite de alerta" da OMS, e também uma única vez por ano. O mais curioso é que a própria OMS também especifica limites máximos mais rigorosos do que o "limite de alerta"; no entanto, estes não são usados na fórmula paulista. Se fossem, a fórmula do IPA geraria muito mais adjetivos "insatisfatória" do que "satisfatória", e muito mais "má" do que "insatisfatória".

Quantas vezes por trás do índice do IPA em torno de 50 esconde-se a ocorrência de poluição acima do limite de alerta já em si de 2 a 3 vezes superior ao "limite máximo" admissível não mais que uma vez por ano? Provavelmente muitas vezes, por algumas informações que foi possível obter. Uma folha de medidas diárias de fevereiro de 1973 na Aclimação (bairro residencial quase no centro de São Paulo), mostra três dias onde a quantidade de particulados superou os 450  $\mu\text{g}/\text{m}^3$  e uma quarta vez onde chegou bem perto.



FOTO SAGESE

Se o máximo permitido norte-americano (260  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ ) for usado como padrão, os moradores sofreram em 12 dias do mês — inclusive durante uma semana inteira, de 19 a 26 — poluição acima do limite aceitável por 1 único dia. E se fosse aplicado o limite sueco ou soviético, em apenas um dia do mês os moradores do bairro respiraram um ar que poderia ser considerado respirável.

A poluição que nem entra na fórmula

As equipes da CETESB só medem sistematicamente concentrações de poeira e de dióxido de enxofre. Nem por isso os demais poluentes são menos perigosos. Cálculos da própria CETESB, de 1973 e 1974, revelam que são lançadas no ar do Grande São Paulo 6.100 toneladas de dióxido de nitrogênio por mês (três quartos provenientes de veículos). A CETESB não mede diretamente qual a concentração dessa substância no ar, mas supondo que se espalhe uniformemente sobre o Grande São Paulo até uma altura de 1 quilômetro, obtém-se a concentração de 140  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ , muito acima do limite de 100  $\mu\text{g}/\text{m}^3$  admitido pela própria Organização Mundial de Saúde, como média anual (2). Nessa concentração o dióxido de nitrogênio é altamente venenoso, porque uma vez inalado ele permanece no corpo humano em taxas elevadas de até 95%. O dióxido de nitrogênio tem afinidade com a hemoglobina 3.000 vezes superior à do oxigênio e é o principal fator de irritação dos pulmões. Concentrações, da ordem da que parece existir em São Paulo, causam doenças respiratórias agudas, se persistirem por dois a três anos. Nas crianças provocam bronquites mesmo em doses menores. Experiências em laboratório mostraram que em concentrações maiores de 300  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ , mesmo por pouco tempo,

há alteração dos tecidos pulmonares, induzindo, inclusive, ao câncer.

Calcula a CETESB que os veículos do Grande São Paulo despejam no ar ainda 60 mil toneladas por mês de monóxido de Carbono. Esse poluente tem 300 vezes mais afinidade com o sangue do que o oxigênio, e se respirado durante 8 a 12 horas em concentrações de 35 miligramas por metro cúbico de ar, produz no corpo humano o efeito equivalente a perda de 1/4 de litro de sangue. O perigo é grande para cardíacos e anêmicos. Uma medição isolada dos técnicos da CETESB na entrada do túnel 9 de Julho, o único túnel paulista revelou quase o dobro dessa concentração: 50 miligramas por metro cúbico de ar. O túnel é um verdadeiro poço de monóxido de carbono. Mas mesmo para a cidade como um todo, o teor desse gás já pode ser elevado demais para o bem estar do homem. Aplicando o mesmo modelo de cálculo usado no dióxido de nitrogênio, (ou seja, considerando uma distribuição uniforme até a altura de 1 quilômetro), obtém-se para o monóxido de carbono a concentração de 2 miligramas por metro cúbico de ar e que deve dobrar ou mesmo triplicar nas regiões de muito tráfego, no centro da cidade. A Organização Mundial de Saúde fixa em 10 miligramas por metro cúbico o limite máximo tolerável, durante não mais que oito horas seguidas e nunca mais que uma vez por ano. Há ainda os hidrocarbonetos, produzidos em grande escala pelos automóveis e a ozona (Os hidrocarbonetos não afetam diretamente a saúde mas provocam reações químicas no ar quando a luz do sol é mais intensa, provocando irritação dos olhos, além de outros males. O ozona, outro poluente não medido pela CETESB e muito menos parte de sua fórmula geradora do IPA, se presente no ar em concentração de 160  $\mu\text{g}/\text{m}^3$ , e aspirado durante três horas aumenta a sensibilidade do organismo humano à infecção por bactérias. Não se sabe ainda, nem aproximadamente quanto de ozona existe no ar de São Paulo.

A questão dos benefícios e das perdas da poluição

Enquanto a poluição no Grande São Paulo é mais danosa, hoje, à população do que a poluição na maior das grandes cidades norte-americanas ou europeias, os benefícios da produção industrial e da vida moderna — dos quais a poluição é sub-produto inerente — são menores. Nos Estados Unidos o conceito "benefícios-perdas" da poluição é o fundamento de toda a discussão sobre quais devem ser os níveis permissíveis de envenenamento do meio ambiente. Nessa discussão, é claro, as diversas forças sociais exercitam suas pressões e contra-pressões.

Só agora, a comunidade do Grande São Paulo, começa a se manifestar, com pelo menos duas décadas de atraso. Muitas das situações geradoras de poluição pertencem quase que irreversivelmente ao panorama do Grande São Paulo — como o "smog", mistura do "fog" e da poluição ("smog") fazia parte de Londres. Mas mesmo em Londres, sob condições sociais e políticas completamente diferentes do Brasil de hoje, foi preciso uma catástrofe com 3.000 mortes em 1952, para o desencadeamento de uma ação efetiva contra a poluição.

No Brasil as condições precárias de nutrição e de higiene da grande maioria da população, inclusive no Grande São Paulo, indicam que padrões ainda mais rigorosos de contaminação do ar deveriam ser aplicados do que aqueles recomendados nos países desenvolvidos. Isso quanto aos riscos aceitáveis da poluição. Mas também quanto aos benefícios, a população daqui leva desvantagem inmensurável — porque os benefícios da industrialização e da vida moderna, aos quais a poluição está associada, mal chegam à maioria da população ao contrário da situação europeia ou norte-americana.

(1) Desde 15 de março passado, a tarefa de controlar a poluição em São Paulo passou da Superintendência do Saneamento Ambiental (SUSAM), uma autarquia estadual, para a Companhia Estadual de Tecnologia do Saneamento Básico (CETESB), empresa mista com 51% de capital do Estado e 49% privado. A CETESB absorveu a SUSAM.

(2) O mesmo cálculo forneceu dados compatíveis para os poluentes cuja concentração foi medida diretamente pela CETESB. Trabalho não publicado de Amélia Hamburger, 1975.

Só no mês passado a marca dos 50 pontos foi ultrapassada duas vezes no bairro do Tatuapé, em São Paulo — nos dias 3 e 25. Qualidade do ar "má", diz o IPA. Na verdade pela fórmula do IPA, ou um dos poluentes ultrapassou o "limite de alerta", ou, se um ficou abaixo, o outro também existiu em concentrações apreciáveis. Qual dos dois desastres realmente aconteceu não se sabe, porque a Companhia Estadual de Tecnologia do Saneamento Básico (CETESB) não divulga a medida física, os milionésimos de grama por metro cúbico: "Os valores referentes ao

Acontecendo sempre o que só poderia acontecer uma vez

# O ACORDO NUCLEAR

Marcelo Damy (1)

As mesmas pessoas que diziam que o Brasil tinha enorme potencial hidroelétrico e não precisava de reatores, agora dizem que o potencial acabou, e que não dá mais tempo de desenvolver nossos próprios reatores

**A**assinatura do acordo de cooperação nuclear entre o Brasil e o Governo Federal da Alemanha representa uma grande vitória diplomática e traz a decisão do nosso governo de promover o desenvolvimento das atividades nucleares no país em grande escala. E de se esperar que traga maiores benefícios do que o acordo estabelecido para a implantação do reator de Angra dos Reis, que não está trazendo nenhuma contribuição ao desenvolvimento nem da tecnologia e nem da engenharia nuclear no país. Na época de sua implantação, a Comissão Nacional de Energia Nuclear procurou mostrar que seria vantajosa a escolha de um reator importado a urânio enriquecido porque desenvolveria a nossa tecnologia. Passados alguns anos, verificamos, como já suspeitavam os cientistas nacionais na ocasião, que esse reator é uma simples caixa preta cujos botões serão apertados pelos técnicos brasileiros.

O que é necessário esclarecer é que decisões técnicas não podem ser tomadas a revelia dos técnicos, sob pena de se cometerem erros que podem comprometer todo o desenvolvimento futuro da energia nuclear no nosso país. No acordo com a Alemanha nenhum cientista foi ouvido. Para um país carente de grandes depósitos de urânio (refiro-me a jazidas medidas e não avaliadas) mas rico em torio, o nosso desenvolvimento deveria contemplar o que é ainda hoje um fato real: qualquer programa a longo prazo não pode deixar de encarar a necessidade do desenvolvimento de reatores que utilizem o torio. Se no futuro vierem a ser descobertas jazidas apreciáveis de urânio, esse fato só reforçaria o programa pois poderiam ser construídos reatores adicionais a urânio natural e água pesada com a função de produzir eletricidade. Mesmo porque, a utilização do torio em reatores pressupõe a existência de plutônio que é um subproduto do funcionamento de reatores a urânio natural. E o melhor plutônio para reatores reprodutores é produzido por esses reatores moderados a grafita ou água pesada — e não por reatores a urânio enriquecido, como o de Angra e os futuros reatores da Alemanha.

## Foram os objetivos bélicos que levaram certos países ao enriquecimento do urânio.

Os reatores a urânio enriquecido e água leve, foram estudados e estão sendo produzidos pelos países que construíram usinas de separação de urânio para fins bélicos e que as utilizam para produção de urânio para fins de geração de energia com o único intuito de evitar a sua deterioração pela falta de uso, pois é notório que os arsenais nucleares dos Estados Unidos e da União Soviética já são suficientes para destruir toda a vida sobre a terra.

As vantagens desses países em incentivarem o emprego desse tipo de reatores são evidentes: permitem manter as suas usinas em funcionamento conservando-as em condições de atender a uma emergência bélica; além disso, sendo os únicos produtores desses materiais, podem controlar o ritmo do desenvolvimento industrial e o preço do kilowatt hora gerado por essas usinas nos diversos países. Em outras palavras, sem o esgotamento progressivo das reservas de petróleo, se um país pudesse ser o único detentor do método de enriquecimento controlaria o desenvolvimento do mundo.

Vários países procuraram métodos para evitar o uso do urânio enriquecido utilizando água pesada ou grafita como moderadores em reatores a urânio natural. O modelo canadense, a água pesada, apresenta vantagens sobre os de urânio enriquecido, produzindo energia mais barata e simplificando consideravelmente o sistema de produção dos elementos combustíveis. A técnica de produção desses elementos, que empregam o óxido de urânio UO<sub>2</sub> foi desenvolvida no Instituto de Energia Atômica em São Paulo (IEA); também em 1960. Portanto, há 15 anos atrás, o Brasil já possuía tecnologia própria para as duas fases principais da utilização da energia atômica. O programa de desenvolvimento nuclear, baseado no uso do urânio natural foi abandonado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Todos os esforços nesse sentido foram interrompidos com a consequente dispersão dos técnicos e cientistas que se dedicavam a esse programa. A razão invocada na época: o Brasil possuía enormes reservas de energia hidroelétrica e a energia nuclear só seria necessária na década de 1990. E surpreendente por isso que as mesmas pessoas que defendiam esse ponto de vista tenham sido as responsáveis pela importação da caixa preta de Angra dos Reis e que agora, em 1975, tenha sido declarado, pelo porta-voz oficial, que o Brasil não poderia mais esperar o desenvolvimento de uma tecnologia própria.

Ha um aspecto sobre o uso do urânio enriquecido que precisa ser salientado. Um quilograma de urânio natural contém 7,1 gramas de U<sup>235</sup>. Nas usinas de separação (ou enriquecimento), retira-se apenas 4 dessas 7,1 gramas: em consequência, para produzir 1 quilograma de urânio enriquecido a 3% (que é o enriquecimento normal dos reatores a água leve), são necessários cerca de 8 quilogramas de urânio natural.

Sobram sete, empobrecidos a tal ponto que só poderão ser utilizados nos reatores reprodutores (breeders, como o reator Phenix da França). Evidentemente, consideran-

do-se que o urânio enriquecido dessa forma não apresenta queima completa, a pretensão economicidade dos reatores a água leve é ilusória pois exige, para seu funcionamento, a instalação de uma usina de enriquecimento e a de separação do plutônio — desnecessárias nos reatores a urânio natural. E evidente que um país que possui reservas limitadas de urânio, como é o nosso caso, não pode dar ao luxo de utilizar, de maneira efetiva, apenas cerca de 1/8 das suas reservas e que, para esse fim tenha ainda que construir uma usina de enriquecimento. Em consequência, qualquer programa a urânio enriquecido pressupõe o uso de reatores rápidos reprodutores para melhorar a economicidade do sistema. Do que foi dito, ressalta claramente que a escolha do urânio enriquecido é uma escolha infeliz que não apresenta nenhuma vantagem. Pelo contrário, obriga o país a enormes investimentos que só se tornarão rentáveis após várias décadas quando entrarem em funcionamento os reatores reprodutores rápidos dos quais só existe um em funcionamento regular na França.

Em relação à construção de uma usina de enriquecimento de urânio no país com a técnica dos "jatos centrífugos" supersônicos (jet nozzle) convém esclarecer que Alemanha possui uma em funcionamento em Karlsruhe com capacidade de somente 2 unidades de separação por ano. Trata-se de pequeno sistema de pesquisas em laboratório — e não de uma unidade de produção industrial. Dos métodos conhecidos ou em estudo, o do "jet nozzle" é o que, para uma escala razoável de produção, deverá produzir o urânio enriquecido pelo preço mais elevado (US\$ 28,30 por unidade de separação para usinas de difusão gasosa, US\$ 31,80 para as centrífugas e 43,60 para as de jato (2), entre os métodos conhecidos, é o que requer o maior consumo de energia elétrica: US\$ 12,50 para a difusão gasosa, US\$ 2,30 para centrifugação e US\$ 29,50 para jato (3).

A idéia de separação de isótopos por jato supersônico data da 2ª guerra mundial e é devida ao físico DIRAC. Os primeiros resultados experimentais são devida a Tohourdin, em Oxford, em 1946. Dessa época para cá vem sendo estudados sistematicamente por vários países e por vários físicos entre os quais devemos mencionar Becker (Alemanha) e Campargue (França). A Alemanha vem desenvolvendo esse processo desde 1954. Resultados importantes foram obtidos por Becker, por Campargue e por um grupo de físicos americanos (Kantrovitz, Grey e Reis) onde o processo é estudado pelo menos desde 1951. A literatura publicada sobre esse método consiste em mais de 120 publicações especializadas. Um fato que deve ser levado em conta é que, apesar de ser objeto de estudo por físicos do mais alto nível, o processo encontra-se ainda, trinta anos após a sua descoberta, em fase experimental de laboratório. A transmissão de todo o know-how para o Brasil é um fato importante; mas é necessário reconhecer que será necessário desenvolver pesquisas sobre o problema com equipes de físicos e físico-químicos capazes. Não se trata de receber apenas uma receita para fabricar um produto. Não vamos receber o know-how para produzir urânio enriquecido e sim os resultados experimentais de um modelo de laboratório, baseados em princípios conhecidos há 30 anos e que até agora não atingiram nem a fase de usina piloto. O que se sabe de positivo é que o custo desse urânio — se puder ser industrializado — será superior ao produzido pelos outros métodos conhecidos além de exigir enorme dispêndio de energia elétrica. Parece-me, por isso, um pouco temerário lançar o país em um programa de reatores a urânio enriquecido com investimento de 5 bilhões de dólares, baseando-se na hipótese que essa técnica, aqui no Brasil, será econômica e que da associação entre os nossos cientistas e os que aqui vierem colaborar rapidamente, surgirá o caminho ainda não encontrado. Julgo que qualquer esforço que se faça no sentido de desenvolver e aprimorar uma técnica é útil ao país — pois na pior das hipóteses constitui excelente escola de treinamento para físicos e físico-químicos. Mas daí a basearmos a produção futura de energia elétrica nesse método de sucesso hipotético vai uma enorme dis-

tância: a distância que separa a realidade da esperança e do sonho.

Finalmente há ainda um aspecto dessa técnica que não foi mencionado: o funcionamento das unidades de separação exigem quantidades enormes de hélio. Ora, o hélio é um gás raro que só pode ser obtido dos Estados Unidos que não o fornecerá sem salvaguardas. Em consequência, a nossa futura pretensão de independência nesse setor passará a ser a de uma dependência essencial e controlada.

O reator "Cobra" que o Brasil teria encomendado à França é um protótipo utilizado pelos Franceses para desenvolver depois os reatores Rapsodie e Phenix. Como é sabido, o Phenix é um reator reprodutor (breeder) utilizando como combustível uma mistura de óxidos de urânio natural e de plutônio e que usa urânio empobrecido (i.e., os rejeitos das usinas de enriquecimento de urânio) como material fértil (material fértil é o material não fissil colocado em um reator reprodutor para ser transformado em material fissil pela irradiação ou captura de neutrons do reator). O plutônio utilizado no reator Phenix é proveniente dos reatores a urânio natural moderados a grafite situados no Centro Nuclear de Marcoule. O primeiro desses reatores, destinados à produção do plutônio e de eletricidade entrou em funcionamento em 1956. O reator Phenix produz 250.000 KW de energia elétrica e encontra-se em pleno funcionamento há cerca de um ano e meio: é o único reator rápido reprodutor em funcionamento regular no mundo. Apesar de reatores rápidos terem sido estudados e construídos por vários países — alguns há já cerca de dez anos — todos eles apresentaram enormes dificuldades e ainda estão muito longe do estágio de desenvolvimento obtido pelos franceses. Esse fato mostra a superioridade da técnica francesa sobre a dos demais países e demonstra a viabilidade total da linha de reatores que se inicia com o emprego de urânio natural para produção de eletricidade, obtenção de plutônio como sub-produto e emprego deste material fissil em reatores reprodutores rápidos que queimam o urânio empobrecido seja ele proveniente de usinas de enriquecimento ou do próprio urânio natural queimado nos reatores produtores de eletricidade. O urânio empobrecido (material fértil) pode ser substituído pelo torio para a produção de urânio 233 a partir dos neutrons provenientes da fissão do plutônio.

Do que foi dito, resulta claramente que esse é o caminho que o Brasil deverá seguir para obter tecnologia própria a ser autossuficiente em energia nuclear. Em consequência, esse acordo com a França parece-me de importância muito maior para o Brasil do que o próprio acordo estabelecido com a Alemanha e creio que, uma colaboração mais estreita com aquele país, poderia nos fornecer conhecimentos e técnicas com as quais poderíamos rapidamente atingir a a auto-suficiência em energia atômica. É necessário lembrar que a França e o Brasil mantêm vínculos de estreita colaboração nesse setor e que, em particular, devemos aos técnicos franceses a formação do grupo de geólogos que descobriu as ocorrências mais significativas de urânio no nosso território.

## Só com uma reforma universitária teremos os técnicos em número suficiente

Uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento da energia nuclear no país é decorrente da falta de estímulo ao pesquisador e à carência de um programa a longo prazo com a preocupação de desenvolver as atividades nucleares baseando-se apenas num esquema de transferência de know-how, sem nenhum estímulo à formação de pesquisadores nesse setor, o país vê-se, no momento, sem possibilidades de recrutar um número significativo de elementos capazes para um esforço nuclear sério. Como se isso não bastasse, com frequência os responsáveis pela direção de institutos de pesquisa desprezam as atividades de pesquisa e preocupam-se apenas com uma pseudo tecnologia que lhes permita vender serviços. A consequência tem sido a evasão dos elementos de valor e a substituição por outros de competência questionável — e a decadência de muitos desses centros de pesquisa.

Qualquer esforço nuclear pressupõe a formação de físicos, eletrônicos, químicos, geólogos, metalurgistas, etc. de alto nível. Esses técnicos e cientistas não se formam rapidamente, nem com cursos de pós-graduação, pois é notória a decadência do ensino superior. Para sermos realistas e objetivos, a situação do país está a exigir uma reforma do ensino superior e a substituição dos exames vestibulares atuais por exames capazes de selecionar os candidatos que possuem o nível indispensável para o ingresso nas universidades.

Em conclusão, o Brasil não possui, e nem poderá formar a curto prazo, os cientistas e técnicos necessários à implantação dos acordos com a Alemanha e a França. Obviamente, se novos acordos de cooperação nuclear vierem a ser feitos, o país não poderá, nem em um prazo de 10 anos fornecer o elemento humano necessário — menos que comece a cuidar, desde já, da formação de cientistas e técnicos fornecendo às universidades, oficiais e não oficiais, de nível elevado, os recursos indispensáveis para que a pesquisa possa ser desenvolvida com estudantes graduados trabalhando em regime de tempo integral.

1 - O professor Marcelo Damy desempenhou um papel central na construção do reator experimental do Instituto de Energia Atômica, de São Paulo. Durante muitos anos ele foi também diretor desse Instituto e hoje é diretor do Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo

2 - Nuclear Age - Almqvist & Wiksell, Stockholm, 1975, pg. 52.

3 - idem



O Partido Socialista Português orgulha-se de ser o mais revolucionário entre os congêneres da Europa Ocidental, ou entre as agremiações que coabitam a chamada Internacional Socialista. O orgulho começa por fazer sentido, ao menos no nível da retórica. Propondo uma reforma agrária imediata, pela expropriação dos grandes latifúndios e também das terras irrigadas, que o trabalhador deve receber; apoiando a imediata transferência ao Estado dos setores básicos da economia, numa "efetiva nacionalização"; e finalmente concordando em que o objetivo final não é apenas uma "mais justa distribuição das riquezas de um capitalismo reformado", mas a coletivização dos meios de produção, apropriadas pelos trabalhadores — os socialistas de Mário Soares estão bem mais à esquerda do que os social-democratas de Willy Brandt, dos trabalhistas de Harold Wilson ou de Golda Meir, dos socialistas franceses de Mitterrand, todos colegas de Internacional.

Mas, infelizmente para os socialistas portugueses, essas credenciais não vem sendo reconhecidas exatamente onde seria mais útil que o fossem: na sede do partido, em Portugal. Na quinta-feira, dia 10, depois de um doloroso processo de sucessivas humilhações, o Partido Socialista Português retirou-se do governo de coligação, do qual participou desde o primeiro dia da queda do salazarismo, no 25 de abril do ano passado.

Em termos, digamos, práticos, o PSP não perde muita coisa: dois ministérios, o sem pasta, de Mário Soares, e o da Justiça, de Salgado Zenha, além de algumas secretarias de Estado e outras oportunidades de emprego que não têm sido desprezadas. Além do mais, o poder do gabinete — e dos civis dentro do gabinete — estava reduzido a níveis mínimos. Zenha, por exemplo, comunicou recentemente que ele não conseguia nem informações sobre a situação de presos políticos — como os militantes de grupos maoistas — assunto sob inteira e exclusiva competência militar.

As perdas do Partido Socialista — e pelo menos por enquanto são perdas — encontram-se na moral e na política.

O caso *República* foi o motivo imediato alegado pelo PS para deixar o gabinete. O *República* é um vespertino de sólida tradição antifascista, firmada ainda nos tempos do salazarismo e é — ou era — uma espécie de cooperativa. Muitos de seus leitores são acionistas da empresa, cujas máquinas, por exemplo, foram compradas com dinheiro levantado numa campanha em todo Portugal. Não é — ou não era — um jornal do Partido Socialista, mas a 19 de maio último — quando o prédio foi ocupado pelos trabalhadores das oficinas — o *República* era administrado por seus acionistas majoritários e sua redação dirigida por Raul Rego, velho socialista, e por um conselho onde a maioria dos jornalistas



Depois de um doloroso processo de sucessivas humilhações, o Partido Socialista português perde definitivamente seu jornal, o *República* e abandona o poder do qual nunca participou realmente.

## SEM JORNAL E SEM PODER

Carlos Alberto Sardeneg

era socialista.

Nem Rego nem os principais dirigentes socialistas chegaram a dizer que o Partido Comunista ordenara a tomada do *República* pelos gráficos. Mas repetiram quantas vezes puderam que o fechamento do *República* — por tropas militares quando, a 20 de maio, os gráficos estavam dentro do prédio, sitiados por milhares de manifestantes socialistas — só beneficiava o Partido Comunista. De resto, os socialistas insistem na denúncia de que os comunistas tomam de assalto os principais veículos de informação, o que é verdade em muitos casos.

### Uma posição desagradável para um partido socialista

Ocorre que essa luta do PSP pela liberdade de informação, aplicado ao caso *República*, colocou o partido em situação no mínimo constrangedora. Por que não a liberdade de informação dos gráficos, que precisamente exigiam participar da orientação editorial do vespertino? Verdade que, seguindo os socialistas, os gráficos exigiam controle

exclusivo — chegaram a tentar demitir o diretor Raul Rego — incorrendo assim no mesmo radicalismo que seria exigir controle exclusivo para os jornalistas. De qualquer modo, ao mobilizar seus militantes para exigir que o *República* fosse devolvido à sua diretoria de redação e sua administração, o Partido Socialista estava também exigindo que fosse devolvido aos seus acionistas. E por tanto, que fosse tomado dos trabalhadores — posição desagradável para um partido que pretende a coletivização dos meios de produção.

O Conselho da Revolução provavelmente considerou esse ponto de vista quando, ainda no mês passado, ordenou que o jornal fosse devolvido à sua diretoria e redação, mas esclarecendo que essa decisão decorria da lei de imprensa vigente. E indicou que o governo deveria rever a lei para adequá-la "a nova fase da revolução". Ocorre que o Comando Operacional do Continente — o Copcon chefiado pelo sempre ativo general Otelo Saraiva de Carvalho — já estava nessa nova fase revolucionária e talvez ainda mais adiante.

Quando retiraram o laço das

portas do prédio do *República*, os oficiais do Copcon fizeram questão de entregar chaves tanto à direção e administração — ordens do Conselho da Revolução — quanto à comissão dos gráficos. (Na última semana, o general Otelo consolidaria essa atitude ao se recusar a desalojar os trabalhadores que haviam ocupado instalações da companhia telefônica e da Rádio Renascença em Lisboa. Disse ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, autor da ordem para retirada, que o Copcon jamais investiria contra trabalhadores).

Na ocasião, a direção do *República* recusou-se a assumir o jornal naquelas condições, insistindo em ter controle exclusivo, conforme garantias da lei. E assim tentando esgrimir teses jurídicas contra atos de força (legítimos ou não) o Partido Socialista chegou à última desagradável quinta-feira.

O *República* novamente saía as ruas, sob responsabilidade exclusiva dos trabalhadores da oficina e tendo na administração uma comissão de quatro militares nomeados pelo Conselho da Revolução. A noite desse dia, circulava o comunicado do Secretariado Nacional

do PSP informando que "cessem todas as funções dos seus membros no governo" porque o MFA e o Conselho da Revolução não haviam cumprido a palavra empenhada de devolver o *República*. A quem? Aos legítimos donos?

Mais uma vez, o Partido Socialista, era ultrapassado pela dinâmica revolucionária — a expressão é comum em Lisboa — e se retirava do governo como oposição à direita, para desgraça do seu desejado prestígio de revolucionário.

### Uma guinada mais à esquerda do que desejava o PC

Na mesma quinta-feira à noite, Intersindical, Partido Comunista, Movimento Democrático Popular, Movimento da Esquerda Socialista, Frente Socialista Popular, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Liga de União Armada Revolucionária, Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias e Liga Comunista Internacional reu-

niaram dez mil pessoas para apoiar a decisão tomada na reunião plenária de terça e quarta-feiras pelo plenário do MFA: a criação de uma imensa estrutura de poder popular, para vigiar, fiscalizar e mesmo substituir o aparelho de Estado. Uma organização que começa pelas comissões de trabalhadores nas fábricas e empresas, comissões de vizinhos e "outros organismos de bases populares", todos reunidos em assembleias locais, depois regionais e assim subindo até uma grande Assembleia Nacional Popular. As unidades militares também terão suas comissões e assembleias, aliás encarregadas de estimular, "reconhecer" e finalmente buscar a união com as organizações populares, pois se trata de institucionalizar a aliança povo-MFA. Finalmente, comissões e assembleias populares exercerão o poder por meio de uma democracia direta, com "votação de braço erguido".

Aos observadores, o projeto pareceu mirabolante. Primeiro, porque se for para valer — na mesma reunião o MFA aprovou o plano de ação política de Vasco Gonçalves, que é bastante diferente — essas comissões e assembleias provavelmente tornam inútil a atual Assembleia Constituinte, a futura Assembleia Legislativa, prevista no pacto MFA — partidos, assinado em abril e que estaria anulado. Também os partidos, os sindicatos (para que serviriam se há comissões de trabalhadores em toda parte se tornariam inúteis).

Em segundo lugar, o projeto surpreende porque não parece fácil implantar a democracia direta, e o poder popular por meio de decreto que institucionaliza a aliança povo-MFA. De qualquer modo, essa decisão do plenário do MFA é uma guinada à esquerda bem mais à esquerda do que desejava o Partido Comunista, obrigado no caso a seguir os passos do general Otelo e seus aliados à extrema-esquerda (executando-se os maoistas) para também não ser ultrapassado.

O Partido Socialista, pelo seu secretário-geral Mário Soares, pronunciou-se contra "a democracia do braço erguido", classificada de "uma variante do fascismo", reclamou o sufrágio universal e secreto; defendeu a Assembleia Constituinte e a Legislativa; acusou o PC de tentar implantar a ditadura. E manifestou a esperança de que o MFA reconsiderasse sua decisão. O que significa que os socialistas ainda não se consideram totalmente na oposição. Se o MFA reconsidera o caso das assembleias populares, se mantém a palavra antes empenhada e devolve o *República*, então quem sabe pode-se voltar ao governo? O Conselho da Revolução talvez tenha mais moderados do que a assembleia do MFA.

E assim possível que os socialistas estejam manobrando para obrigar o MFA a cortar as asas dos seus Otelos, refrear o ânimo revolucionário e tentar colocar ordem na casa. De qualquer forma, continuam sem a iniciativa: num país em crise onde os conflitos de classe avançam para os momentos de decisão, o Partido Socialista propõe pouco mais do que constituir uma Assembleia Legislativa.

## Um problema crônico

Ainda nesta semana, os chanceleres americanos se reúnem em San José, na Costa Rica, para decidir o mais crônico dos problemas da OEA nos últimos 10 anos: aceitar ou não Cuba de volta ao sistema interamericano. Em 1964, como o resultado de uma série de pressões que o Departamento de Estado norte-americano

fez aos países latino-americanos para que estes aderissem ao bloqueio e se alinhassem à diplomacia da guerra fria, Cuba foi expulsa da OEA. No entanto, a despeito dos esforços americanos de isolar Cuba, vários países, por motivos ideológicos e comerciais, começaram a tentar uma reaproximação com o regime de Havana. Mas só mes-

mo no ano passado é que um número maior de países estabeleceu relações diplomáticas com o regime de Fidel Castro — contrariando abertamente as resoluções da OEA. Assim mesmo, quando se deu a última reunião desse organismo (novembro/74), em Quito, Cuba não conseguiu os 14 votos necessários ao retorno à OEA. É preciso acres-

centar também que Cuba foi bastante responsabilizada pelo seu isolamento: afastado do sistema interamericano, Fidel estreitou relações com a URSS e adotou uma política radical, a de "exportar a revolução" para os países latino-americanos.

E o que mudou agora, às vésperas do novo encontro da OEA? As posições dos

EUA e de Cuba se atenuaram, e com isso, as possibilidades de aproximação são maiores, o que faz crer que o bloqueio a Havana será suspenso. Assim como os EUA têm mostrado indiferença — e não oposição — ao reingresso de Cuba no sistema interamericano, Fidel Castro, por seu lado, também tem dado provas de sua boa vontade. Além dos con-

vites feitos a vários senadores norte-americanos para visitarem Cuba, o sinal mais evidente das novas intenções de Fidel foi a decisão tomada pelo PCs deste hemisfério — em Havana, numa reunião recente — de retirarem o apoio às lutas armadas, preferindo, antes, recomendar a formação de frentes democráticas no combate ao imperialismo.

## Uma Indústria e a Terra

A indústria norte-americana de aerossóis descobriu um argumento original para neutralizar a acusação de que os gases do aerossol põem em perigo a vida na Terra (porque destroem a fina camada de ozona que nos protege contra as radiações ultravioletas). O argumento é "recessão econômica, cientificamente fraco, mas possivelmente de grande apelo popular. "Exatamente agora, quando a nação se esforça para sair do estado de recessão econômica, as pessoas devem se comportar com mais senso de responsabilidade em relação à indústria..." diz uma carta enviada ao **New York Times**, pelo vice-presidente da Campanha Educativa do Aerossol (Aerossol Education Bureau). A carta detalha o que está realmente em jogo caso todos os aerossóis sejam banidos dos Estados Unidos a partir de janeiro de 1978, como sugeriu o relatório (divulgado dias antes) pela Agência Federal do governo, que estuda mudanças na estratosfera. "A indústria (do aerossol) responsável por 9 bilhões de dólares do Produto Bruto norte-americano em empregos, bens e serviços. Um quarto de milhão de pessoas depende dessas indústrias para seu ganho..."

Esse novo argumento é na verdade um desdobramento do argumento maior, que tem sido utilizado pelos fabricantes de aerossóis até agora: o de que não se provou ainda conclusivamente a destruição da camada de ozona da estratosfera por ação dos gases dos aerossóis.

E se nada está provado, ninguém tem o direito de coibir as atividades de um setor industrial inteiro. "Os negócios não podem ser prejudicados antes que se reunam e se avaliem os fatos cientificamente", dizia na mesma semana um grande anúncio da Du Pont, a maior indústria norte-americana de gases usados em aerossóis, publicado no mesmo **New York Times**.

A acusação de que gases usados em desodorantes e mata-moscas sobem até a estratosfera e destroem a camada de ozona pode parecer fantástica, mas está sendo levada muito a sério, não só pelo governo norte-americano (que já escalou um satélite "Copérnico" para medir o ozônio) como pela própria indústria dos aerossóis, que admitiu estar gastando de 3 a 5 milhões de dólares em pesquisas por sua própria conta. Segundo muitos cientistas, ao atingir a estratosfera esses gases são decompostos pela luz solar e liberam cloro. Cada átomo de cloro, então, destrói um número enorme de moléculas de ozona. A destruição do ozônio faz com que cheguem a superfície da Terra raios ultra-violetas, em intensidade tal que pode causar câncer da pele. Agora a indústria do aerossol está apresentando depoimentos de cientistas, colocando essa hipótese em dúvida. E em dúvida, "negócios não podem ser destruídos e o argumento agora reforçado pelo da "recessão". Os defensores do meio ambiente respondem: a vida deve ser preservada, mesmo "por via das dúvidas".

## Amigos desconfiados



Os trabalhadores chilenos teriam dois longos meses para se pronunciarem sobre o novo Código de Trabalho apresentado pelo general Pinochet no final de junho. Mas não foi necessário tanto tempo para que até mesmo as organizações que conseguem conviver amigavelmente com o regime desconfiassem das segundas intenções do Código de Trabalho outorgado pela junta. Apesar de não saber que destino será dado às suas críticas, a Confederação dos Empregados Particulares do Chile (CEPCH) manifestou seu desacordo sobre duas das três partes do novo estatuto.

Uma delas proíbe que os trabalhadores tenham uma organização nacional uni-

ca, no estilo da CUT (Central Única dos Trabalhadores), dissolvida pelo regime militar sob a alegação de que servia a fins políticos dos proscritos partidos Comunista e Socialista. Outro ponto rejeitado pela CEPCH é o que condiciona o direito de greve e uma negociação prévia coletiva e sua aprovação por 50% dos trabalhadores interessados.

Apesar de também fazer severas críticas ao novo Código, o monsenhor Carlos Camus, secretário da Conferência Episcopal chilena, se alegra pelo fato dele determinar que se procure uma justa distribuição da renda. Essa meta, contudo, torna-se muito difícil de ser atingida dentro da caótica economia do Chile: o salário mínimo real caiu em 50% entre setembro de 1973 e setembro de 1974; a inflação foi de 427%, nos últimos 12 meses; a taxa de desemprego atingiu 14%, na Grande Santiago em abril; e o "regime de austeridade", anunciado pelo "superministro" Jorge Cauas, da Fazenda, prevê a dispensa de mais de 100 mil funcionários públicos até o final do ano, como parte do plano de contenção das despesas governamentais.



## O incômodo dilema

O presidente do México, Luis Echeverría, iniciou na semana passada uma viagem de 40 dias por uma dezena de países do terceiro mundo, que poderá levá-lo, ao final, a oficializar sua intenção de se candidatar à sucessão de Kurt Waldheim na secretaria geral da ONU. Com a viagem, Echeverría procura consolidar a imagem de líder do terceiro mundo, campanha que iniciou no ano passado, quando sua proposta de uma Carta dos Direitos Econômicos foi aprovada nas Nações Unidas. A carta — aprovada contra a vontade dos países industrializados — pedira uma nova era de relações econômicas mais justas entre os países industrializados e o terceiro mun-

do. Os Estados Unidos vêm a candidatura de Echeverría como um reforço ao poder das pequenas nações dentro da ONU, onde elas já tem maioria de votos na Assembleia Geral e a consequente aprovação de novas cartas e resoluções desfavoráveis aos países desenvolvidos. Por isso, segundo a revista americana **US News and World Report**, os EUA já iniciaram uma campanha subterrânea para sabotar a candidatura de Echeverría. Diz a **US News** que "os EUA podem tentar persuadir (o atual secretário geral) Kurt Waldheim a permanecer no cargo", evitando assim o incômodo dilema de ter de se opor abertamente à candidatura de um presidente de um país amigo e vizinho.

## A "respeitosa mãe" prepara suas reformas.

Aproveitando-se da ausência da oposição (convenientemente encarcerada) Indira Gandhi anuncia a execução de um programa "socializante".

No auge dos protestos contra a primeiro-ministro da Índia, Indira Gandhi, alguns manifestantes carregavam cartazes que diziam: "Indira, deixe o seu trono!". No poder desde 1966, Indira não parece nem um pouco disposta a renunciar a seu mandato. Muito ao contrário, para combater o que ela mesma chamou de "enorme conspiração", um atentado à lei e à ordem" e os políticos "nazistas", a primeiro-ministro decretou a 26 de junho o "estado de emergência" e ordenou a prisão dos principais líderes oposicionistas. Ao mesmo tempo, a imprensa começou a ser censurada e, mais tarde, foram proscritas do quadro político indiano 26 organizações de extrema-direita e extrema-esquerda. Enquanto aumentava o clima de tensão e as prisões se multiplicavam (6 mil prisioneiros, segundo dados não oficiais), Indira declarava ao **Times of India**: "Com todas essas restrições, acredito que ainda vivemos em uma das nações mais tranquilas do mundo. Não somos um Estado policial e nem este é um Estado no qual impera um único partido". Cinismo? A resposta, como veremos, não é simples.

Fala-se num "Watergate" indiano para explicar a crise constitucional que a Índia está vivendo nestes dias. No dia 12 de junho, depois de um processo que durou mais de 4 anos, o juiz Mohan Lal Sinha, de Uttar Pradesh (Estado natal da

primeiro-ministro), pronunciou a sentença que acusava Indira Gandhi de corrupção eleitoral, por ter usado indevidamente o auxílio de funcionários governamentais durante a campanha das últimas eleições, em março de 71. Nesta ocasião, ao lado de seu partido — o Partido do Congresso, majoritário —, Indira conseguiu uma expressiva vitória sobre seu oponente, o socialista Jayaprakash Narayan, conhecido como *Loknayak* (o herói do povo). Este líder carismático, que também é discípulo de Mahatma Gandhi, conduziu desde 71 uma campanha contra Indira sob o slogan "Abolir a corrupção!" e hoje, mesmo preso, ainda é um dos principais contestadores da primeiro-ministro. A Constituição indiana estabelece que o primeiro-ministro deve ser membro do Parlamento e, assim, se a Suprema Corte de Nova Delhi ratificar a sentença de Mohan Lal Sinha Indira perderá o mandato e o direito de disputar cargos públicos nos próximos 6 anos. A decisão da Suprema Corte deverá ser conhecida nestes 2 meses seguintes; mas haverá "justiça" num país que, segundo Narayan, está assolado pela corrupção? Na verdade, se Indira Gandhi não foi acusada diretamente de corrupta (em termos econômicos), não restam dúvidas que, por outro lado, o Partido do Congresso é o principal responsável e beneficiário do conhecido "mercado negro". Além disso, como



esse partido tem suas principais bases de sustentação na classe média conservadora, nos latifundiários e entre os industriais, é naturalmente explicável que Indira não tenha conseguido levar adiante as suas promessas "populares" de liquidar com os especuladores e aplicar a reforma agrária. Curiosamente, o "estado de emergência" talvez permita que o primeiro-ministro execute com maior eficácia, as reformas previstas pelo programa de 20 pontos, definido na semana retrasada e com um caráter claramente "socializante". Para os soviéticos, que têm fornecido ajuda econômica e tecnológica à Índia, a socialização da economia é um bom sinal. No entanto, a *détente* pode estar ameaçada com a atual crise, pois sabe-se que o sub-continentes indiano é o principal responsável e beneficiário do conhecido "mercado negro". Além disso, como

a Índia moveu contra o Paquistão em 71, quando se formou Bangladesh. No momento, o silêncio de Washington contrasta com o aberto apoio de Moscou aos atos de Indira. Em compensação, a China, que é aliada do Paquistão e tem fornecido ajuda militar aos movimentos de guerrilha nos estados orientais de Índia, condena violentamente os métodos repressivos do governo indiano.

De qualquer maneira, a solução para a crise não poderá ser externa. Dependerá, antes, das decisões daquela que é conhecida como *Mataji* (respeitosa mãe) e, também, do sucesso do programa de 20 pontos. Mas, certamente será difícil aplicar uma política econômica global num país de 780 milhões de habitantes distribuídos em 22 estados semi-autônomos e com profundas diferenças geográficas, étnicas e religiosas.

## "Uma 'hábil manobra'"

Em que medida teria a CIA participado do assassinato do general Rene Schneider, comandante das Forças Armadas do Chile, que aconteceu dois dias antes do Congresso chileno ratificar a eleição do ex-presidente Salvador Allende? Esse é ainda um dos pontos obscuros nas operações da Agência em território chileno, que estão sendo investigadas por uma comissão do Senado norte-americano. O certo, segundo fontes citadas pelo **Washington Post**, é que a CIA encorajou um plano golpista em 1970, que acabou levando ao assassinato de Schneider. O general fazia parte de uma lista de inimigos dos interesses norte-americanos, mas a Agência, de acordo com essas fontes, não tencionava assassiná-lo.

Sua morte foi consequência de uma tentativa de sequestro, ocorrida em 22 de outubro de 1970. Naquela dia, quando se dirigia para o trabalho, um grupo interceptou seu carro para sequestrá-lo. Mas, presntindo que Schneider tentava sacar um revólver atingiu-o com três tiros.

O malogrado sequestro foi planejado com a intenção de levar os militares a tomarem o poder, impedindo a posse de Allende. As

fontes citadas pelo **Washington Post** indicam que a CIA aprovou e encorajou a idéia, mas não se sabe até que ponto isso representou uma ordem expressa para levá-la adiante.

Essa não era no entanto a única alternativa para impedir a posse de Allende: O Conselho de Segurança Nacional autorizou a CIA a gastar 350 mil dólares para "subornar o Congresso chileno", mas ela colocou o plano de lado por considerá-lo impraticável. O então presidente Eduardo Frei foi procurado, mas não estava disposto a participar de qualquer movimento. "a menos que uma ameaça constitucional" justificasse uma intervenção. "A ameaça", declararam os relatórios da ITT no Chile, "poderia ser fornecida de uma forma ou de outra por meio de provocação".

Os relatórios subsequentes da multinacional examinados pela Comissão do Senado, mencionam o assassinato de Schneider, mas nada que indique o envolvimento dos EUA no plano. Ele é descrito pelos agentes da ITT como "uma hábil manobra para eliminar o único homem que poderia permitir a Allende se infiltrar e neutralizar os meios militares."

**C**omo foi possível um divórcio tão profundo entre os trabalhadores peronistas e o governo de Isabelita, herdeira direta de Perón? Como foi possível o aparecimento de tão graves divergências quando há apenas dois anos o peronismo volta ao poder, - através de Hector Campora - de maneira tão espetacular?

O tempo se encarregou de responder essa pergunta que deixa perplexos milhões de argentinos que ainda guardam luto pela morte de *El Viejo*. As divergências não são novas, sempre existiram mas apenas agora atingiram um grau explosivo. Enquanto ela esteve latente, o carisma de Perón compensava em parte muitas das promessas feitas e não cumpridas. Com a morte de Perón, os laços emocionais (e irracionais) que mantinham unidos os peronistas das mais diversas tendências se enfraqueceram deixando aparecer claramente as ambigüidades fundamentais do programa proposto por Perón.

Nos seus escritos Perón previa claramente a necessidade inevitável de uma revolução nacional e anti-imperialista, dirigida especialmente contra os Estados Unidos. Considerava ainda que tal revolução poderia ser pacífica, desde que todas as classes da população argentina se unissem num projeto nacional unitário. Mas, desde que Perón formulou essa doutrina pela primeira vez, a situação econômica tem mudado radicalmente na Argentina. Os industriais não são mais aqueles com quem Perón se aliou há décadas atrás para derrotar os "terrorrentistas", a oligarquia rural. Nesse período que Perón esteve exilado, as indústrias de capital estrangeiro passaram a dominar a economia, embora ainda não tivessem o correspondente poder político (veja em *Movimento* nº 1 a matéria "A Escalada das Multinacionais"). Por isso, um ataque frontal contra as empresas estrangeiras desencadearia poderosas reações. Como o peronismo não assumiu essa possibilidade de conflito interno, a revolução nacionalista ficou condenada à vitória retórica sem efeito prático na economia. Perón parece ter compreendido seu equívoco e rapidamente começou a se afastar dos seus antigos aliados, o empresariado nacional, revendo sua estratégia frente ao capi-

tal estrangeiro: "No relacionamento com as multinacionais acabaram-se os mitos. No atual contexto político elas não podem mais ser tratadas como leprosas", dizia um dos assessores mais próximos do ministro da economia.

Com os trabalhadores, também, logo se desfizeram as ilusões. As promessas de Perón de redistribuir a renda desde que eles colaborassem com os patrões, foram colocadas em segundo plano pelo governo. O primeiro grupo a se desiludir foi o *Montoneros*, jovens guerrilheiros peronistas que tanto incomodaram os regimes militares, a ponto de provocarem, em parte, o consentimento das Forças Armadas para o retorno de Perón. Quando Perón voltou, os *Montoneros* tinham esperança de influir na organização do seu governo devido aos méritos conquistados na resistência ativa aos regimes militares. Mas logo foram marginalizados. O velho Perón não tolerou a arrogância juvenil dos *Montoneros*, que não aceitavam pacificamente as lições de sabedoria política. Além disso, queriam um programa claramente socialista. No dia primeiro de maio de 1974 a cisão tornou-se pública e irreversível. Na *Plaza de Mayo* Perón criticou duramente os *montoneros* e a Juventude Peronista. Muitos, na hora, deixaram a *Plaza de Mayo* já ruminando planos de lutar contra o próprio Perón. Apenas dois meses mais tarde os *Montoneros* declararam guerra ao governo e passaram a agir na clandestinidade.

No entanto, se Perón e Isabelita tivessem conseguido manter a unidade no movimento operário, a militância do ERP e dos *Montoneros* poderia até passar por um mal menor. Isolados e caracterizados como intelectuais fanáticos do terrorismo, eles poderiam ser extirpados cirurgicamente da vida política argentina sem muito escândalo. Mas a divisão crescente dentro do peronismo tornou difícil essa operação e, hoje em dia, ela é virtualmente impossível sem que se envolva também na repressão uma porção mais vasta do movimento operário.

## As cabeças trocadas

Susan Branford

Os peronistas parecem ter esquecido um valioso conselho de Perón: ou os líderes marcham à cabeça dos liderados ou os liderados carregam as cabeças de seus líderes



Desde a morte de Perón aparece na Argentina um outro tipo de violência, sinistra e aterrador: assassinatos sumários, praticados pelas esquerdas e pelas direitas. No início de 74, Perón condenou publicamente uma proposta que lhe fizera para instituir um esquadrão da morte para silenciar os inimigos do peronismo. Pouco depois de sua morte contido novo personagem aparece na conturbada situação política: a Alianza

Anticomunista Argentina, a AAA ou Triple A. As estimativas de quantas pessoas foram executadas pela AAA são incertas, oscilando entre 250 e mais de 1000 pessoas.

Até agora, nenhum militante da AAA foi preso. E, para reforçar a impressão geral de que a AAA tinha apoio governamental - mais especialmente de Lopez Rega, o poderoso ministro do Bem Estar Social

agora dispensado do governo Isabelita não aceitou nem a hipótese de entregar oficialmente as atividades da AAA. Essa violência é o principal indicador da atual crise argentina porque mostra até que ponto o governo de Isabelita afastou-se dos ideais de conciliação nacional e não-violência.

Mas a violência tem seu reverso. Ela não funciona quando tem de ser aplicada à grandes manifestações operárias. Se Isabelita tinha a AAA como sua última carta-intencionalmente ou não - era uma carta inútil contra milhões de grevistas e qualquer ação provocatória só poderia levar à maior ira popular e a precipitação definitiva dos acontecimentos. Quando Lopez Rega voltou à Argentina depois de sua misteriosa escapada para o Brasil, há poucas semanas não escondeu sua determinação: "Hemos retomado e com animo y fuerza renovadoras para darles a quienes no quieren colaborar con la Patria; e a los que tengam la cabeza dura les vamos encontrar una maza adecuada a su dureza; el quebracho de la Argentina es muy bueno." Falou ao *Brujo* a clarividência para perceber que outras cabeças seria atingidas e a dele especialmente, a mais cobiciada.

### Esquecer as próprias lições de Perón?

No primeiro governo de Perón os operários aprenderam que tinham o legítimo direito de reivindicar; quando Perón se foi para o exílio eles aprenderam a lutar fortemente para garantir esses direitos conquistados durante dezito anos de sucessivos governos militares e civis. Como Perón poderia apagar da memória dos trabalhadores essa experiência? Quando *El Viejo* voltou, eles não aceitaram ter seu nível rebaixado para salvar a economia argentina. Da paciência inicial, Perón e Isabelita passaram rapidamente ao atrito com outros setores do peronismo, endurecendo o controle sobre os sindicatos e executando expurgos de

colaboradores brilhantes. Até Campora, o presidente que serviu de intermediário para o retorno de Perón ao poder, teve de se exilar no México. A repressão substituiu a negociação como instrumento para controlar as greves. Na efervescente cidade de Córdoba, a "capital do socialismo argentino", como a chamam, no final do ano passado, os atritos começaram a ficar muito graves. Trabalhadores da indústria automobilística, boa parte deles desvinculados do peronismo, iniciam uma greve tartaruga que reduz em 50%, a produção. Isabelita interveio, substituindo os líderes locais por burocratas de confiança, despatchados especialmente para isso de Buenos Aires. A liderança burocrática imposta só serve para radicalizar as divergências. Uma confrontação maior acontece em Vila Constitución - sede das maiores usinas siderúrgicas argentinas. Isabelita volta a intervir, desajeitadamente, mas os operários continuam a ocupar as indústrias. Com a intervenção da política a greve fracassa (Em março e maio desse ano), mas uma coisa fica clara: o governo - mesmo com a ajuda da hesitante CGT - dali para frente teria que usar cada vez mais a repressão econômica e policial para controlar os trabalhadores.

Mas a tendência repressiva do governo de Isabelita não se restringiu aos trabalhadores. Cinco províncias sofreram a intervenção do governo central, especialmente para expulsar os governadores considerados esquerdistas, eleitos em pleitos regionais. Eles favoreciam a ação militante de operários nas fábricas, não se mostrando muito entusiasmados na eliminação militar dos guerrilheiros e sobretudo deram pouca importância às ordens da CGT e do governo central. As universidades têm sido expurgadas, com demissões maciças de professores e expulsão de alunos. Ainda existe uma relativa liberdade de imprensa, mas a cada dia que passa mais difícil fica expressar-se livremente na Argentina. A escalada da repressão, enfim, levou ao aparecimento de cartazes nas ruas de Buenos Aires, supostamente colocados pelos *Montoneros*; endereçados ao chefe militar que ajudaram derrubar: "Lanusse, perdonanos y vuelve".

## O fim da dinastia dos Perón

Isabelita perdeu em todas as frentes: pediu aos trabalhadores que não reivindicassem aumentos que comprometessem a política econômica do governo e os trabalhadores forçaram aumentos de até 100%. Por decreto, Isabelita tentou impedir que os acordos entrassem em vigor, mas os operários entraram em greve e Isabelita teve de ceder. Ordenou aos senadores peronistas que não elegessem o presidente do senado (é quem assume a presidência da república em caso de vacância do presidente e do vice), por considerar a existência de um sucessor um desafio à sua autoridade; o senado desafiou-a abertamente elegendo um inimigo de Isabelita para sucedê-la. Enquanto Isabelita não quis entregar à nação a cabeça daquele que é apontado como o causador dos problemas argentinos, Lopez Rega, muitos argentinos colocaram a opção em termos bem concretos: ou caia o *Brujo* ou caíam os dois.

Um capítulo na história argentina encerrou-se na semana passada, quando a presidente Maria Estela de Perón perdeu a luta em quase todas as frentes políticas que a ameaçavam:

• Como chefemáxima do movimento peronista, perdeu o controle hierárquico sobre a CGT, a coluna vertebral do peronismo. Contrariando a política econômica governamental, a CGT, endossou a greve geral que paralisou a Argentina. Pela primeira vez em quase 30 anos, um chefe do peronismo se vê em conflito aberto com seus liderados e sem auto-

riedade para fazer valer a "verticalidade", o rígido princípio de disciplina interna do movimento peronismo. Quebrada e sepultada a "verticalidade", a perda não é só de Isabelita, mas compromete também a estrutura do vasto movimento peronista. Embora a CGT tenha minimizado as perdas, ela não saiu ileso: só decretou a greve geral quando ela já existia de fato e quando não havia mais opção. Ou a CGT assumia a liderança das reivindicações operárias ou então passava a ser vista pelas massas operárias como um organismo definitivamente superado pelos Grêmios de Luta e Comissões Internas de

Fábricas peronistas ou não, organizações mais à esquerda que soberaram conduzir com mais decisão e coragem a defesa dos aumentos salariais.

• Isabelita perdeu também a autoridade sobre os políticos. Encorajados pela decretação da greve geral, os senadores peronistas desafiaram abertamente a presidente nomeando o presidente do senado, cargo que estava vago desde o ano passado. Isso significa que já existe um sucessor para o cargo de presidente da República, pois constitucionalmente o presidente do senado ocupa a presidência na ausência do presidente e do vice-presidente. Isabelita considerava que o senado ao eleger um sucessor à presidência, desafiava sua autoridade: "Final, sou ou não sou a presidente?". A pergunta de Isabelita, os senadores responderam com um tímido "sim" a princípio, mas pouco depois elegiam o senador peronista Italo Luder para a presidência do senado, o que equivale a responder a Isabelita que embora ela seja a presidente, a obrigação constitucional está acima da lealdade ao peronismo - pelo menos ao peronismo sob a liderança de Isabelita - um rude golpe para o movimento que em trinta anos cultivou o mito de que a pátria e o peronismo eram inseparáveis. É o pior, o

candidato que o senado elegeu ocupa o último lugar na lista de preferências de Isabelita. Italo Luder foi o único senador que manifestou a Isabelita ser uma obrigação constitucional preencher o cargo vago de presidente do senado. E foi ainda Italo Luder quem condeceu o maior inimigo de Perón em 1946 (nas eleições presidenciais desse ano Perón lançou o *Slogan* "Perón ou Braden"). Braden, o embaixador americano na Argentina na época, recebeu das mãos de Italo Luder o título de "doutor Honoris Causa".

### Sob o comando de Isabelita, o Estado virtualmente perdeu o poder de intervir na economia

• Agora quem decide a política salarial são os operários em negociação com os patrões. O Estado passa ao papel de mero observador do curso dos acontecimentos econômicos. Sem controle sobre os salários, será difícil para o ministro da economia Celestino Rodrigues - mantido no cargo por Isabelita - pedir aos produtores o controle

dos preços, impasse cuja única tendência é se agravar continuamente.

Pessoalmente, Isabelita sofreu um dano irreversível na sua autoridade e não conseguirá se manter por muito mais tempo à sombra do ex-ministro do Bem Estar Social José Lopez Rega, o *Brujo*. Daqui em diante, todas as dificuldades por que passar a Argentina serão atribuídas à influência nefasta que Lopez Rega tem sobre Isabelita - mesmo que ele não esteja mais no gabinete - e, os pedidos quase, gerais da cabeça de Lopez Rega e do gabinete "lopezreguista" se tornarão irrecusáveis quando Isabelita não tiver mais nada a ceder. Isabelita cedeu os salários, cedeu a política econômica, cedeu sua autoridade sobre o movimento peronista; restalhe agora ceder definitivamente Lopez Rega para que escape, pelo menos, como uma figura ornamental, destituída de poderes até que chegue ao fim a dinastia familiar dos Peróns.

• Finalmente, como chefe constitucional das Forças Armadas, Isabelita obteve no mínimo a indiferença dos militares. Se em algum momento Isabelita esperou contar com as Forças Armadas como solução final para a rebelião da CGT, a

resposta parece ter sido clara: durante toda a crise o jornal *La Opinion* - que Isabelita já havia denunciado como inimigo da pátria e do peronismo - foi o porta voz do pensamento de setores militares. Durante toda crise, o jornal, que dias antes estava ameaçado de fechamento e de atentados terroristas, esteve ileso e cada vez mais desafiador. Em diversas ocasiões foi nas páginas do *La Opinion* que transpiraram diálogos sigilosos entre membros do governo e os altos escalões militares. Os militares não hesitaram em associar-se ao *La Opinion*, se não formalmente, pelo menos de fato, pois nunca desmentiram as notícias publicadas no *Opinion*, atribuídas a diversos escalões militares, de que o principal responsável pelo caos era Lopez Rega. Mas a Argentina se convencerá que é uma tolice acreditar que Lopez Rega é a causa dos problemas argentinos? Assim como hoje ninguém mais ousa atribuir à Rasputin a responsabilidade pela queda do Czarismo, Lopez Rega brevemente será substituído pela causa principal dos problemas argentinos. E isoladamente não fará muita diferença se ele for enforcado no Plazo de Mayo, se ele desaparecer no ar por magia, bruxaria ou simples esquecimento. (F.C.)

**D**e certo modo, o Panamá, com seu 1,5 milhão de habitantes, declarou guerra aos Estados Unidos. Na semana passada Omar Torrijos, presidente do Panamá, voltou a advertir os Estados Unidos de que a paciência dos panamenhos se esgota e que se não for resolvido pacificamente a questão do Canal do Panamá, por meio de um acordo negociado, lhes "restará somente a solução não pacífica".

É pouco provável no entanto que o general Torrijos já esteja pensando em oficializar sua declaração de guerra aos Estados Unidos; aparentemente suas declarações se destinam mais a dramatizar a situação do país cortado ao meio por uma faixa de território sob jurisdição americana desde o início do século (1) - com vistas à reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos) que se inicia esta semana na Costa Rica e na qual será discutida a questão do canal. Além da tentativa de obter a solidariedade latina, Torrijos visa também outro alvo: o Congresso norte-americano que é quem, em última instância, decidirá os termos do tratado que devolverá ao Panamá a soberania perdida há 72 anos. O acordo deverá ser ratificado pelo Congresso, mas no início desse mês os panamenhos já tiveram uma amostra da falta de disposição dos ameri-

canos em ceder a perpetuidade da soberania na zona do Canal. Por 246 votos a 164 a Câmara dos Deputados vetou uma verba proposta pelo executivo para cobrir gastos efetuados durante a negociação. No Senado a passagem de um acordo que signifique a perda da soberania eterna dos Estados Unidos é uma probabilidade ainda mais remota: 37 senadores, três a mais que o necessário para vetar o acordo, já se manifestaram contra. As razões são bem objetivas: "Teddy Roosevelt ajudou os panamenhos a obter a independência" - diz Howard H. Callaway, ministro do Exército, dos Estados Unidos ao jornal *Washington Post* - "Negociou o tratado, pagou por ele à França (que tinha os direitos de construção do Canal) dominou a febre amarela e deu ao Panamá o único empreendimento econômico que eles têm. Existe um sentimento geral (nos EUA) de que o canal é muito valioso, de que pagamos por ele e que ele é nosso." As palavras de Callaway tornaram-se mais importantes ainda nas últimas semanas, quando ele foi escolhido por Ford para ser o coordenador de sua campanha eleitoral à presidência dos EUA em 1976. E, o assunto, torna-se ainda mais delicado quando o apoio à candidatura de Ford depende também em parte dos congressistas conservadores, que são justa-

## Um Vietnã no "quintal" dos Estados Unidos

Há 72 anos os americanos ganharam a "soberania perpétua" sobre o Canal do Panamá. Agora, os panamenhos querem o território de volta nem que para isso tenham de adotar "soluções não-pacíficas".

Flávio de Carvalho

mente os que mais se opõem à entrega do canal ao Panamá. A opção não pareceria muito difícil para Ford (que é quem tem de decidir sobre o prazo de vigência do acordo): os congressistas liberais não se importariam muito com a sorte dos panamenhos e os conservadores fazem questão de manter o canal do Panamá. No entanto, a questão envolve a atenção de toda a América Latina e se Ford colocar seus interesses eleitorais acima dos interesses da América Latina, as repercussões poderão não ser agradáveis, como já advertia o jornal argentino *Clarín* em editorial: "O que ocorre com o Canal do Panamá, sem prejuízo da importância específica do tema, servirá de teste para se colocar em prova a boa fé e a sinceridade dos

Estados Unidos com relação ao Novo Diálogo Interamericano, que com tanta ênfase (os Estados Unidos) proclama."

**"O canal é vulnerável à sabotagem será difícil, senão impossível, manter o canal funcionando."**

Concretamente, que tipo de ações poderia tomar o general Torrijos caso os Estados Unidos não ofereçam uma solução satisfatória? Ellsworth Bunker, funcionário do Departamento de Estado encarregado das negociações com o Panamá responde: "Mesmo sendo verdade que podemos tentar manter nossa presente posição com respeito ao Canal do Panamá, nós o deveremos fazer em uma

atmosfera crescentemente hostil. Nessas circunstâncias podemos nos meter em hostilidade com um país que de outro modo seria amigo - um conflito que, a meu ver, o povo americano nunca aceitaria. Ao mesmo tempo devemos levar em conta que o canal é vulnerável à sabotagem e aos atos terroristas. Será difícil, se não impossível manter o canal funcionando com uma oposição da totalidade dos panamenhos". De fato, as opções seriam poucas para os EUA; uma operação do tipo do resgate da tripulação do navio *Mayaguez* pode ter emocionado e até obtido aprovação da maioria dos americanos mas no Panamá a situação é bem diferente, porque a operação não duraria apenas algumas horas como no incidente com o Cambóge, mas deveria se prolongar eternamente. Uma solução "arranjada" pela CIA, para derrubar Torrijos, é extremamente complicada agora que a agência está sob investigações governamentais e formalmente proibida de executar líderes de outras nações, pelo menos sem permissão presidencial.

Mas a reação mais favorável que Torrijos pode despertar é na América Latina, desde que se compreenda que não está em jogo apenas o Canal do Panamá: a ala conservadora do Congresso americano granjeou suficiente antipatia na maioria

dos países da América Latina não só pelas constantes declarações que ferem a susceptibilidade latina (como o senador John Pastore que qualificou o Brasil de "quintal dos Estados Unidos") mas principalmente pela constante oposição à definição de uma nova política econômica e comercial americana com relação à América Latina (como aconteceu no caso da Lei do Comércio que foi considerada na época de sua aprovação "ultrajante" para a América Latina). Assim, ante a inflexibilidade do Congresso americano e um razoável apoio latino, as palavras de Torrijos a Gabriel Garcia Marques, assumem uma dimensão talvez além de uma simples declaração de pressão ao Congresso americano.

(1) O Panamá proclamou sua independência da Colômbia em 1903, instigado pelos Estados Unidos. Os americanos reconheceram imediatamente o novo país, dando-lhe proteção para que a Colômbia não dominasse os rebeldes. Em troca, o Panamá entregou aos Estados Unidos uma faixa de terra para o canal, no qual os Estados Unidos exerceram soberania perpétua, o que segundo o historiador americano John Gerassi (*A Invasão da América Latina*, Ed. Civilização Brasileira) se não é ilegal, pelo menos é imoral.

Gabriel Garcia Marquez: noticiou-se nas últimas semanas que os Estados Unidos e o Panamá haviam chegado a um acordo concreto sobre um novo tratado bilateral que substitui o famoso tratado de 1903, mais conhecido como o da "entrega do Panamá", o mesmo que fez o então presidente americano Theodore Roosevelt comentar: "I took Panamá!" (To-me o Panamá!). Como os jornais não dão detalhes do acordo, pergunto: até que ponto o governo revolucionário do Panamá está decidido a recuperar o canal interoceânico?

General Omar Torrijos: a garra imperialista sobre a faixa do canal é uma herança infeliz da política do garrote e da diplomacia do dólar. Cada dia que passa mais cresce na América Latina a consciência de que essa política está construída sobre um pedestal de cinismo. O governo do Panamá está disposto a levar até as últimas consequências a decisão de recuperar o Canal do Panamá.

Marquez: no novo tratado, como ficam as bases que os americanos têm no Panamá?

Torrijos: propomos um processo escalonado de desmilitarização e neutralização do canal. Em resumo, nosso objetivo básico é o desmantelamento do acampamento colonial que os americanos estabeleceram no coração do território panamenho. Queremos que a atual geração possa ver demolida a última marca do colonialismo em nosso solo.

Marquez: a imprensa mundial tem falado apenas dos esforços de seu governo para obter um novo tratado com os Estados Unidos, como se essa fosse a única atividade e objetivo do governo revolucionário. Esses esforços correspondem a um mero ato de reivindicação nacional ou se trata de um programa ideológico de maior alcance e maior profundidade?

E, se assim o for, que outros atos demonstram que esse é um governo revolucionário e não simplesmente uma administração reformista?

Torrijos: este governo oficializou as teses populares e estudantis sobre o canal e a soberania, ao contrário de outros governos que nunca se atreveram a fazê-lo. Entre as personalidades importantes de meu governo se destacam muitos que foram dirigentes da Federação dos Estudantes do Panamá e inclusive vários oficiais da Guarda Nacional passaram nessa escola, que é a mais qualificada e mais alta escola de patriotismo que o país tem. As medidas tomadas pelo governo não têm a ver somente com o canal, estamos empenhados também em um programa ideológico. No entanto, por ter me formado do mesmo barro de meu povo, desconfio das "etiquetas" ideológicas, sempre sujeitas a se tornarem artificiais. Não somos favoráveis a recorrer a um ideário de "etiquetas", porque se corre o risco de ser "nacionalera" sem chegar a ser nacionalista. Para ser anti-imperialista não é necessário colocar um rótulo no peito. A palavra tem que estar em harmonia com a ação. Não se trata do que se diz, mas do que se faz.

## Torrijos a Gabriel Garcia Marques O acampamento colonial

Interpress Service/Alternativa



Somos contra o neocolonialismo das multinacionais, que tentam desestabilizar politicamente e complicar a vida econômica dos países que têm aspirações legítimas de soberania e de defesa dos recursos naturais. E o caso da *United Brands* e dos acontecimentos que deram lugar à chamada "Guerra da Banana" (1). Em relação às jazidas de cobre que possuímos, as mais importantes do mundo, o governo tomou a decisão de explorá-las diretamente, seguindo tecnologia e financiamento para que, dentro de um novo tipo de relações, se assegure razoável lucro ao Estado.

A nacionalização da Força e Luz, a nacionalização do transporte urbano, o estabelecimento de uma companhia de exploração da banana sob controle estatal, a companhia açucareira, a usina estatal de cimento, a adoção de um novo código trabalhista, reforma educacional, a multiplicação de escolas, a legislação sobre a habitação, a eletrificação do país, a reforma agrária, a organização de entidades camponesas e a promoção de entidades sindicais, são mostras evidentes de que o governo, em questões vitais para o desenvolvimento nacional, está exercendo com verdadeiro vigor o direito de livre determinação política e econômica em benefício do Estado panamenho. O novo Estatuto Fundamental institucionaliza novas estruturas de poder, para garantir a participação popular. Nesse novo sistema, toda a geografia da pátria está repre-

sentada através da Assembléia Nacional das 505 corregedorias da República. Forma-se assim um novo tipo de esquema político que se baseia nas organizações de todas as comunidades e Juntas Comunitais, encabeçadas pelo líder natural da corregedoria. Juntos conjuraremos o verbo descolonizar, não em palavra mas em ação, conscientes que nosso povo aprendeu a escrever o abecedário da liberdade não com tinta mas com sangue.

Marquez: o governo panamenho tem inimigos poderosos dentro e fora do país. No entanto, parece indicar que conta com suficiente apoio popular. Mas é um apoio passivo. Pergunto: se no futuro a sobrevivência e a estabilidade do governo ficar ameaçada, você estaria disposto a organizar e armar o povo para lutar junto com a Guarda Nacional panamenha?

Torrijos: em política, o primeiro dever de um governo nacional em exercício é o de não cair, para poder cumprir plenamente os objetivos de redenção revolucionária. Acreditamos nas forças populares e nos estimula saber que nossa base social cresce a cada dia. Os que não entenderam ou não querem entender a revolução se tornam cada vez mais isolados, sem possibilidade alguma de deter a marcha do processo. O governo revolucionário tem assegurada sua estabilidade por seus próprios méritos. Nesse sentido descartamos toda possibilidade de luta armada interna com fins políticos mesquinhos. Mas não estamos indiferentes ante as preocupações dos patriotas panamenhos que têm a paciência esgotada pelo contínuo exercício da jurisdição colonial americana em território panamenho, depois de onze longos anos de negociações. Com indubitável boa fé o negociador americano Ellsworth Bunker agitou a opinião pública de seu país e do mundo ao assinalar que um conflito armado na zona do canal era uma possibilidade concreta a menos que se reconhecessem os legítimos direitos do Panamá de administrar e defender o canal. Nessa situação, creio que se enquadrava sua pergunta. E, de fato, se a alternativa for entre esmagar a explosão reivindicadora popular ou dirigir o movimento de libertação nacional, deve ficar bem claro que jamais esmagaremos os esforços anticolonialistas de nosso povo. O tratado que mereça a aprovação do governo panamenho terá de ser submetido a um plebiscito, e, desde já não aceitamos que as partes contratantes cheguem a um acordo que não conte com o apoio da opinião pública nacional e internacional, porque sua recusa no plebiscito, depois de onze anos de longas negociações, não ofereceria outra alternativa senão a ação violenta para romper a anacrônica estrutura colonial do Canal do Panamá.

(1) À semelhança da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) os países produtores de banana da América Central tentaram organizar um cartel para seus produtos de exportação. Houve forte reação das empresas americanas e a *United Brand* teria planejado atentados contra Torrijos.

O Instituto Nacional do Cinema elevou de 84 para 112 dias anuais o prazo mínimo para filmes brasileiros em casas exibidoras.

## CULTURA

Os produtores querem 182 dias; os exibidores preferem os 84 de antes. Em torno destes números, porém, estão problemas bem mais profundos do cinema nacional.

# OS MAGROS DIAS DO CINEMA BRASILEIRO

Jean Claude Bernardet



**P**odem-se reservar 84, 112, 182 para o filme brasileiro nas salas que funcionam todos os dias, o essencial do problema não está na quantidade de dias.

O essencial está em assegurar à produção brasileira uma parcela mínima do mercado interno, que a torne economicamente viável. Não há país que fixe esta parcela em menos de um terço. Para a Itália, a França, a Inglaterra, o mínimo são 40%. Qualquer parcela inferior a um terço não assegura aos filmes uma rentabilidade suficiente. No Brasil, a maioria das produtoras, inclusive as grandes, vivem à beira da falência. Portanto, os 112 dias que o Instituto Nacional do Cinema, decretou em junho, não representam nenhuma medida irresponsável como querem deixar entender os exibidores. Mas ainda é uma reserva abaixo do mínimo necessário, pois está abaixo do terço.

Do lado da exibição, o problema é basicamente o seguinte: os exibidores estão estruturalmente vinculados aos distribuidores de filmes estrangeiros. Até agora os exibidores puderam preservar tais vínculos na medida em que a exibição compulsória do filme brasileiro não era quantitativamente suficiente para alterar a sua posição no sistema de comercialização do cinema. De fato, por ser pequena, a reserva podia ser quase tratada como um imposto ou como uma provação, mas que não exigia reformulação da política de exibição. É necessário elevar a reserva de mercado de modo a que o exibidor não possa mais considerá-la como parte integrante e substancial do seu negócio. É necessário inserir a exibição no processo de industrialização/comercialização do filme brasileiro. Com um terço do mercado, ou mesmo com 112 dias, o exibidor que não tratar o filme brasileiro como seu negócio se verá econômica e financeiramente prejudicado. Estamos atualmente numa fase de transição, o exibidor, quase que exclusivamente abastecido por filmes estrangeiros, terá que passar a se abastecer em quantidade substancial com filmes brasileiros. O que supõe que novos vínculos comerciais estreitos deverão ser estabelecidos entre os exibidores e os produtores

nacionais. Consequentemente, deverá se afrouxar a dependência dos exibidores em relação aos distribuidores estrangeiros.

### O cinema brasileiro pode ser útil ao exibidor

É verdade que a distinção exibidor/distribuidor não tem a nitidez aqui apresentada, pois os exibidores tornam-se importadores e muitos importadores incluem a exibição nas suas atividades.

Mas o produtor e o exibidor que não seja também importador, não são necessariamente inimigos, mas partes complementares de um processo de industrialização/comercialização do cinema brasileiro. Mais ainda: o cinema brasileiro pode ser útil ao exibidor, coisa essa que tem sido sistematicamente negada. Para tanto, é necessário que se investigue sistematicamente a situação da exibição, se verifique os pontos de estrangulamento, se analise as reivindicações dos exibidores. Contrariamente ao que se repete mecanicamente os exibidores, seu maior problema não é o cinema brasileiro. As percentagens pagas para o arrendamento das salas, as percentagens exorbitantes pagas aos distribuidores estrangeiros para os filmes de sucesso, a exigência, para obter tais filmes, de adquirir um lote de filmes de baixa renda, são os verdadeiros pesos para a exibição. Os exibidores preferem não falar em público desses assuntos para não dificultar seu relacionamento com os importadores, ficando o cinema brasileiro no papel de bode expiatório. No entanto, agora é indispensável que esta situação venha à tona.

Pode-se considerar como viável que a produção brasileira se torne uma opção favorável ao exibidor para escapar à pressão dos distribuidores estrangeiros. Nada de absurdo. Primeiro, pode-se afirmar tranquilamente que o público dos filmes brasileiros é maior do que revelam as estatísticas. Os números baixos seriam resultado da sonegação praticada pelos exibidores (a qual em geral consiste em vender mais de uma vez o mesmo ingresso). Há indícios de que a renda dos filmes brasileiros aumentou em cerca de 30% nos últimos meses, lá onde foi implantada a caixa registradora para a venda de

ingressos e a roleta na entrada das salas. Avalia-se que a sonegação tenha caído para 5 ou 10%, nas grandes cidades. Mas no interior a sonegação continua elevada, podendo facilmente atingir 35 ou 40%.

Outros dados são significativos: verificou-se que nos anos de 1972 e 73, quando a reserva de mercado era legalmente de cerca de 23% (84 dias), o cumprimento real da exibição compulsória era de apenas 17 ou 18%. No entanto, o INC possui dados reveladores de que em 1974, os exibidores ultrapassaram espontaneamente os 84 dias, em média, para as capitais, o cumprimento foi de 90,4 dias, no interior, o cumprimento ultrapassou em 10% o exigido, no Rio, em média as salas ultrapassaram 100 dias. São Paulo, a praça que mais resiste ao cinema brasileiro, deixou de cumprir os 84 dias, mas assim mesmo 18 salas exibiram fil-

mes nacionais por mais de 120 dias (Notar que, em termos de renda, essas médias pouco significam, pois de modo geral são as casas de ingresso mais barato que ultrapassam a quota).

### Um novo espírito para a legislação

Estes dados de 74 mostram que os exibidores podem ter um interesse comercial espontâneo pelo cinema brasileiro, mostram que os filmes brasileiros passam a ter uma vigência comercial inclusive fora da imposição legal. A partir daí, pode-se imaginar um novo espírito para a legislação cinematográfica. Assegurado por lei o mínimo de um terço de tempo para a produção nacional, o filme cumpriria a lei durante um certo prazo (por exemplo duas semanas), após o que permaneceria em cartaz, já fora da reserva, enquanto alcançasse uma renda semanal mínima a ser deter-

minada. Seria um sistema misto de reserva de mercado e competição direta com os filmes estrangeiros. Correm informações de que os exibidores paulistas estariam elaborando uma proposta neste sentido (é verdade que baseada nos 84 dias e não nos 112). Claro que o problema será estabelecer esta renda semanal. Para exemplificar a delicadeza do problema: no cinema Marrocos de S. Paulo, a comédia brasileira *Robin Hood, o trapalhão da floresta* deu a honesta renda de Cr\$ 72.000 na primeira semana de exibição; Cr\$ 73.000 na segunda semana; Cr\$ 98.000 na terceira. E na terceira semana, foi tirado de cartaz.

Quem estabelecerá esta renda e com que critérios? Será critério a renda do filme americano? Ou ele será baseado num estudo sobre os custos operacionais do exibidor, a amortização dos investimentos e uma margem de lucros, seguindo

normas que vem sendo estabelecidas pela Comissão Interministerial de Preços (CIP)? Aqui também se justifica uma análise detalhada da situação objetiva econômica e financeira, do setor da exibição, no fundo muito pouco conhecida.

A fase atual da conquista do mercado parece ser essa: vincular estruturalmente a exibição ao processo de produção/comercialização do filme brasileiro. Para isto, fundamental é ter uma reserva de mercado tal que o exibidor esteja obrigado, para sobreviver, a se reposicionar diante dos produtores brasileiros e da importação. Assim se abrirá cada vez mais margem para a competição do filme brasileiro com o estrangeiro, além da reserva de mercado. Esta transformação do setor exibidor, que já está em curso, se sustenta nos resultados positivos obtidos de antemão pela produção brasileira.

## A longa luta pelo prazo obrigatório

**A**té 1910/11, o Brasil conseguiu produzir cinema. Depois é que foi difícil, quando produtores e distribuidores estrangeiros, primeiro europeus, depois norte-americanos, se organizaram e se fortaleceram. Conseguiram dominar vários mercados, entre os quais o brasileiro.

Num mercado dominado pelo produto estrangeiro, os produtores brasileiros não conseguem colocar seus filmes nas telas, porque os interesses comerciais dos exibidores estão vinculados aos distribuidores estrangeiros. Assim, os filmes eventualmente produzidos não cobrem os investimentos e muito menos dão lucros: o produtor vive portanto numa situação crônica de penúria financeira, indispensabilidade econômica, precariedade técnica e ausência total de poder. Mesmo se juntando, as empresas privadas não teriam força para competir no mercado e lutar contra as fortes distribuidoras estrangeiras.

### A gestação da idéia

Pouco depois da guerra de

14/18, entrou em gestação no Brasil a idéia de que a produção cinematográfica, se quisesse existir, deveria encontrar um forte aliado que lhe possibilitasse enfrentar as distribuidoras. A idéia se concretizou nos anos 30: o único aliado possível é o Estado. Criou-se uma relação entre o Estado e os cineastas que, no essencial, perdura até hoje: os cineastas tornaram-se eternos solicitantes de medidas protecionistas em favor da produção brasileira, o Estado fez-se o mecenas generoso. Estas relações foram profundamente desgastantes para os cineastas. O Estado passou a atuar com todos os freios criados pela burocracia e pelas pressões dos distribuidores estrangeiros, nos três níveis em que se repartem as atividades da produção e comercialização do cinema: ao nível da exibição a partir dos anos 30, da produção a partir dos anos 50, e da distribuição a partir dos anos 70.

### Em 1932, a primeira lei

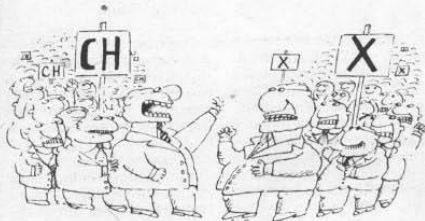
criou para a produção

brasileira uma reserva de mercado: compulsoriamente, as salas teriam de reservar para filmes brasileiros. A exibição compulsória começou em 1932 com a exigência da apresentação de um filme de curta metragem antes do filme estrangeiro (o chamado complemento nacional). A partir de 1939, a exibição obrigatória atingiu o filme "de entrecho e de longa metragem": as salas devem exibir no mínimo um filme por ano. Em 1946, eram três por ano. Em 1951, as salas deviam respeitar a proporção de um filme nacional para oito estrangeiros. Esta legislação era precária: a reserva nacional podia ficar pouco tempo, e o estrangeiro muitas semanas. Os cineastas conseguiram que a partir de 1959 o critério fosse de tempo: 46 dias anuais. Essa quantidade de dias mínimos aumentou para 56 dias a partir de 1963, para 112 a partir de 1970. Os 112 dias sofrem violento ataque dos grupos ligados à distribuição do filme estrangeiro, cujas pressões levaram ao

afastamento do presidente do Instituto Nacional do Cinema e ao recuo do governo. A reserva baixou para 98 e depois para 84 dias, e só a 30 de junho último os produtores obtêm novamente um mínimo de 112 dias obrigatórios para o filme brasileiro.

### Mínimo ou máximo?

Como se vê esta legislação se fundamenta num princípio que podemos achar estranho: a reserva de mercado é para o filme brasileiro, e não para o estrangeiro. Este último é tido como o produto normal no mercado brasileiro. Enquanto seria de se esperar que normal fosse o filme brasileiro e o estrangeiro o produto que poderia se beneficiar de uma reserva de mercado com fixação de um teto máximo. Até que se pratique esta reversão, fixando quota estrangeiro ao invés de quota mínima para o filme brasileiro, o mercado interno conservará estruturas coloniais voltadas para o sistema de importação.



## Etimologia da subversão

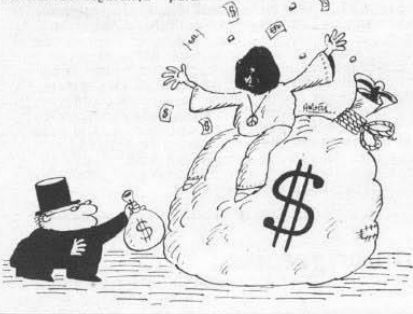
No Rio Grande do Sul há muito tempo se discute se o correto é escrever **Erechim** ou **Erexim** (nome de uma das tantas cidades serranas do estado). Ultimamente, o assunto esquentou: poetas, professores e vereadores da localidade andaram tomando partido, uns para o **ch**, outros para o **x**. Mas o fogo mesmo começou quando o vereador **Darcy Pagliosa**, da

**Arena**, fez uma grave advertência à nação: "Estes que lutam pelo **x** estão confundindo liberdade com libertinagem e democracia com anarquia. Não procurando o caminho legal (sic), estão tumultuando a opinião pública, estão subvertendo a ordem. E por isso que precisamos acabar com a imoralidade e mandar gravar o nome do município com **Ch**..." Conselho: ao passar pela cidade, o melhor é fazer confissão de analfabeto.

## Nem milhão nem excursão

Primeiro o grupo de rock **Rolling Stones** anunciou que faria uma excursão ao Brasil. A data seria agosto deste ano. Depois começaram as dúvidas sobre se o grupo viria ou não e a especulação sobre os motivos da possível desistência: uns diziam que os **Stones** estavam sem um bom guitarrista para acompanhá-los; outros, que não haveria "garantias de segurança" para

eles no Brasil. Agora confirmou-se: os **Rolling Stones** não vêm mais. E apareceu o verdadeiro motivo: dinheiro. Os **Stones** queriam o equivalente a um milhão de cruzeiros, livres de despesas, para se apresentarem no Rio e em São Paulo. Não houve jeito de conciliar a reivindicação com nosso status de país em vias de desenvolvimento.



## Luis Lopes Coelho

A 4 de julho morreu o escritor paulista **Luis Lopes Coelho**, único autor brasileiro que conseguiu se consagrar no gênero do policial. Seu livro mais famoso foi *O homem que matava quadros*, onde, além da qualidade literária, sua principal vitória foi a criação de um tipo de detetive que satisfizesse as necessidades do gênero (argúcia, percepção fina, sensibilidade) e que fosse tam-

bém brasileiro, fugindo aos estereótipos gastos como **Sherlock Holmes**, **Hercule Poirot**.

Dai surgiu o **Dr. Leite**, ou simplesmente o velho **Leite**, um delegado meio desiludido da vida, definido como um "homem bonito", de cabeleira embranquecida e "um pouco desajeitado". **Luis Lopes Coelho** tinha 64 anos e preparava um novo livro.

## Danças e serestas

A preocupação em salvaguardar a "memória brasileira", as tradições e bens culturais se aguçam nesta época de férias, festivais, encontros e congressos. E nas mais variadas frentes. No Rio, o Museu da Imagem e do Som anuncia a formação do seu Arquivo Jacob do Bandolim, já com 1100 discos, 114 fitas gravadas e diversos microfones de partituras. Em Ouro Preto, o Festival de Inverno deu margem a que se fundasse o Centro

de Folclore e Tradições da cidade, filiando grupos de congadas e serestas. Em Recife, o escritor, dramaturgo e atual Secretário de Educação e Cultura do município, **Ariano Suassuna**, anunciou a formação do Ballet Armorial, destinado a pesquisar as danças populares do Nordeste. Tudo isso pode reacender um pouco a passadismo, mas não deixa de ser simpático nesses tempos de industrialização selvagem.

## Mulheres — I

Encerrou-se no domingo, 6 de julho, no Rio, a *Semana de Pesquisa Sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira*. A *Semana* se realizou no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que esteve sempre lotado. A média de comparecimento foi de 350 pessoas por noite. No encerramento, as mulheres presentes redigiram uma *Declaração-Final da Semana*,

cujas tónicas foi a condenação à passividade a que a mulher se submete na sociedade moderna. Houve críticas especiais reservadas para os meios de comunicação (cinema, TV, jornais, etc.) que reforçariam a submissão da mulher ao apresentarem "uma imagem de mulher ideal destorçada e coisificada, que encontra no ato de consumir sua única fonte de inspiração e realização".

## Mulheres — II

O economista **Celso Furtado** encerrou, no domingo, a *Semana*. "Eui levado a concluir", disse ele, "que o movimento feminino possivelmente seja a dimensão mais importante dos grandes movimentos sociais do fim deste século e que devemos entendê-lo como parte dessas transformações sociais". Para **Celso Furtado** o movimento

feminino ainda está numa fase de "auto-invenção": isto é, em busca de uma definição ideológica. E criticou a "insensibilidade masculina" de muitos pensadores que se dizem na vanguarda do pensamento social, mas que insistem a se referir ao problema das mulheres como algo "secundário".

## Muitos os candidatos poucos os escolhidos

Concursos começam, concursos estão em curso. Em Recife, a Prefeitura Municipal abriu o Concurso Permanente de Literatura de Cordel, destinado a incentivar os poetas populares do Nordeste. Já no Rio, a Campanha de Defesa do Folclore abriu inscrições para o prêmio **Sylvio Romero** (Cr\$ 20 mil), destinado a ensaios sobre qualquer tema ligado ao folclore brasileiro. Também no Rio, até 10 de agosto, escritores de todo o país poderão se inscrever no Prêmio **Fernando Chinaglia** (Cr\$ 16 mil), da União Brasileira de Escritores, destinado a romances, novelas ou contos inéditos de pelo menos 70 páginas datilografadas. Em Santos, a

Federação Santista de Teatro Amador instituiu o prêmio **Sector-Santos** (Cr\$ 7 mil) para textos teatrais inéditos em publicação e montagem. Em Porto Alegre, o Instituto Estadual do Livro recebe até 1º de setembro textos e ilustrações em seu Concurso de Literatura Infantil (Cr\$ 7.500,00) para livros inéditos de pelo menos 20 páginas. Os problemas destes concursos é sua relativa ineficácia. O feliz prêmio embolsa o cheque, às vezes sai uma edição de sua obra mal vista pelos livreiros por ser "coisa de cultura", "coisa que não vende". E a maioria dos escritores jovens continuam engatados nas filas das editoras.

## Escritor em greve

Condenando a si mesmo e a seus leitores a uma espécie de "greve de fome literária", o escritor colombiano **Gabriel Garcia Marquez** declarou que não mais escreverá livros enquanto o presidente chileno, **General Augusto Pinochet**, continuar no poder. **Garcia Marquez** está no México, onde pretende passar o verão com a família. Sua decisão, no entanto, não significa o abandono completo da mili-

tância como escritor. Já antes, em Lisboa, declarara à imprensa que pensava escrever uma reportagem sobre os últimos acontecimentos em Portugal. A revista colombiana *Alternativa* contratou-o para fazer uma série de entrevistas sobre temas da política internacional. (veja entrevista com o presidente **Omar Torrijos**, do Panamá, na página 20).



## América Latina Ganha Status

Status, revista da Editora Três, normalmente pretende ser uma espécie de *Playboy* brasileira, distribuindo estrategicamente modelos femininas, entrevistas com figuras da sociedade ou dos meios artísticos e reportagens coloridas sobre os últimos atrativos do consumo: carros, barcos, decorações, jantares.

**Cortázar** e **Jorge Luis Borges**, do mexicano **Juan Rufo**, dos brasileiros **Dalton Trevisan** e **Rubem Fonseca**, entre muitos outros.

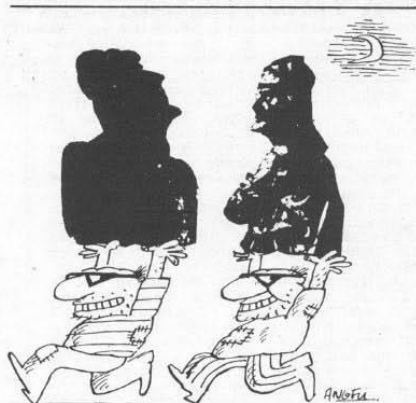
Mudando de registro, Status publicou um número especial, de caráter literário, dedicado ao conto latino-americano. Há textos dos argentinos **Julio**

A iniciativa é ótima. Mas o nome aristocrático — Status — contrasta demais com os camponeses pobres que povoadam o conto de Rufo e com toda a trama sofrida que é a América Latina, que transparece nos demais textos. A impressão que resta é de que a vida do continente se transforma numa peteca dominical da classe média alta. (**Luis Roncari**)

## Portugal no cardápio

Na semana que passou a poderosa central sindical norte-americana AFL-CIO ofereceu um jantar em homenagem ao irrequieto escritor e dissidente soviético **Alexandre Soljenitzin**. Havia cerca de mil convidados na festividade. Falando em russo, o escritor condenou os homens de negócio do Ocidente que, "cegamente", investem na

União Soviética sem que seus governos exijam garantias em troca. Aproveitou para comentar a situação portuguesa, dizendo que Portugal hoje é uma "caricatura" da Rússia em 1917, quando estava às vésperas da revolução comunista. E disse, enfaticamente, que "a democracia está sendo estrangulada" no país dos lusitanos.



## Perseguição às traças

Roubos e depredações de igrejas e imagens sacras no Brasil sempre houve, desde o turista que embolsa o dedo de uma estátua do **Aleijadinho** para levar para casa, até os mais especializados, que mobilizam equipes e capitais. O mercado, via de regra, é aberto; como se sabe muito bem, o cuidado com peças históricas no Brasil é quase nulo. E depois, dada a falta de cuidados, a impunidade é quase garantida.

Estado de Alagoas. Na semana passada, confirmando suspeitas iniciais, o delegado **Rubens Quintela**, de Maceió, declarou que havia "gente importante" envolvida nos roubos. Recusou-se, no momento, a revelar seus nomes, mas acrescentou que em pouco "tudo estará esclarecido" e que os nomes seriam divulgados "no momento adequado".

No ano passado e no primeiro semestre deste, o saque atingiu as igrejas de **Marechal Deodoro**, antiga capital do

De uma maneira geral, no entanto, não há perspectivas de melhora. Não enquanto o patrimônio histórico depender da boa vontade de uns poucos abnegados, ou do fastio das traças.

# A TRADIÇÃO DO DIÁLOGO

Luiz Roncari

**Há séculos trava-se um diálogo interno no pensamento católico brasileiro: de um lado, os perigos do mundo e do demônio, do outro, a terra, os homens e seus problemas.**

Um dia o diabo entrou numa igreja da periferia onde pregava um padre chamado de "progressista". Durante o sermão o clérigo denunciava as injustiças, falava da liberdade e, sempre com seu sotaque de nordestino, dizia que o homem não era cordeiro nenhum. Se fosse cordeiro era de Deus, mas entre os homens deveriam ser todos irmãos, todos iguais. O satanás, cheio de amor próprio, esperou até o fim, ansioso por ouvir tocar em seu nome e nas suas diabruras. Acontece que o padre em nenhum momento lembrou de sua existência para os fiéis. Acabou o sermão e voltou-se para o altar a fim ocupar-se com o Cristo. O diabo não aguentou. Usando de seus poderes, travestiu-se na forma de um padre de soutana preta e protestou chamando atenção de todos: — E o diabo? porque o senhor não alertou os fiéis contra as tentações do demônio, de suas artimanhas que levam os homens a cair na perdição?

O primeiro padre manhoso e bem treinado em atravessar espinheiro sem se machucar, respondeu num

tom cordato: — "Do diabo Deus se ocupa, companheiro, na sua infinita bondade e misericórdia pelos homens. Temos mesmo é que nos precaver com os homens, raça desgraçada, que dá gente danada de boa, mas também danada de ruim."

**No reino deste mundo, quinhentas tentações diárias**

A preocupação com o diabo e a salvação; ou com os homens e a justiça entre eles, embora não sejam necessariamente excluídas, definem as duas tendências que notamos hoje no pensamento católico brasileiro. De um lado, homens como Gustavo Corção, inquietos com os mistérios insondáveis do sangue derramado e com as quinhentas tentações diárias que atraem os homens para o gozo das coisas do mundo. E de outro, figuras representativas, como Tristão de Ataíde, também preocupadas com o que se passa "no reino deste mundo". Embora pareça ser apenas do nosso tempo, a tomada de posições dispare por diferentes setores da Igreja, não foi. Carlos Villaça, no seu livro,

deixa ver como ao longo da história do pensamento católico brasileiro, apareceram posições divergentes em torno dessa questão.

Gonçalo Leite, jesuíta português e primeiro professor de filosofia no Brasil, tomou uma posição francamente contrária à escravidão negra e indígena, defendendo a tese de que "Nenhum escravo da África ou do Brasil é justamente cativo". Denunciou seus pares e a sociedade branca colonial de "homicida e roubadora da liberdade dos índios do Brasil... não vão a salvar almas, mas a condenar as suas". Não demorou-se ele muito por aqui, convidaram-no logo a voltar para o Reino, "por inquieto".

Quatro séculos mais tarde, o monarquista e católico Eduardo Prado, via com outros olhos o trabalho de salvar as almas da Companhia de Jesus junto aos indígenas: "São milhões e milhões de seres que vivem como feras e cujos descendentes hoje vivem como homens". Pelo mesmo tempo, início da vida republicana no Brasil, enquanto Eduardo Prado acompanhava sua mãe, D. Viridiana, à missa da Consolação,

pregava o padre Júlio Maria. Liberal, eminentemente orador, defendia a "união entre a Igreja e o povo". Não aquela Igreja que levava a "encastelar-mo-nos nos santuários e, contemplando de longe o povo, pensar que fazemos obra de Deus só com os nossos panegíricos, as nossas devoções e as nossas festas". A palavra povo também não tinha para ele a tinteira demagógica que lhe davam os políticos "sectários dos regimes envelhecidos, dos princípios destronados, das dinastias perclitantes", que, servindo-se do fanatismo religioso e da falsa Teologia, "não se cansam de dizer a católicos e padres, que gostam de ouvi-los: Sentido. A Igreja periga. O século quer devorá-la. A liberdade é o demônio que agita o mundo". Moderno, muito a frente dos homens de seu tempo, definia à Igreja qual era seu povo e o caminho a seguir: "mostrar-se aos pequenos aos pobres, aos proletários, que foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre", devendo os grandes e poderosos "sujeitar o despotismo do capital às leis da equidade, exigir dele não só a caridade, mas a justiça, a que tem direito o trabalho, dignificar o trabalhador", cristianizando as "fábricas, onde a máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão para ganhar dinheiro, queimar carvão ou aperfeiçoar a raça dos animais".

Não era assim, porém, que pensavam todos homens da Igreja. Carlos

## LIVROS

**O Pensamento Católico no Brasil**, Antonio Carlos Villaça (Rio, Zahar Editores, 1975, 350 páginas, Cr\$ 40,00)

Villaça, católico também, com uma crítica apenas velada, distingue a pessoa de **Jackson de Figueiredo**, brilhante "reacionário", como ele próprio se caracterizava. Encarou a doutrina da ordem. Defendia o autoritarismo e o antiliberalismo. Combatia a democracia liberal vinda da Revolução Francesa, como combatia também o capitalismo internacional, mas aquele dos judeus e maçons. Villaça, tentando salvá-lo de um juízo unilateral, apela para sua figura simpática de boêmio, noctívago, conversador e frequentador de cafés. Lírico, quando exprimia seu gosto pelo sofrimento e sua ânsia de absoluto.

**Longe das estreitezas e dos demônios**

Se nem Júlio Maria, nem Jackson de Figueiredo definem, sozinhos, o pensamento católico brasileiro, podemos apreender em sua história duas constantes: a disposição ao diálogo e a não-alienação ao social e ao político. Quanto a esta última, basta lembrar o histórico *Seminário de Olinda* "ninho de idéias liberais"; a atuação de seus frades na Independência e nas lutas anti-absolutistas; Tristão de Ataíde, e outros representantes intelectuais do catoli-

cismo, na defesa democrática em 1945 e posteriormente, Cândido Mendes, enfatizando a questão do subdesenvolvimento e a função social da Igreja.

A disposição ao diálogo teve mesmo um Jackson de Figueiredo cujo pensamento e ação estiveram bastante próximos do Integralismo Brasileiro. Nunca fechou-se na estreiteza de suas crenças, recusando-se a qualquer entendimento. Ao contrário, conviveu com homens que em muito lhe eram diferentes, como o Cardeal Leme, reformador da Igreja. Outros ainda, que ficaram conhecidos pelo conservadorismo e tradicionalismo, tiveram pontos que ampliam sua dimensão humana. O padre Antonio Vieira, que defendia por um lado o imperialismo guerreiro português, por outro, opunha-se ferrenhamente à escravidão pura e simples do indígena. Tais fatos, parecem isolar o exemplo moderno do tradicionalismo católico, brasileiro: Gustavo Corção, hoje "perdo de Plínio Correia de Oliveira, o líder da TFP", como acentua Villaça. E cujo passadismo, radicalismo intolerante, anti-democratismo e virulência nos ataques pessoais, não encontram correspondentes no passado, tradição que lhe falta desde que iniciou sua carreira panfletária, com um artigo contra a literatura infantil de Monteiro Lobato. Talvez por sentir "a ausência de demônios a atemorizar as crianças".

O nascimento de um regime - II

## A democracia restrita

Marco Aurélio Nogueira e Antonio Mendes de A. Junior

**Neste controverso "ensaio de interpretação sociológica", procura-se mostrar que 1964 é o momento em que a burguesia brasileira atinge sua maturidade e sua plenitude de poder.**

Que o Brasil, hoje, é uma sociedade capitalista, com uma classe operária significativa e um tipo particular de dominação burguesa, é fato geralmente aceito sem discussão. Há, além disso, um relativo consenso quanto ao fato de o desenvolvimento do capitalismo neste país ter atravessado etapas passíveis de delimitação. No entanto, pelo menos uma questão ainda desafia aqueles que se preocupam em compreender a realidade brasileira: houve ou não uma "revolução burguesa" no Brasil?

Para o sociólogo e ex-catedrático da Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes, a resposta a esta questão é sem dúvida afirmativa. Na sua concepção, esta "revolução" é um fenômeno estrutural, um elemento inextricavelmente necessário à própria evolução da sociedade brasileira. Em seu mais recente livro, a preocupação central é revelar os agentes humanos e comportamentos coletivos

responsáveis pela "revolução burguesa", entendida esta como um conjunto de transformações que representam a desagregação do regime escravocrata e a constituição de uma sociedade de classes no Brasil. Tais agentes humanos — o fazendeiro de café e o imigrante nos primeiros momentos — teriam preenchido duas condições fundamentais: encarnarem o "espírito burguês" e serem portadores de uma "mentalidade econômica tipicamente racional".

**Qual o significado da queda de Goulart?**

Segundo Florestan, estas transformações só se completam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Nesse sentido, 1964 aparece como o momento de "concretização da Revolução burguesa", no qual "a burguesia atinge sua maturidade e sua plenitude de poder". Mas qual seria o verdadeiro significado dos acontecimen-

tos que culminaram com a queda do governo de João Goulart?

Em linhas gerais, a resposta de F. Fernandes baseia-se na idéia de que o desenvolvimento capitalista, em sua etapa monopolista, criou condições que colocaram em xeque a dominação burguesa no Brasil, gerando dois tipos de pressões internas: as democrático-nacionalistas de setores burgueses radicais e as de igualdade econômica, social e política das massas populares, que atuaram em conjunto com o aumento das pressões externas provocadas pelo imperialismo. A Revolução de 1964 significa, portanto, a reação da burguesia a estas pressões e intensifica o caráter autoritário e opressivo da dominação burguesa. Nas palavras de Florestan, este modelo *autocrático-burguês* explica "a existência e o aperfeiçoamento da versão que nos coube do capitalismo, o *capitalismo selvagem*".

**A versão tecnocrata de uma democracia restrita**

Como um movimento destinado a solucionar a "crise do poder burguês", o regime instaurado em 1964 acentuou a dissociação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Ou seja, enquanto ao nível econômico a reação das classes dominantes conduziu a um "padrão capitalista altamente racional e modernizador", no plano político as medidas adotadas "atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da *democracia restrita*". Esta parece ser, para ele, a singularidade maior da "revolução burguesa" brasileira.

Muitas ressalvas podem ser feitas às teses de Florestan Fernandes, mesmo que se leve em conta o brilhantismo com que ele as desenvolve. Pode-se perguntar, em primeiro lugar, qual o alcance de um método que busca, através da construção de engenhosos "tipos ideais" (isto é, ampliações daquilo que o investigador considera como elementos distintivos ou típicos do fenômeno em estudo), compreender o sentido (os motivos) que os agentes atribuem às suas ações. Será que o conhecimento deste sentido revela as condições reais da vida social? Até que ponto o processo de desenvolvimento econômico de um país pode ser explicado através de noções tão vagas

**A Revolução Burguesa no Brasil (Ensaio de interpretação sociológica)**, Florestan Fernandes (Rio, Zahar, 1975, 413 páginas, Cr\$ 55,00).

e abstratas como as de "espírito burguês" ou "vontade burguesa"? No Brasil, por exemplo, o comportamento real do fazendeiro de café e do imigrante não pode ser entendido por meio destas noções.

Em segundo lugar, no que se refere à explicação do desenvolvimento capitalista brasileiro e ao significado de 1964, pode-se discutir a concepção que F. Fernandes tem de *capitalismo*. Em muitas passagens do livro, percebe-se que ele concebe tal modo de produção como um sistema baseado apenas na existência do mercado competitivo, do trabalho assalariado e da circulação monetária, como um sistema que tende a se tornar necessariamente cada vez mais racional. Além disso, é possível questionar-se a própria ênfase na idéia de racionalização. A preocupação em analisar os processos econômicos pelo ângulo de seus componentes racionais pode provocar um "desprezo" pelos seus aspectos irracionais e contraditórios, levando, assim, o investigador a não compreender os mais importantes mecanismos da existência social.

Em virtude disso, F. Fernandes teria mesmo que

desembocar na constatação de que a Revolução de 1964 acentua a dissociação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Como explicar os aspectos autocráticos e opressivos da dominação burguesa sem isolá-los da ordem econômica, que é racional e modernizadora? Isto só pode ser feito se se admitir a idéia de que existe um *todo* (a sociedade) cujo equilíbrio é obtido graças à integração de suas partes componentes. Em outros termos, tal dissociação só pode ser feita desprezando-se uma visão que compreenda a economia e a política como aspectos contraditórios de uma mesma unidade, sujeita muito mais aos efeitos dos conflitos entre as classes sociais do que ao avanço inexorável da "racionalização".

Essas ressalvas fazem com que o livro de Florestan Fernandes apresente muitas incoerências e lacunas. Mesmo assim, é uma obra importante, na medida em que recoloca no centro dos atuais debates ao menos duas questões: o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o caráter da dominação política da burguesia brasileira. *A Revolução Burguesa no Brasil* é, inegavelmente, ótimo exemplo de um autor que, como pioneiro de uma perspectiva crítica na sociologia brasileira, deixou escola e inspira, com seus acertos e erros, boa parte dos cientistas sociais mais em evidência.

# O crepúsculo dos fortes

Paulo Neves

O detetive é uma invenção moderna. Nasceu com o despertar da consciência urbana, tendo por parteira uma época de violentas mudanças do ambiente social, em meados do século passado. A cidade se tornava, daquele momento em diante, um caso a ser desvendado. O escritor norte-americano Edgar Allan Poe foi o primeiro a perceber isso. O seu detetive, Dupin, que na verdade era um esteta, tomava conhecimento do crime através dos jornais. Era o primeiro a saber das últimas, em todos os sentidos. Ali onde fracassavam os métodos mecânicos da polícia, por serem especializadas demais, Dupin, como um bom amador, tirava uma lição do crime, entendendo-o como um desafio à sua criatividade.

Mas não foi Dupin, e sim Sherlock Holmes que iria popularizar a novela policial. Sherlock será o modelo clássico do detetive — um indivíduo dotado de certa onisciência, meio maníaco e aristocrático, e alimentando, no íntimo, o sentimento de uma irremediável descrença na humanidade.

Este modelo, consagrado pela literatura, não é o mesmo que vemos nos seriados da televisão. Primeiro é preciso dizer que os detetives encontraram aqui um novo

habitat. A narrativa esquemática da novela policial (crime-investigação-solução) adaptou-se bem à linguagem dos seriados. Está aí uma explicação para um fato intrigante à primeira vista, isto é, de que 80 por cento dos seriados no horário adulto da TV (após as 21 horas) são policiais ou aventuras semi-policiais.

## Seguindo várias pistas: da nostalgia ao anti-detetive

Os detetives da televisão não têm o brilhantismo nem a argúcia de um Sherlock Holmes ou de um Hercule Poirot (o detetive preferido da britânica Agatha Christie). E nem poderiam ter. Estas qualidades perderam relevância depois do cinema e da TV. Agora, o que importa observar é a imagem do detetive e seu envolvimento na ação. Este ponto é comum a todos os policiais da TV. Por outro lado, a TV forçou uma evolução muito rápida na imagem do detetive. Isso explica as diferenças de estilo e a mudança de atitudes que há entre *Elliot Ness* (*Os Intocáveis*) e *Columbo* (*Os Detetives*), por exemplo.

Ness é o policial quadrado, um puritano que combate os criminosos de Chicago, nos anos 30, usando os mesmos expedientes, a violência. É curioso que *Os Intocáveis* — um dos primei-



ros seriados policiais a aparecer na TV — esteja em reprise. Volta nostálgica ao passado? Mais do que isso. A defasagem permite que o programa seja visto, hoje, como a caricatura dele mesmo, provocando mais ironia do que emoção. Afinal, os gangsters contra os quais Elliot Ness lutava tão ferrenhamente não são muito diferentes dos respeitáveis homens de negócio de hoje-em-dia. Eram apenas menos escrupulosos.

Columbo é exatamente o pólo oposto à ingenuidade caricatural dos *Intocáveis*. A começar pelo casaco surrado que veste, ou pela maneira de suspeitar de coisas insignificantes, tudo nele é paródia do detetive. Columbo representa uma farsa tão completa diante do crime

## TELEVISÃO

que acaba por confundir o criminoso. É age sem jamais usar da violência. O próprio clichê ridicularizado do detetive é a demonstração de que o crime não compensa. Columbo abre, assim, o caminho para o anti-detetive na TV, num momento em que os heróis policiais tornam-se cada vez mais problemáticos.

## Todos parecem culpados: do vaqueiro ao chefe de Polícia

Embora a galeria seja numerosa e cheia de extravagâncias (um exemplo: *McCloud*, também da série *Os Detetives*), conserva a imagem do velho vaqueiro texano, uma incorporação do faroeste no policial), há uma tendência geral, entre

os detetives, no sentido de questionar a justiça e a ordem que eles estão empenhados em defender. É como se pairasse no ar um estranho sentimento de culpa. São comuns os gestos de insubordinação para com os superiores. Na série *Police Story* é o próprio Chefe de Polícia — surpreendido na intimidade de cidadão comum — que se vê perplexo diante do crime como problema social.

O caso mais notável, porém, é *Kojak*. A simples escolha de um conhecido vilão do cinema — o ator careca *Telly Savalas* — para o papel de detetive-herói, já indica o quanto andam abalados os antigos critérios do bem e do mal. *Kojak* parece consciente de que entrou para a polícia da

mesma forma que seus amigos de infância nos bairros pobres de Nova York seguiram o caminho do crime, ou do vício. O cinismo é a sua maneira de suportar a fatalidade.

Esta anomalia que se manifesta nos seriados policiais põe a descoberto aquela relação inicial entre o detetive e a cidade. No momento em que a consciência da cidade deita-se no divã do psicanalista, buscando remédio para seus complexos de poluição, de trânsito, de gigantismo, nada mais justo que os heróis policiais — que nasceram com ela — defrontem-se com problemas semelhantes.

Nicholas Mayer, num livro recente chamado *Uma Solução Sete por Cento*, mostrou isso de maneira magnífica. Imitando o estilo de Conan Doyle, narra o encontro de Sherlock Holmes (que ele assegura ter existido realmente) com Freud, onde este teria revelado, finalmente, o mistério da personalidade do famoso detetive.

## Epilogo: um caso sem solução?

O certo é que a televisão, ao acelerar a "massificação" do tipo detetive, pôs em liquidação um verdadeiro catálogo de heróis neuróticos. Basta passar de um seriado a outro para perceber que a história é sempre a mesma: o criminoso não tem saída, e o policial também não. A única saída só pode estar no espectador que, diante de tal mistério, talvez resolva seguir uma pista, ser ele próprio o detetive, para entender, afinal, o que é que está acontecendo.

## MÚSICA

# Conversa de Sambista

Rivaldo Chinen

Na portaria da Escola de Samba Mocidade Alegre, de São Paulo, Jangada, compositor, porteiro e repórter, diz que não gosta de ser chamado de "compositor paulista".

cozuiu que um escravo. Tebas, fora o primeiro arquiteto e engenheiro paulista. Construiu a velha Sé em troca de sua carta de alforria, e em seguida projetou a primeira canalização subterrânea de água, pois antes a cidade contava com somente dois chafarizes e a água era recolhida por meio de canaletas céu aberto, sempre expostas à evaporação. Ele acha que a história de São Paulo pode ser contada através dos sambas.

## De volta a Mocidade Alegre: Samba até altas horas

São 1h30 do primeiro domingo de julho e Jangada ainda cobra ingressos. De agora em diante ele não exigirá mais os quinze cruzeiros dos rapazes, bastam dez. Para as moças os preços também baixaram. Mas de vez em quando ele se esquece disso e cobra o preço normal. Ninguém reclama. "Tá vendendo o que é botar respeito aqui dentro? Pois é, me impus aqui. Não no tapa, nem na conversa que não acredito nesses lero-leros!" Passa um cachorro vir-lata, vagaroso, Jangada dá um pontapé nele e confessa: "não gosto desse bicho".

Dois crioulos chegam trazendo a roupa que daqui a pouco Jangada irá vestir para se apresentar na quadra. Mesmo assim ele ainda está indeciso se irá puxar samba ou não. Ali perto está o Jaburú, distribuindo a letra mimeografada da "Deusa Negra", parceria de ambos. Jangada canta um tre-

cho, ali mesmo na portaria: "Na beira do mar/Tem sereia/No fundo do mar/Área. Vou levar flores e fitas/Para a deusa bonita/Lá no fundo do mar/Vou pedir a sua proteção/Até esta canção/Sorrindo vou ofertar".

Na quadra a movimentação é grande. O diretor de bateria não para, nem os puxadores de samba. Aqui nunca são apresentadas músicas que não sejam feitas por compositores da ala. Um negócio assim de prestigiar eles mesmos. No meio dos frequentadores passa desconhecido o compositor Walter Franco (autor de "Muito Tudo", apresentado no Festival "Abertura" da Globo). Ele procura por Jangada, que já está vestido com seu casaco vermelho, bate um papo e vai comprar uma garrafa de cerveja para tomar de pé com o amigo que o acompanha. Meia hora depois ele se retira da quadra, calma e anonimamente.

Para surpresa geral entra na quadra, já alta madrugada, uma escola visitante, a *Barroca Zona Sul*. No comando, Pé Rachado, que era do tradicional *Vai Vai*, do bairro paulistano do Bexiga. Já passa do horário permitido. Mesmo assim a quadra está cheia, todo mundo dançando, o diretor de bateria do Barroca, um dos 6 filhos de Pé Rachado, não para de comandar seus músicos. As bandeirolas verde-claro estendidas pelos quatro cantos estão agitadas. Não se sabe exatamente se é devido ao vento frio e cortante da madrugada, ou se o motivo é a movimentação geral. Tanto faz, o samba não para.

Jangada chegou tarde ao *Mocidade Alegre* — já era onze e meia da noite. Mas nem entrou, ficou ali mesmo na portaria. A partir daquele instante passava a ser o porteiro — "cargos espinhosos", como ele mesmo classifica, pois já deu inúmeras dores de cabeça. Sem falar nas pancadarias pra valer, há os incríveis bate-bocas com o presidente Juarez da Cruz, que não acha digno um compositor trabalhar como porteiro, já que há outras pessoas que poderiam ficar ali.

Jangada pouco se importa com essas pequenas irritações. Pega o dinheiro da renda até aquela hora, acha pouco, dobra direitinho como os antigos cobradores de bonde, coloca no meio dos dedos e um casal pergunta se precisa pagar. Jangada encara o rapaz e diz: "São dez cruzeiros para a moça, quinze para o cavalheiro". Rapidamente dá o troco e dirige o olhar para a porta. Estão entrando dois crioulos que, solícitos, dão tapinhas nas costas de Jangada. Estes podem entrar sem pagar nada, são da casa. Agora são três moças brancas, elegantes, com vestidos longos e cabelos bem penteados que abrem a carteira e nem perguntam quanto custa a entrada. Depois de receber o troco elas entram na quadra e nem olham para Jangada.

Apressada, uma pretinha magra, de chapéu verde, calça levantada nos joelhos, passa por Jangada que a chama. "Vai lá no bar do português e traz um litro de leite, mas diz que é pro Jangada, se não ele não vende". O bêbado Neco chega camba-

leando, fala arrastado, se aproxima aos poucos de Jangada. "Ih, é hoje; que é que há, Neco?". Ele quer entrar de qualquer jeito, não ouve as recomendações de Jangada: "Olha, você hoje passou dos limites, vá pra casa e se deita que a cama é toda tua". Mesmo assim ele entra. Jangada o chama, não obtém resposta. "Quer saber de uma coisa? Desisto. Aqui dentro tá cheio de bebum, não faz mal entrar mais esse coitado".

Jangada é tão famoso nas escolas de samba do Rio como de São Paulo. Frequentemente é citado nos livros especializados por dois motivos — a alta qualidade de suas músicas e a curiosidade existente em torno de sua figura. Trabalha nove horas por dia como jornalista na revista *Placar*. O resto do tempo é dedicado à escola que ele ajuda a levar adiante. Chegou em São Paulo em 1970, entrou em várias escolas de samba, fez 14 músicas para cinco carnavais, a fim de ajudar diversas escolas sem cobrar

nada. Hoje a coisa seria diferente, pois apesar desse esforço todo ele não viu as escolas formarem suas próprias alas de compositores. Um negócio fundamental.

Para Jangada não existe compositor de samba em São Paulo. Os nomes de Zedi, Talismã, Zeca da *Camisa Verde*, Geraldo Filme, ele respeita. Só não concorda que eles sejam classificados como compositores paulistas: "este rótulo não serve".

## As pesquisas de Geraldo Filme: o samba existe

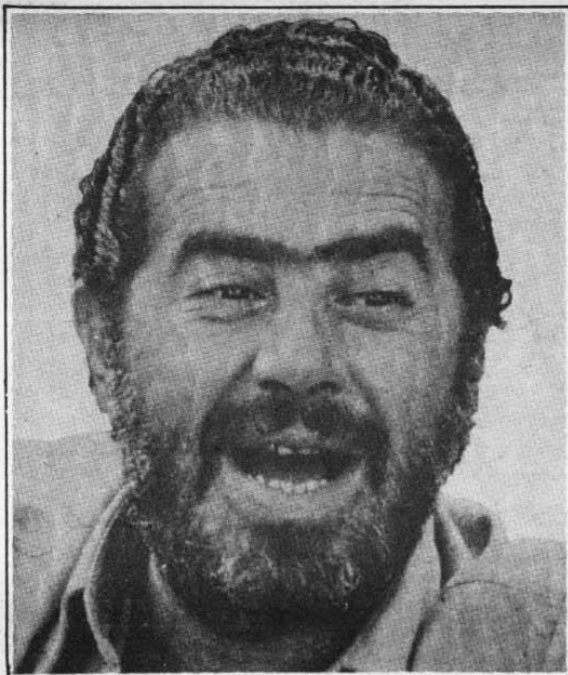
Do outro lado da cidade, no bairro da Liberdade, o compositor Geraldo Filme tem idéias diferentes de Jangada. Responsável pelo primeiro LP com músicas de 12 escolas de samba da capital paulista, interpretado juntamente com Carmélia Alves em 1969, fundador da Escola de Samba *Paulistano da Glória*, ele mostrou suas músicas no show com Plínio Mar-





entrevista a Flávio Aguiar

# Um escritor na República das Bruzundangas



**Narrador do mundo marginal da grande cidade, o contista paulistano João Antônio expõe aqui a sua condição, também marginal, de escritor. João vai lançar a segunda edição do memorável Malagueta, Perus e Bacanaço (1963), a primeira de Leão de Chácara, seu novo livro de contos. É um escritor que se conhece por não ficar nas concessões ou nas palavras fáceis.**

**FA - Como é que anda a barra da literatura brasileira. João Antônio? Prostituída, angelical? E a sua barra dentro dessa barra?**

JA - Anda como sempre andou. O escritor brasileiro mais longe da profissionalização do que o homem da lua. Barra suja sempre foi: conluíus, atrapalhadas, congressos inúteis em Brasília para se discutir hipermodelismos, hermenêuticas, semiologias, pansexualismos suprarreais e outros embelecões mentais de difícil compreensão. Barra prostituída quando o senhor Vinícius de Moraes assina um texto de anúncio publicitário saudando as *virtudes e benemerências* dos 50 anos da General Motor Corporation no Brasil (Agência DPZ). Barra limpa: Carlos Drummond de Andrade recusa um prêmio de 70 (setenta) mil cruzeiros por motivo de consciência. Assim, nem tudo está perdido. Minha barra é a que sempre foi: estrepado e mal pago, sobrevivendo de outras coisas que não literatura e sobrevivendo mal, comendo pedaços de mim mesmo todos os dias. Isso é que é. De resto, assistindo ao espetáculo literário, o de quase sempre. Pouca gente tem condições e humildade para aceitar a condição não maacal, o raciocínio, o caráter de se voltar - com humildade, respeito, dedicação - para as nossas mazelas, nossos amores, nossas esperanças ou lutas. E trabalhar seriamente no sentido de compreender e registrar o que se passa nesta grande aldeia luso-afro-tupiniquim. Andam se esquecendo que o universal está no particular, isto é verdade artística desde Cervantes e Dostoiévski. O resto é engano, é piruetas mental, é preguiça e falta de caráter. Essa tal tendência *universalista* faz, entre outras coisas, que não apareça entre nós uma literatura que abarque as seguintes áreas sociais e de comportamento: futebol, umbanda, vida industrial, áreas proletárias e outras formas atuais de vida brasileira que estão aí, inéditas, esperando intérpretes e interessados. Isto, a meu ver e sentir, é mais do que omissão - é uma negação do verdadeiro objetivo de uma literatura voltada para o seu povo, que não se envergonha do seu povo pobre, sofrido e manipulado. Mas que assume uma posição de coragem e decência, apesar dos pesares momentâneos. A mesma posição assumida por Graciliano Ramos, Manoel Antonio de Almeida, José Lins do Rego ou Afonso Henriques de Lima Barreto, vivos até hoje e consideráveis. Aos que me vieram com o farisaísmo e a dissimulação, o alibi da censura, lembro que a grande literatura russa foi escrita sob o jugo czarista. Certo?

**FA - Em 1963 você publicou Malagueta, Perus e Bacanaço, reconhecidamente um dos melhores livros de contos da literatura brasileira. Todo mundo diz que seu livro é um clássico. O fato é que apesar dos elogios em dez anos não houve reedição do "clássico". Como é que você vê este "ostracismo"? Só foi quando você ri?**

JA - São coisas do meu país, o País das Bruzundangas, de que falava Lima Barreto e que rigorosamente não mudou um só milímetro de 1916 para cá. *Malagueta, Perus e Bacanaço* é uma dessas carreiras incríveis. Por um lado, se transformou numa espécie de clássico da literatura contemporânea brasileira - a ponto de estar presente em 8 (oito) antologias, inclusive didáticas e para-escolares. Teve contos traduzidos em 5 (cinco) países - Argentina, Venezuela, Espanha, Alemanha Ocidental e Tchecoslováquia. Essa carreira, no entanto, tem um fiasco grande a meu ver, que independe da ação dos personagens ou do autor. O livro está esgotado há uns dez anos. Coisas da República das Bruzundangas, o país que tinha a forma de um presunto e vivia de estrambóticos expedientes e onde a falta de vergonha e a impunidade eram o padrão de comportamento. Tenho contrato assinado para reedição de *Malagueta, Perus e Bacanaço* desde setembro do ano passado e espero, com caudalosa paciência, que meu livro

voltar às livrarias para que, pelo menos, eu não tenha de ouvir de leitores das gerações mais jovens que sou uma espécie de mito muito à brasileira. Já tenho ouvido, à queima-roupa, esta pergunta: "mas esse livro existe mesmo, ô cara? Vai ver que você não escreveu droga nenhuma e fica aí dando bandeira!" Outra coisa: espero que se remede daqui pra frente (ou pelo menos antes da minha morte): em caso de 2ª edição esgotada, uma imediata 3ª edição. Ignácio de Loyola da editora Três, de São Paulo, costuma dizer que meu livro já deveria estar na vigésima edição. Enquanto isso, se eu não batalhar fora da literatura, vou morrer de fome. Tudo o que um escritor ganha no Brasil é por acréscimo, nunca profissionalmente. Na maioria dos casos, todos ganham dinheiro com o trabalho do escritor, menos ele.

**FA - E seus projetos, João Antônio? Sei que você anda curtindo uma profunda admiração por Lima Barreto. Essa admiração caiu do céu ou do inferno? E o que ele, Lima Barreto, diria para os jovens, o povão, os literatos, os críticos de hoje?**

JA - O que cai do céu é chuva ou coisa pior. Tenho, além de *Malagueta, Perus e Bacanaço* três livros inéditos: *Leão-de-Chácara, Casa de Loucos e Corpo-a-Corpo*. Estou trabalhando num projeto maluco, a que dou o nome de *Pingentes*. Mora em mim há uns quinze anos uma admiração por Lima que já teve acessos ainda mais vivos, que me levam a reler tudo (eu disse tudo, até correspondência) de Lima. Em maio de 1970, no sanatório da Muda da Tijuca, recolhi com um homem de 72 anos, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, tido como caduco, maniaco e esclerosado, um documento inédito, um roteiro dos porres de Lima Barreto. Cinco anos aquele material esperou que eu tivesse tempo para trabalhá-lo. Hoje terminei e são 88 páginas: o meu *Calvário e Porres do Pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Em toda a extensão do trabalho não há uma única palavra de minha autoria. Se Lima fosse vivo veria que as coisas andam ruins para os lados de cá do Atlântico, no país com forma de presunto. Veria que o subúrbio continua sendo o refúgio dos infelizes, que a sua cidade do Rio de Janeiro continua com 75% de sua população esquecida, abandonada, pingentes urbanos da Zona Norte. Que a intelectualidade segue povoada de muitos Joões das Regras, ditando normas, sempre afeitos a remandiolas, conchavos, altos lucros, beletismos, vaidades, gloriolzinhas, paternalismos, amiguismos e o povo que se dane. A realidade lá em baixo, os intelectuais cá em cima refestelados, doutorais, donos da verdade e inatingíveis. O país continua cheio de homens que sabem javanês, de homens de gordura desonesta, omissos, escorregadios, sempre dispostos a um tipo bem na moda de corrupção qualquer. Crítica? Pobre Lima se visse a nossa crítica! Há muitos e muitos anos não se fala mais mal de ninguém, tudo amiguismo, conchavos, tráfico de interesses, jogos cruzados, paternalismos. E a profissão mesmo, nada. O povão, mais manipulado, usado, taxado, esquecido do que nunca.

Massificado, espoliado, iludido. Lima veria que nunca foi tão fácil arrancar dinheiro dos mais pobres e miseráveis, através de *carneis*, falsas cadernetas de poupança, altas dotações de prêmios, loterias mirabolantes. Tudo é remandiola e vida expedienteira. Mas o meu mulato pobre Afonso Henriques de Lima Barreto diria ao povo que é preciso recobrar a técnica dos mutirões, que os vícios, folclores, embelecões mentais de Ipanema vão passar, que é necessário apostar na história e não no dinheiro. Que o país tem maioria jovem e ainda tem jeito, que sem economia planificada a coisa não vai, que obras faraônicas e suntuosas não resolverão nada, a não ser o problema dos especuladores e gananciosos, que é preciso

melhorar o nosso homem. Primeiro, a saúde do povo, a educação; depois, a meta da produção. Não podemos continuar, por exemplo, com vinte e tantos milhões de brasileiros cheios de verminose; com uma infância abandonada e ainda perseguida pelo instrumento policial (haverá maior problema neste país do que este? Em termos de continuidade, o que será o futuro?). Lima Barreto não se omitiria, não aceitaria congressos estéreis em Brasília, não se calaria diante do fenômeno *trombadinhas*, essa vergonha para o Brasil Grande e nem se deixaria comprar pelas agências de publicidade para promover multinacionais, etc. Porque para Lima, a função do escritor é "tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação de almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si". Lima daria um recado sempre seu: de dignidade, limpeza de caráter, respeito ao homem e, apesar de tudo, confiança nas possibilidades de mudar e melhorar país e povo. Ponto líquido e certo: com omissão, corrupção e sem luta e espírito coletivo não se melhora coisa alguma. A não ser o saldo de nossa conta bancária individual.

**FA - Você tem esperanças de que essa nossa literatura, muitas vezes mais comprometida com a Torre Eiffel do que com o botequim da esquina, possa um dia fazer justiça ao povão de Presidente Altino, do Jaguaré, da Zona Norte, de Caxias, das vilas sem nome, dos mocambos e das malocas?**

JA - Enquanto o exercício da literatura for um embelecão mental, um onanismo, um veículo para sustentar pós de vaidade, frivolidades, narcisismos e outras escatologias, não acredito não. Só com caráter, limpeza de espírito, coragem. Para falar de Caxias, do Jaguaré, da favela, de Caxias, da Central do Brasil, do Morro de Presidente Altino, é preciso ir lá. Não como visitante. Mas parar, ir ficando, ir se habituando ao cheiro, ao pó, à lama, à gente. Sujar nossas mãoszinhas asépticas e tratadas e jogar para o alto nossas manias pequeno-burguesas, empoadas, empastadas, prafrêntex e outros fricotes: Ir à favela da Rocinha não como intelectual. Mas pegar um ônibus, virar gente, olhar o povão como caras iguais e não com paternalismos, peninhas, amiguismos, populismos, julgamentos e comportamentos apriorísticos. Aprender um pouco com o povo, sair das nossas teóricas, esquecer os padrões importados. Nós temos a mania de viver, há 400 anos, erigindo uns valores estrangeiros como modelo de sacralidade a ser imitado. No momento, a onda está sobre os chamados latino-americanos. Alguns são bons, é verdade. Mas em vez de ficarmos aí na imitação macaqueada dos chamados realismos fantásticos, por que não extrair do nosso povo uma nova fórmula estética? Ainda uma vez, Lima Barreto: "o que mata o Brasil não é a cachaca, é a burrice". Só tenho esperança de que o povão esquecido tenha justiça através da literatura se o escritor brasileiro deixar de produzir para a classe média. Caso contrário, tudo vem que ele tratar de povo, o resultado será *folclórico, pitoresco, engraçadinho, bonitinho*. O escritor no Brasil não pode servir a uma classe que está emperrando há muitos anos o desenvolvimento do país. A classe média mata tudo que encontra na condição de uso popular: destruiu a casa de samba, a gafieira, os ensaios de escola de samba. Ela quer viver de mentirinhas e prestações, de morninhos e limpinhos. O escritor não pode se prestar a servir uma classe tão mesquinha, tão falsamente sonhadora e tão desprezível na sua mornidão e reação a qualquer tipo de mudança e progresso de base. Até no Apocalipse está escrito: o Senhor vomitará os morninhos de Sua boca. O escritor de verdade que se dê ao respeito e se coloque acima disso.

## ESTÓRIAS BRASILEIRAS

Dois contistas jovens apresentam as estórias brasileiras desta edição: Murilo de Carvalho, com "Apelo", e Emanuel Medeiros Vieira, com "O caçador", na última página.

# APELO

Murilo de Carvalho

Como o rato cinza, como os ratos que comem farelo nos fundos da cooperativa, todos os ratos da rua, dos becos, das praças, dos bairros ali perto estavam indo, ao leste, levados pela mesma onda, pulsante, interior, desconhecida. Eram milhares de ratos que deixavam comida, sono, água, fêmeas, machos e iam puxados para onde seus reflexos desconheciam, guiados por elas, as ondas que souberam amarrar duramente seus fortes instintos.

E os ratos todos foram silenciosamente se juntando, uma longa vara que corria escondida, dentro das sobras, sem que ninguém percebesse. Cruzaram um quintal sujo, as patas macias pisando restos de ferro, arruelas, porcas, engrenagens, velhas carcaças de automóveis.

A noite mal começara e era uma noite de úmido e abafado verão.

Depois vieram cachorros que latiam desesperados e atacavam, mordendo e matando. Mas os ratos corriam ligeiros no escuro e eram tantos que assustavam os cães e se alguém estivesse deitado, esperando o sono, talvez

desregulados seus instintos, incapazes de descobrir o que fazer.

Começaram as agressões. Os ratos mordendo, matando, comendo. A fome sendo saciada em pelos, sangue, carne. Força, astúcia, desespero.

Mas não demorou muito, o sol mal esquentara, as ondas vieram de volta. E os milhares de ratos que estavam ali no planalto, diante das montanhas, apegaram-se a corrida, as patas apressadas, procurando aonde tinham que ir.

Silenciosos, uma nuvem chumbenta, atravessaram o planalto, pelas capoeiras, descendo os valos divisórios, indo pelos campos cultivados sem se deterem, apesar da fome intensa, e chegaram às margens da grande represa. Os milhares de ratos chegaram às margens da represa e detiveram-se. E as ondas deixaram-os sozinhos novamente. Novamente eles se lançaram a buscar comida, ávidos, mordendo, roendo.

O cavalo pastava seus tranquilos capins e mal notou o primeiro rato que depressa subiu-lhe pela pata traseira acima. Sentiu a mordida, leve, apenas como forte picada de inseto e procurou enxotá-lo agitando a vassoura do rabo. Mas depressa percebeu que outras muitas mordidas ras como aquela começava a doer-lhe o couro. Abanou mais, rapidamente, e as mordidas aumentavam, a dor crescia, agora era uma coisa só, multiplicada pelas inúmeras bocas que estavam roendo-lhe o couro. Só começou a correr quando era tarde demais e os ratos iam arrancando pedaços de pele, pelo e metiam os focinhos no sangue, vivo e acre. Não correu muito. A dor intensa levou-o a parar, a deitar-se, a permitir que mais ratos viessem, viessem. Quando o rato cinza chegou havia muitos outros dentro do cavalo, comendo os quentes intestinos, e foi lá dentro que ele procurou saciar-se, sentindo alguma coisa de familiar, um longuíssimo gosto bom de milho maduro.

Empurrados, puxados, contornaram a grande represa e aproximaram-se das montanhas. A mata densa escondia as milhares de patas que pisavam ligeiras as folhas caídas. E a chuva que vinha chegando, grossa e pesada, fazia levantar da terra escura os úmidos cheiros. Dentro da chuva, debaixo das árvores, no meio das ervas, os ratos iam e iam, doloridos, machucados, através das montanhas, enquanto anoitecia lentamente.

Os ratos não pararam mais aquela noite, nem depois da chuva, quando súbita claridade invadiu o céu e chegou mesmo a iluminar pedaços de chão, entre as folhas. Não pararam quando as montanhas começaram a descer e o dia veio vindo outra vez, com suas luzes, seus sons, seus movimentos.

As ondas mareando dentro de cada um deles, não os largariam aquele dia, nem nunca mais.

Eles corriam, as patas como se fossem uma só, mancando, tropeçando, maceradas, agora na larga baixada onde muitos pequenos leitos d'água desviavam-lhes constantemente o caminho, retardando-os, cansando-os ainda mais. Rios escuros, a água grossa de petróleo, os grandes tubos debaixo dos quais passaram milhares de sombras cinzentas, os enxames de moscas, o fedor dos esgotos, o mato ralo na terra arenosa, tudo, tudo foi ficando para trás. O rato cinza, como todos os outros, corria ainda, dentro dele cada vez mais clara, mais funda, mais possante, a onda envolvente que lhe dirigia os passos, o rumo, a vida. A onda que era parte dele e dormira tanto tempo dentro de seus instintos e acordara de repente, vibrante, insinuante, dura e que o fazia procurar, sem descanso, o leste, uma coisa que só saberia quando encontrasse.

Na baixada, à direita e à esquerda começavam a surgir luzes, pois já anoitecera havia muito tempo. Mas os ratos não podiam perceber-las, porque no ar vinham chegando as certezas do encontro, do fim da procura. Eles corriam, esfalfados, dentro da noite enorme, sabendo que estavam próximos do princípio de tudo, talvez o começo de si mesmos.

O rato cinza chegou, no centro de milhares de patas, na entrada asfaltada da cidade onde as ruas vazias eram amareladas pela luz frágil dos postes de ferro. E sentiu o cheiro que vinha buscando à tanta caminhada. Sentiu que estavam chegando. Silenciosos percorreram as ruas, passaram pela praça, pela igreja, dividiram-se diante da verde estátua de Netuno e caminharam devagar pela areia fofa, milhares de patas calcando macio a areia fofa da praia, e o cheiro encontrado entrava inteiro neles, envolvendo-os como as ondas que os haviam envolvido antes e durante toda a caminhada. E de repente a areia ficava mais úmida, o chão mais duro, frio. O ar denso e salgado penetrava pelos buracos do focinho.

Então, a água. Morna, sedosa, placentária.

Então, a onda. Força, fluido, arrasto.

Numa súbita reação eles tentaram sobrenadar, os corpos procurando descobrir o movimento, as patas inventando formas, tentativas. E veio o afogar, a procura do ar, sorvos, a dor intensa em cada fibra. O verão virava inverno-frio, molhado, antigo.

Então, a consciência. A descoberta. A necessidade atávica de mergulhar o focinho e respirar fundo. E a água vinha entrando pelas narinas, descendo, enchendo os pulmões, a dor integral, é preciso respirar de novo, de novo, de novo, e de repente tudo fica escuro e imóvel.

Tão escuro e tão imóvel como a noite que envolve a Cidade Ocean.

Murilo de Carvalho é mineiro e atualmente mora em São Paulo. Em 1974 venceu o Concurso de Contos do Paraná. Em seus contos as coisas parecem sempre estar fora de lugar. Sempre à espera de algo que as complete.

Numa rua da Vila Dois Andrés, em São Caetano do Sul, um grande rato cinza come farelo de milho nos fundos da Cooperativa dos Funcionários da Indústria Automotiva. Trepado no estrado de madeira que protege os sacos da umidade do chão, o rato cinza come. Os olhos redondos, acostumados à escuridão e à penumbra podiam enxergar bem claro naquele canto tão próximo à parede, entre as sacas, embora fosse noite e não houvesse no largo depósito nenhuma luz. Sozinho comia e era um rato macho, inteiro cinza, saudável, os olhos intensamente brilhantes. Comia sozinho e nunca fora importunado desde que nascera, ali mesmo, num buraco morno e seco. Comia farelo e tinha os sentidos pouco alertas, já que nunca o ameaçara perigo, sede ou fome.

Então começou a ficar inquieto. Qualquer coisa ia-se tornando errada, apesar da comida farta. Ele não podia saber o que fosse, pois seus simples reflexos não iam além de prestar atenção aos ruídos, aos cheiros, aos movimentos e reagir se através de qualquer deles percebesse o perigo. Mas naquele instante todos os seus sentidos mostravam que nada havia a temer. Os ruídos eram os familiares, os cheiros de sempre, os movimentos apenas dele mesmo, comendo. Nada que fosse diferente, arriscado. Mas estava inquieto.

Parou de comer, levantou o focinho, procurou perceber o que acontecia, os sentidos todos prontos. Nenhuma informação de fora. Só dentro dele pulsava a inquietação mansa, que ia e vinha como fluidas águas de oceano.

Voltou a comer e o farelo macio esbranquiçava-lhe o focinho e tinha o gosto bom de milho maduro.

Foi de repente, sentiu que precisava andar, ir, embora a fome, faminto. E era como se a onda crescesse dentro dele, chamando-o, empurrando-o sempre, arrastando



suas patas, o corpo, os reflexos. Deixou de comer e saiu hesitante, caminhando devagar como nunca caminhara antes. E intuiu que as ondas, pulsando dentro dele, levavam-no a um rumo, a uma direção de onde ele não poderia desviar-se, como quando se tem certeza do gosto vivo do milho maduro.

Pelo meio dos sacos empilhados cruzou lentamente o galpão escuro, até o pequeno buraco por onde sempre entrara faminto e saíra saciado. Devagar ia indo, uma estranha consciência da fome mal aplacada, que o fazia sentir claramente os ríspidos movimentos do estômago. Devagar ia indo, quando a luz crua dos salões de venda da Cooperativa — largas prateleiras enfileiradas — cegou-o por instante, até que as pupilas diminuíssem o necessário. Ali era um lugar que ele aprendera a evitar sempre, por causa dos brilhos, do movimento, dos ruídos, dos cheiros. Mas as ondas arrastavam-no.

Arrastavam-no como estavam arrastando também todos os ratos que comem seus farelos nos fundos da Cooperativa. O grande rato cinza não estava mais sozinho.

Juntos, os ratos corriam procurando os cantos mais escondidos, o mais longe possível das luzes, dos movimentos, dos ruídos, dos cheiros. E buscavam a rua, a noite, o rumo.

pudesse ouvir o ronrullo manso de suas patas, correndo de leve sobre o chão, como o débil fruar de um chuvisqueiro numa calçada quente.

Eles foram, iam, noite adentro, correndo, levados, sem parar um pouco para comer ou beber. Cruzaram novas ruas, outros becos, praças, quintais, outros depósitos de velhos ferros, e a manhã veio encontrá-los em número ainda maior, correndo sempre, já longe das casas, num princípio de capoeira rala, ainda distante das montanhas.

Quando o sol começou a romper as grossas nuvens e a claridade difusa explicava as folhas e o mato, as ondas acalmaram-se. Então todos os ratos, os milhares, pararam e saíram a procurar o que comer, o que beber, esquecidos de tudo, do apelo, do pulsar compassado das ondas. E milhares de ratos tentavam comer onde não havia comida, apenas a capoeira seca, no planalto, antes da montanha. Experimentavam roer finos troncos, folhas caídas, pedaços de madeira. Procuravam atarantados alguma coisa que aplacasse a fome doída que lhes comia as barrigas.

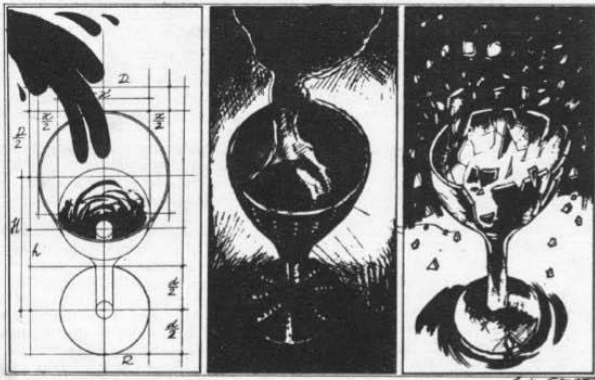
O rato cinzento, como os outros, experimentou primeiro o tronco miúdo de um escuro arbusto. A casca macia não tinha gosto de alimento. Procurou as folhas, o chão. O cheiro da terra seca penetrou-lhe pelas narinas e afastou a possibilidade de comida.

Atônitos, famintos, agonizados, os ratos ficavam ali,

# ESTÓRIAS BRASILEIRAS

## O CAÇADOR

Emanuel Medeiros Vieira



### 1. Para compreensão

Na manhã clara de julho, 1972, o caçador chegou a Rio do Sul, no Vale do Rio Itajaí. Ele caçava o ex-oficial nazista Halzemann, que habitava naquela cidade com identidade falsa. O caçador - que obtivera a esperada solidão - tinha como companhia apenas uma velha criada de 74 anos que limpava a casa e fazia a comida. Evitando qualquer contato, afora a criada, Halzemann vivia em completo silêncio.

Pescava, caçava (animais), cuidava de seu belo jardim (regava as flores, metodicamente, todos os dias no final da tarde) e dos canteiros férteis. Lia (principalmente Thomas Mann, Friedrich Nietzsche, Herman Hesse, Franz Kafka), ouvia música (principalmente Wagner, Beethoven, Vivaldi).

Esta era a sua (atual) vida. Tinha 69 anos. O caçador tinha 30 anos, sendo alto e magro. Supunha que seu pai, sua mãe, seu irmão tivessem sido mortos em algum campo de concentração, provavelmente localizado na Polónia, no inverno de 1944.

### 2. Para interrogações

O caçador, com dois anos de idade, teria sido recolhido por amigos da família (ou uma tia solteira) que com uma leva de refugiados conseguira escapar para o Brasil.

Tendo um pai moreno, quase mulato, o caçador seria filho de uma senhora de ascendência judia? Em que lugar, exatamente, teria nascido? Como encontrara o oficial nazista? Ou teria nascido no Brasil?

Remotamente possuiria ascendentes africanos (por parte de pai) e semitas (por parte de mãe), o que o levaria a crer que parentes seus tivessem sido mortos em campos de concentração?

### 3. Para acabamento

Ah, seus jardins floridos. Lês Mann e Nietzsche. Dedos cansados e muito brancos colocam Wagner na vitrola. Ah, 1944. E o instinto? O corpo, o sangue, a decadência? Tua razão? Teus setenta anos pesam. A ti, a mim, em outro tempo. Teu sorriso revela rugas e dói, mas a fortaleza leva ao estoicismo. Disciplina, os germânicos. Nunca chorar. Pegas o regador: o senhor ou tu - caçador sempre - eu, caçador agora. Tu ou o senhor caçado agora. A História. Os motivos. As razões. As razões? Rio do Sul: tua casa tem sótão. Tua casa alimenta rosas, cravos, antúrios, samambaias. Meu binóculo - como meu coração - está embaciado, neblina. Não te posso dar o direito à felicidade. Ou posso? Nada sei e sei tudo. Eu agora, perdido, batalha ganha, encostado nesse muro em frente à casa de estilo alemão, com uma mochila, com um rifle, com olhos azuis, porém minha pele é quase negra, queimada do sol. Queres conservar tuas tardes, os jardins, esse silêncio, Gosma no passado, Neblina, Jardineiro. Eu caçador de homens.

- "Não o conheço. O senhor veio depois de tudo estar feito".

Meus olhos são azuis. Halzemann toma o vinho que ele mesmo prepara. Halzemann, oficial nazista, faz tudo com as mãos. O pão, o queijo, semeia a terra, alimenta as verduras e as flores. Tanto sol nessas tardes. Atira o anzol no rio, rio tão calmo em que tudo passa. Bate sol no seu boné. Tanta calma. Halzemann.

Sorri. Triste ou calmo. A herança pesada, a História, as viagens, as infâmias. Perdidos os caminhos. Os bons e os maus. Ele prepara o cigarro de palha, ásperas mãos. Possível a permanência? As lavadeiras, as bicicletas, o silêncio, a caminhada perto do rio, a velha criada que nada pergunta. Fora estoura o mundo? Os bons e os maus. Os viajantes

trazem estórias. Mas Halzemann permanece silencioso, as notícias passam como o rio. Rio-pacificação, retorno à terra. Ou a pacificação já é impossível. As estrelas entram pela janela aberta, a lua, a noite, a cadeira de balanço. Sons.

"Eu não sou culpado, caçador".  
Eu, o caçador, não planto, meu tempo, sofredamente, não é da terra, mãos inábeis para as sementes, não colho, encontro a terra exausta. Podre, todos sem gestos. Caminho em labirintos. Não posso ter essa calma. Halzemann, a paciência para fazer o cigarro de palha.

Também não sou culpado por estar fazendo agora o papel de caçador. Os papéis de cada um. O teu passou. Pedir justiça. Justiça? O branco e o preto, cada coisa - meus tempos de crise me ensinaram - tem o seu lado escuro e o seu lado azul. Ser duro, cristalino, um conto de fadas. O senhor é o mal. Eu sou o bem. (Repito: este é o meu papel.) Mas o justiciero - aquele que nos foi legado - não se pergunta: age. Tem as mãos limpas, não se inquietava. Não sou esse justiciero, não pacificado como essas tardes deste vale. A cabeça atolada em sujeiras sutis, rodopiava, não no sol, no limpo, no belo rio. No rio, talvez, mas nos seus excrementos, troncos, sangues corridos. Sou fruto desses detritos. Dessa idade do sangue.

Eu não sou culpado, Halzemann. O senhor não é culpado. Eu sou o estrangeiro? Você, o senhor é o estrangeiro? Ancião, sem amigos, dono de suas mãos e tardes, guardando sua Alemanha de 44. Dachau, Treblinka. O perdão? A guerra fria? Muda o mundo. É o nevoeiro do rio que sobe nesta manhã ou a fumaça dos fornos crematórios?

"Eu não sou culpado". A engrenagem. Halzemann, sou de 42 e tenho o coração pesado. Onde estão meu pai, minha mãe, meu pai, meu irmão, minha irmã? Perdi minha própria terra, vagamundo: eles, o amor, cortados pela metade. Ardem nos meus trinta anos. Perdoam ou pedem tua morte, para a minha pacificação, não por eles. Sacrifício inútil. O mundo passará como sempre. E eu? E eu? O rio espalhará teu sangue - nevoeiro do rio ou dos fornos crematórios - a cabeça do pai rindo gravemente, os meus colados em mim, fruto perplexo na tarde do Itajaí. Em busca do culpado. Os grandes culpados povoam livros. Contar horrores ou glorificar esta idade de mediocridade. As origens de minha carne estão naquelas terras em que nada mais cresce, antipodas destes vales. Há olhos abertos, fumegantes, nestas terras, olhos de pavor, línguas cortadas. (E você ou senhor não é culpado, você calmo, você Alemanha, você Wagner, você silêncio?)

Encontre o teu silêncio. E eu encontrarei o meu? É possível enterrar a memória do mundo neste vale? Teu sacrifício me levará a quê? Lavarás minhas mãos, serei menos detrito, menos tronco, menos excremento. Sou de 42, o que veio depois, o que só soube, o que só sofreu as dores mornas. Todos querem que eu esqueça. Eu, que achei tudo feito.

Halzemann não pede piedade. Orgulho, dignidade. Vê o rifle. Não chora. Quero suas mãos e seus olhos na minha mira. Me perdi sempre na dúvida no ir e no vir, no meio do certo e do errado. Olho a casa, o sótão, o fogão de lenha, ele, o ancião, o que poderia ser meu pai. Por que tudo isso? Os meninos brincam na praça da cidade, sorriem, não sabem de nada. Os operários passam de bicicleta. Eu no meio: entre o salto e o não salto. Não levando a nada. Ah, se houvesse novas vias e novos rios.

O vagabundo. Tanto te busquei, rasguei meu ventre, os soluços, o retrato da família estampado na cara, as tensões, os tremores, o fraco herói. Tropee e andei, vilas e vilazinhas, barro e asfalto, pão e fome, caminho e automóvel, bicicleta e a pé, pão e banana, sol e chuva, afinal o encontro, a rua serena, a música que entra no rio. Antes do tiro que há de vir parece que tudo está encerrado. Tan-

to por tão pouco. Só posso ser na pressa, no inacabado, na viagem. Correr e não chegar ao fim. A fria guerra de nossas vidas. Halzemann, pedaço da máquina que me despojou dos meus, mas ainda: estirpe, gesto. Os outros, os que estão comigo, só que não têm nada e ninguém a vingar, os de espírito vazio - pensando no dinheiro e no carro, se embebedando em festas fáceis -, os mediocres, os de nenhuma geração, esses são os terríveis, os que dão temas para estórias de terror adocicadas.

- "Você vai morrer sendo o caçador de homens. O nazismo está em pé, anestesiado. Colocado nos carros, bancos e dinheiro".

Trocam-se os papéis. Eu seria o algoz e você o mártir? É meu tempo de ir, Halzemann. A janela, o escurecendo. Os peixes estão dormindo e chove. Rios e rios. Há alguma fenda, algum buraco na terra para o grande gesto? E para teu esconderijo? Quanto peso - Deus, História, Família -, o pai não geme, a mãe quer a minha felicidade.

(Eu também queria uma casa, uma paz, assinando tratados como os meus demônios, casa com sótão, fogão de lenha, caçar, plantar meninos azuis, pescar, tudo dentro da terra. Ensinam os sábios que o resto é agitação inútil, estar longe do mundo para estar perto).

A mãe: tinha os olhos verdes, meiga, estatura mediana. O pai: moreno, quase mulato, sangue africano, de estirpe.

A irmã: magra, assustada.  
O irmão: o que não dizia palavras.  
Quem lembra esses mortos? Halzemann? Vêem metralhadoras e sangue nas vestes? A paz em separado, entre eu e eu. Não virá, veio a noite e o rio oleoso. O rio entra nas cidades as cidades são gentes. E pão. A mesa de Halzemann está posta - a criada é limpa e perfeita -, o guardanapo, a comida, apenas um prato, a toalha bordada, o garrafão de vinho, o peixe pescado de tarde, as verduras vindas do seu quintal.

Rompí a ordem que ele rompera antes e restaurara. O pão, o doméstico, o esquecimento. Sou a explosão, o gesto pela metade, a pobre herança, a guerra fria, no meio de gentes que não praticam gestos. Todos dormem mas meu pai geme: a mulher anjando como bicho, a filha estuprada - explosão de apanhos doentes -, o irmão sofrendo em silêncio. Eu rompi, eu rompi, eu rompere. Apareço na frente do jardim. Eu, anjo mouro, cachaca de segunda, o pela metade, mãos de seis dedos, cara de monstro. Mas ainda assim, dono da alvorá possível.

Meu peito diz que nem eu nem ele somos culpados, somos do todo. O tiro final é inútil. Halzemann tapou os ouvidos, não quer escutar os gemidos que sobem dos fornos crematórios e chegam neste vale. Depois de 28 anos, a dúvida. O primeiro esquecimento foi possível, não o segundo. Caçador vitorioso. Escassa vitória.

Gostaria: de cheirar essas rosas, beber o sereno, me orvalhar, tirar do corpo tantas dores e fantasmas, dançar. Não há volta. Os novos fornos crematórios, as novas crianças mortas. Tudo está adocicado.

(Teria filhos, meninas e meninas, haveria roda, escorregador, esconde-esconde, gangorra, bicho-papão, bola de gude, balão de São João).

Então haveria o direito de ser sentimental. O estupro vagaroso da irmã, o grito fendido na terra, entrando nesse rio Itajaí em que me molho, no rosto desse criminoso. Não há piedade, como não houve antes. Ele é ele, a história do III Reich. Ah Prostituição, ah Bolsas de Valores ah Governos ah Bancos. Os assassinos de hoje, cãlidos.

(Ressoa no rio o tiro do rifle. O mesmo silêncio. A cabeça caiu para o lado. Corre o rio. A vida. O livro pela metade. O disco ainda toca na vitrola. O sangue corre para o rio, pulsa em mim, mata-me de cólera e de amor, meu pai, minha mãe, minha irmã rasgada pela metade, meu irmão).

Quem regará o jardim? Quem lançará as sementes no canteiro? O dia da colheita. Quem regará o jardim? Quem lançará as sementes no canteiro? O dia da colheita. Quem cacará? Quem esconderá crimes? O rio).

Eu parto. Preparo outros caminhos. Mino as bases. Os crimes escondidos nas taças de champanha.

Emanuel Medeiros Vieira nasceu, cresceu e atualmente mora em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Morou uns tempos em São Paulo, outros em Pôrto Alegre, arriçou a vida no Rio de Janeiro. A viagem é um dos temas constantes em seus contos: a mudança de lugar, a falta de raízes sólidas, a perda dos espaços. Além de contista, Emanuel escreve eventualmente sobre cinema e tem dois romances na gaveta: "A nunciação da memória" e "Teresinha e Cristina". Publicou até o momento, "A expiação de Jerusa" (contos, 1972) e está com outro livro de contos, "Sexo, Tristeza e Flores" no prelo da Editora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Na carta que enviou a Movimento, diz: "A minha relação é com pessoas, não signos. O trabalho é árduo, mas sabemos disso desde que tomamos a primeira namadeira. Dói. E ilumina".